

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA - PPGTE**

ERIKE LUIZ VIEIRA FEITOSA

**O DISCURSO SOBRE A IMPRODUTIVIDADE DO
TRABALHADOR BRASILEIRO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS:
ANÁLISE DIALÓGICA**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2016

ERIKE LUIZ VIEIRA FEITOSA

**O DISCURSO SOBRE A IMPRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR
BRASILEIRO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS: ANÁLISE DIALÓGICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Mestre em Tecnologia”. Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Rubel Fanini.

Curitiba

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F311d Feitosa, Erike Luiz Vieira
2016 O discurso sobre a improdutividade do trabalhador brasileiro em textos jornalísticos : análise dialógica / Erike Luiz Vieira Feitosa.-- 2016.
165 f.: il.; 30 cm

Texto em português, com resumo em inglês.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Curitiba, 2016.
Bibliografia: f. 147-156.

1. Análise do discurso. 2. Dialogismo (Análise literária).
3. Jornalismo - Linguagem. 4. Trabalhadores - Brasil - Produtividade. 5. Neoliberalismo. 6. Economia Keynesiana. 7. Tecnologia e trabalho. 8. Tecnologia - Dissertações.
I. Fanini, Ângela Maria Rubel, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. III. The economist - A soneta de 50 anos. IV. Título.

CDD: Ed. 22 -- 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba

TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação N° 451

O Discurso Sobre a Improdutividade do Trabalhador Brasileiro em Textos Jornalísticos:

análise dialógica

por

Erike Luiz Vieira Feitosa

Esta dissertação foi apresentada às 14h30 do dia **16 de fevereiro de 2016** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM TECNOLOGIA, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – , Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO (aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula da Rosa
(Unisinos)

Prof. Dr. José Carlos Fernandes
(UFPR)

Prof. Dr. Guilherme Gonçalves de Carvalho
(UNINTER)

Prof^ª. Dr^ª. Angela Maria Rubel Fanini
(UTFPR)
Orientadora



Visto da coordenação:

Prof^ª. Dr^ª. Faimara do Rocio Strauhs
Coordenadora do PPGTE

O documento original encontra-se arquivado na Secretaria do PPGTE

Dedico esta dissertação à minha família: meu filho, esposa, pai e mãe: amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Sou um entre muitos. Se este texto hoje existe, é porque nunca estive só. Agradeço a meus pais, que me trouxeram à vida, alimentaram a minha consciência com as primeiras palavras, cuidaram, amaram, protegeram. Mesmo adulto, busco e encontro em vocês a segurança que inspira, conforta, e, a cada dia, possibilita passos mais firmes e convictos dessa bonita caminhada que é a vida, jornada impossível de se trilhar sem a presença de alguém. Sei que posso contar sempre com vocês e saibam que vocês são grande parte de mim.

Agradeço ao meu querido e amado filho, a dialogia em pessoa, que me inspira e me instiga a continuar. Obrigado por me proporcionar tantos momentos intensos e felizes, Davi, por me ensinar tanto sobre o amor, por me mostrar, diariamente, que a racionalidade técnico-econômica está longe de abarcar as complexidades e belezas que dão sentido à existência.

Agradeço à minha esposa, Daniele, por estar ao meu lado, por fazer parte de mim nesses últimos 15 anos. Bodas de cristal. A forma como penso, as coisas que penso, o modo como vislumbro a vida, meus interesses, grande parte do que sou tem a ver com você. Juntos construímos tesouros que levaremos para a eternidade. Amo você desde a primeira baqueta e quero continuar amando por muitas, e muitas, e muitas canções. Sem você eu não seria eu. (Me liga!).

Agradeço à minha orientadora, professora Angela, que me acolheu e abriu as portas para uma compreensão de linguagem com a qual me identifiquei e me identifico cada vez mais. Também agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa “Discursos sobre Tecnologia, Trabalho e Identidades Nacionais”, cuja experiência e atividade facilitaram a minha inserção nas discussões sobre Tecnologia e Trabalho, tornando possível este estudo e tantos outros raciocínios cruciais para leituras dialógicas sobre o mundo e sobre a ação humana nele.

De forma bastante especial, agradeço a todos os colegas do Instituto Federal do Paraná, por terem segurado as pontas no trabalho enquanto eu estive afastado. Sem vocês, que constroem cotidianamente essa instituição, não teria vivido esta experiência gratificante e edificante da maneira como vivi.

Ao conjunto dos colegas, professores e à toda equipe do PPGTE, também agradeço. Obrigado pela disposição e disponibilidade e por compartilharem conosco suas leituras, experiências, seu trabalho.

A todos os meus amigos e familiares, tantas pessoas que não caberiam nesta página, também deixo meu mais sincero obrigado.

Por fim, pelo dom da vida, agradeço a Deus, que se manifesta o tempo todo na figura do outro, em mim, em nós.

“A isenção do trabalho manual é o privilégio por excelência, ao passo que, ao contrário, a obrigação do trabalho é a única maneira pela qual podem pagar sua dívida social todos os que não possuem nada além da força de seus braços. Mas o fato de ser a lei ineludível para o povo não significa que o trabalho seja a origem da riqueza. É antes, até o período moderno, a contrapartida do fato de encontrar-se fora da riqueza” (CASTEL, 2013, p. 226).

“Ser significa comunicar-se pelo diálogo. Quando termina o diálogo, tudo termina. Daí o diálogo, em essência, não poder nem dever terminar” (BAKHTIN, 2013, p. 293).

“No homem sempre há algo, algo que só ele mesmo pode descobrir no ato livre da autoconsciência e do discurso, algo que não está sujeito a uma definição à revelia, exteriorizante” (BAKHTIN, 2011, p. 66).

“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar”
(GONZAGA Jr., 1982).

RESUMO

FEITOSA, Erike L. V. **O discurso sobre a improdutividade do trabalhador brasileiro em textos jornalísticos**: análise dialógica. 2016. 165 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Linha de Pesquisa Tecnologia e Trabalho, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

Este estudo consiste em uma análise dialógica do discurso – ADD – de viés bakhtiniano que tem por objeto inicial os enunciados publicados em abril de 2014 pela revista britânica *The Economist* sobre a suposta improdutividade do trabalhador brasileiro. Compõem, ainda, o *corpus* da pesquisa editoriais da *Folha de S. Paulo*, *Gazeta do Povo* e *Carta Capital*, que comentam a reportagem estrangeira. O estudo destaca o posicionamento axiológico desses veículos de comunicação, interpretando as premissas e intencionalidades presentes em seus discursos, além de identificar os seus principais interlocutores. A pesquisa evidencia tensões dialógicas entre portavozes das categorias capital e trabalho, sendo, no contexto discursivo analisado, a segunda subalterna à primeira, em uma conjuntura de disputa, político-econômico-eleitoral, pelo estado brasileiro. No que tange ao campo das ideologias, destaca o embate entre as prescrições econômicas neoliberais/clássicas e a visão econômica heterodoxa (keynesiana), esta última associada ao petismo e aos governos petistas. O estudo demonstra que a ADD, utilizada como método que possibilita certa leitura de textos de cunho opinativo, em especial do gênero editorial, é uma abordagem apropriada para a compreensão das matrizes discursivas que permeiam os demais produtos e gêneros jornalísticos que, ao considerarem determinados aspectos da realidade material, acabam por interferir nela. Também aponta que, ao contrário do que poderia se esperar, as publicações brasileiras não se contrapuseram à polêmica tese defendida por *The Economist*, posicionando-se a favor dos interesses do capital ou assumindo postura de omissão analítica. Com um tom fortemente monológico, os textos analisados consideram a produtividade do trabalhador, fundamentalmente, a partir do ponto de vista do acúmulo de capital. Dessa forma, ao rotular o brasileiro e o seu país de improdutivos, sugere que ambos (país e trabalhador) deveriam produzir mais, beneficiando, assim, o capital e desconsiderando aspectos subjetivos relacionados à classe que vive do trabalho, reificando-a. Além de dados técnico-científicos, entendidos como irrefutáveis pelas publicações jornalísticas, estrutura essa construção discursiva um estereótipo que é de longa duração e resgata a imagem colonial de um nativo pouco afeito ao trabalho, cuja vida seria dedicada ao ócio, um sujeito preguiçoso e, portanto, estranho à superioridade da cultura eurocêntrica econômico-expansionista que supervaloriza o trabalho, a produção, a geração constante de riquezas superavitárias. Dissertando sobre as consequências sociais da atual configuração do capitalismo, o estudo aponta para a necessidade de resgate da noção de alteridade, não apenas do ponto de vista teórico, mas também no campo da ideologia do cotidiano. Por fim, ressalta que o resgate e a utilização do estereótipo do brasileiro culturalmente preguiçoso (improdutivo) interfere na constituição de uma consciência de si dos trabalhadores e também na imagem que os outros (o mundo) têm deles (nós).

Palavras-chave: Neoliberalismo e keynesianismo. Trabalhador brasileiro. Trabalhador improdutivo. Análise dialógica dos discursos jornalísticos.

ABSTRACT

FEITOSA, Erike L. V. **The discourse about the unproductivity of Brazilian workers in journalistic texts: dialogic analysis.** 2016. 165 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Linha de Pesquisa Tecnologia e Trabalho, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

This study is a bakhtinian dialogic discourse analysis (DDA) whose initial object is the statements published in April 2014 by the british magazine The Economist about the alleged lack of productivity of Brazilian workers. Other three opinative brasilian texts, that coment the foreign reporting, composes the corpus of this research: two newspapers editorials, one of Folha de S. Paulo and the other of Gazeta do Povo, plus a magazine editorial, from Carta Capital. The study highlights the axiologic position of these publications, interpreting the assumptions and intentions present in his speeches, and identifying their main interlocutors. The research demonstrates dialogic tensions between spokespersons of capital and labor categories. In the discursive context analyzed, the second is subordinate to the first, in a situation of dispute - political, economic, and electoral - by the Brazilian state. Regarding the field of ideology, the dissertation highlights the clash between the neoliberal/classical economic prescriptions and the heterodox economic vision (keynesian), the latter associated with Partido dos Trabalhadores (Worker's Party) governments. The study shows that the DDA used as a method that enables certain reading opinative nature of texts, especially the editorial genre, is an appropriate approach to understanding the discursive matrices that permeate other products and journalistic genres that, when considering certain aspects of material reality, end up interfering in it. Also points out that, contrary to what might be expected, the Brazilian publications are not countered the controversial thesis defended by The Economist, positioning itself in the interests of capital or assuming analytical omission posture. With a strongly monological tone, the texts analyzed consider worker productivity, fundamentally, from the point of view of capital accumulation. Thus, to label the Brazilian and their country of unproductive, suggests that both (country and worker) should produce more, thus benefiting the capital and disregarding subjective aspects related to the class that lives off the job, reifying it. In addition to technical and scientific data, taken as irrefutable by journalistic publications, structure this discursive construction a stereotype that is long lasting and rescues the colonial image of a native little inclined to work, whose life would be dedicated to idleness, a lazy bloke, a foreign to the superiority of economic-expansionist eurocentric culture that overemphasizes work, production, constant generation of surplus wealth. Expounding on the social consequences of the current capitalist setup, the study points to the need to rescue the notion of otherness, not only from a theoretical point of view, but also in field of the everyday ideology. Finally, emphasize that the rescue and the use of culturally stereotypical lazy brazilian (unproductive) interferes into the formation of a self-consciousness of the workers and also the image that others (the world) have of them (us).

Keywords: Neoliberalism and Keynesianism. Brazilian worker. Unproductive worker. Dialogic analysis of journalistic discourse.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	18
2.1 SIGNO E IDEOLOGIA: A NATUREZA SOCIAL DA PALAVRA.....	19
2.2 ENUNCIADO E DIÁLOGO	23
2.3 POLIFONIA, MONOLOGISMO E A BUSCA PELA LIBERDADE	26
2.4 A IMAGEM EXTERNA.....	31
2.5 O DISCURSO DE OUTREM	33
2.6 EMBATES ENTRE IDEOLOGIA OFICIAL E DO COTIDIANO	34
2.7 VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO: SUJEITOS DO DISCURSO	37
2.8 REPORTAGEM E EDITORIAL ENQUANTO GÊNEROS DISCURSIVOS	40
2.9 CONCEPÇÕES DE TRABALHO E TRABALHADOR NO CORPUS DA PESQUISA E ALGUMAS DE SUAS CONSEQUÊNCIAS	44
2.10 A ALTERIDADE E A CENTRALIDADE DA LINGUAGEM.....	50
3 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO SOBRE A IMPRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR BRASILEIRO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS	53
3.1 THE ECONOMIST	59
3.1.1 Soneca de 50 anos: prólogo de um diagnóstico.....	71
3.1.2 A doença e o(s) doente(s).....	73
3.1.3 Patologia quantificada: a improdutividade em dados	77
3.1.4 As diferentes origens da doença	79
3.1.5 Tripla prescrição: privatização, desregulamentação e liberalização.....	84
3.1.6 Intencionalidades manifestas	87
3.1.7 Outros dados sobre o trabalho no Brasil	88
3.2 FOLHA DE S. PAULO	95
3.2.1 “Brasil improdutivo”: trabalhador desconsiderado	103
3.2.2 Unidimensionalidade da macroeconomia neoliberal	105
3.2.3 Dados incontestes	106
3.2.4 Improdutividade como “origem do atraso”	108
3.2.5 Dialética monológica: improdutividade, indignação e brio	110
3.2.6 Reforço analítico: o descaso com a inovação	111
3.2.7 Patriotismo às avessas.....	112
3.3 GAZETA DO POVO	113
3.3.1 Contextualização: novos elementos para o debate.....	117
3.3.2 Lições de economia para o grande público	118
3.3.3 As razões do atraso.....	119
3.3.4 Razões para desacreditar	120
3.3.5 A improdutividade é a essência.....	123
3.4 CARTA CAPITAL	125
3.4.1 Casa-grande e senzala: país de exploradores e explorados.....	127
3.4.2 O tom e a postura de desqualificação analítica.....	128
3.4.3 Fundo político: a imprensa e o neoliberalismo	130
3.4.5 Contradições	130
3.4.6 A questão da preguiça: ontologiedades.....	132
3.4.7 Anotações corretas: a declaração de aceite.....	136
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
ANEXOS	157
ANEXO A – The 50-year snooze (THE ECONOMIST, 2014 a).....	158
ANEXO B - Brasil improdutivo (FOLHA DE S. PAULO, 2014 a)	162

ANEXO C - A produtividade do brasileiro (GAZETA DO POVO, 2014 <i>c</i>)	164
ANEXO D - Considerações sobre um texto inglês (CARTA, 2014 <i>b</i>).....	165

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é desenvolvido a partir de uma reportagem publicada pela revista britânica *The Economist*, no mês de abril de 2014. Com o título “A soneca de 50 anos”, a matéria argumenta que o trabalhador brasileiro, de forma geral, é “gloriosamente improdutivo” e que, se o país quiser que a economia cresça, os trabalhadores precisam abandonar o estado de “estupor”. Provocador, o texto lista uma série de argumentos para tentar provar que não apenas os trabalhadores, mas o próprio país seria improdutivo. Com um tom colonizador, conclui que o Brasil precisa, urgentemente, abandonar a política de intervenção e de regulação da economia, o que, como a análise a seguir demonstra, equivale a dizer que o país precisa retomar os pressupostos da ideologia neoliberal.

Reificadora, a estereotipagem revela um pensamento corrente sobre o trabalhador brasileiro que corresponde à ideia generalizante de que ele não gosta de trabalhar, é preguiçoso, malandro, incapaz, entre outros tantos adjetivos que poderiam ser usados de maneira derrisória. Também desperta curiosidade sobre a recepção e sobre as reações dialógicas a tal enunciado, tendo em vista que, por natureza, no confronto verbal e, conseqüentemente, ideológico, da realidade material, cada enunciado é um elo de uma infinita cadeia de outros enunciados que, via de regra, respondem ao que já foi dito ou se antecipam a novos dizeres.

Com vistas à análise não apenas da enunciação da revista britânica, mas também a atos responsivos correspondentes, procedeu-se a uma investigação prévia sobre a repercussão desse enunciado na mídia brasileira. Constatou-se que a maioria dos grandes veículos de comunicação de abrangência nacional¹, de alguma forma, repercutiu o assunto. Também houve diversos comentários em plataformas digitais de comunicação, como *blogs* e mídias sociais. Entretanto, de modo diferente do que ocorreu na *internet*, em espaços nos quais os comentaristas discordavam ou concordavam de forma bastante aberta sobre o texto inicial, o noticiário de praticamente todos os veículos de comunicação brasileiros apenas o reproduziu², demonstrando o aceite da crítica estrangeira. No espaço noticioso (não opinativo), não foi

¹ Grandes jornais, emissoras de TV, revistas e *sites* na internet. Foram excluídas desta busca publicações ou outros veículos de caráter estritamente local, regional ou restrito a públicos muito específicos, como jornais de sindicatos, associações, etc.

² A maioria reproduziu notícias disponibilizadas pelas agências, o que colaborou para o empobrecimento do debate no âmbito da cobertura jornalística noticiosa.

feita a crítica da crítica, não houve aprofundamento do debate ou qualquer tipo de releitura sobre essa abordagem que mobilizou milhares de pessoas.

A reprodução desse discurso, sem embates, sem confronto, sem respostas, sem diálogo, é uma tentativa de cravar um ponto final em uma discussão que exige respostas. Tal atitude por parte da grande mídia brasileira³ contribui para a omissão de questões que não dizem respeito apenas à mensuração do que se produz ou se deixa de produzir, mas que têm profundas raízes e interesses ideológicos, políticos, culturais e, principalmente, econômicos. Além disso, a repetição transmite uma equivocada sensação de que a enunciação da *The Economist* seria inquestionável, definitiva.

Nas notícias que reproduziram *ipsis litteris* as ideias contidas no texto britânico, há um tom que sugere uma espécie de vergonha pelas nossas supostas deficiências, como se estivéssemos sendo acusados por uma autoridade hierarquicamente superior de dedo em riste e aceitássemos sua repreensão, prometendo melhorar. São reproduções monológicas em que a falta de embate turva o entendimento sobre outros sentidos possíveis que motivam, embasam, acobertam e pretendem enunciações acentuadamente ideológicas como as que orbitam a noção quase mítica do brasileiro improdutivo.

Por isso, à procura do embate dialógico, a investigação preliminar foi estendida às seções opinativas desses mesmos veículos de comunicação. A quantidade de textos opinativos encontrada foi muito menor que a de conteúdos noticiosos (acríticos), porém a riqueza dialógica estava toda concentrada em artigos, colunas e editoriais. É que para refutar ou defender o enunciado alheio, a dissertação recorre a novas enunciações, reposiciona e rearticula o que já foi dito, transmite opiniões, adaptando-as aos valores do emissor, o que propicia a observação, de maneira mais nítida, das posições ideológicas e axiológicas envolvidas no diálogo. Enquanto as notícias redigidas acriticamente se limitam à tarefa de “dizer o que foi dito”, sem se preocupar com os “porquês”, indicando o posicionamento editorial apenas pela omissão, no gênero opinativo as preferências são, obrigatoriamente, explícitas.

³ Entende-se por “grande mídia”, neste texto, o conjunto de veículos de comunicação caracterizados por sua grande circulação ou audiência, geralmente pertencentes a grandes conglomerados de mídia que hegemonizam o mercado do qual fazem parte. Em alguns momentos, também serão designados pelo termo “mídia comercial” ou, parafraseando definição recorrente em textos de teóricos da Escola de Frankfurt, relacionados à ideia de pertencimento a uma “indústria cultural”.

Assim, são justamente os textos opinativos, de forma mais específica os editoriais, os que interessam a este estudo. Pouco lidos⁴ – no contexto do consumo geral de informação jornalística –, os editoriais revelam o posicionamento institucional das empresas de mídia, que, tal qual um sujeito discursivo, possuem preferências e interesses diretos na realidade cotidiana que por elas é retratada e, conseqüentemente, modificada. Nesse aspecto, a importância da análise do gênero editorial reside não no produto textual em si, uma vez que, considerando apenas a questão referente aos gêneros relativamente estáveis do discurso, existem outros tipos de textos jornalísticos que fazem circular enunciados específicos (por exemplo, “isso é bom”, “aquilo é ruim”) de maneira mais eficaz. O que o torna relevante é, justamente, o seu caráter institucional, que é socialmente aceito. Por convenção, tanto profissionais (tal ideia está presente em diferentes manuais de Jornalismo), quanto empresas de comunicação, anunciantes e leitores o percebem como “a opinião” da revista, do jornal (ou da emissora), ou, em um sentido mais crítico e restrito, como a opinião “do dono” do negócio jornalístico – há ainda interpretações que o consideram como síntese da posição dos grupos de interesse que são próximos a determinado veículo (o conjunto de anunciantes, grupos políticos específicos, acionistas, etc.). De qualquer forma, na prática, as formas de recepção e de compreensão da voz ou das vozes que falam por meio do editorial são pouco variáveis e remetem a uma dessas noções, que se aproximam entre si.

Tal percepção da voz “institucional” ou “patronal” já não é tão simples e acordada quando se trata de gêneros informativos como a reportagem, por exemplo, que, mesmo influenciada pela voz da empresa jornalística, pode trazer diálogos com outros sujeitos do discurso marcados por influências de cronotopos específicos, o que dificulta abordagens mais generalistas sobre os interesses que perpassam cada enunciado. Por esse motivo, destaca-se que a leitura do editorial é decisiva para uma leitura mais contextualizada de todo o conteúdo jornalístico. Não que o editorial dite o que deve ser dito nas reportagens, mas ele diz muito sobre “quem” é e o “que quer” determinada empresa jornalística. “Siga o enunciado”⁵ parece ser uma propos-

⁴ Essa afirmação é feita com base na percepção de profissionais do jornalismo, que apontam o editorial como um gênero que não é o preferido da maioria dos leitores em comparação com outros textos jornalísticos, como a reportagem, a notícia, a coluna, etc.

⁵ Aqui propositalmente subvertida, a frase “siga o dinheiro” ficou conhecida durante a investigação, que ficou conhecida como “Caso Watergate”, feita por Bob Woodward e Carl Bernstein para o *Washington Post* na década de 1970. A série de reportagens levou o presidente dos EUA, Richard Nixon à renúncia.

ta interessante para perceber a influência dos interesses da imprensa, e dos demais sujeitos (grupos) às quais ela está vinculada, na cobertura jornalística de realidades específicas. Dialógica, essa busca pode revelar muito. Enunciados que são límpidos em editoriais podem também o ser no restante da cobertura jornalística, atuar subliminarmente em outros gêneros, orientar o discurso e o recorte feito da realidade retratada ou, ainda, impor limites, barreiras, à investigação jornalística. A empresa/instituição se revela no editorial e, com a ajuda deste, é encontrada no restante do produto jornalístico, em meio às demais vozes às quais recorre para retratar determinadas realidades a partir de seu ponto de vista. Nesse aspecto, o que é, de fato, relevante não está restrito aos poucos caracteres de um editorial, mas nos enunciados que o compõe, que extrapolam o suporte da página ou da tela e estabelecem relações com a vida imediata. Tal conteúdo não se isola em uma página, não fica, apenas, enquadrado em um texto estagnado que em nada muda a realidade, mas se relaciona a outros enunciados, compondo discursos que remetem a determinadas realidades, ao mesmo tempo em que interferem sobre elas.

Dos editoriais publicados pela mídia comercial brasileira a respeito da reportagem “50 anos de soneca” três foram selecionados para, junto com este texto britânico, compor o *corpus* desta pesquisa. Um é da *Folha de S. Paulo*, outro é da *Gazeta do Povo* e o terceiro é da *Carta Capital*. Em comum, os quatro textos têm como principais características – por meio de concordâncias e discordâncias ativamente enunciativas, ou seja, do confronto ou da parceria dialógicas – a ampliação e o aprofundamento do debate, atitudes discursivas que acarretam em uma identificação mais precisa do matiz ideológico dos enunciados e de seus emissores.

Nessa seleção, foram propositalmente desconsideradas as produções de colunistas ou artigos de profissionais que assumem a autoria dos textos, tendo em vista que, para esta análise, como dito anteriormente, interessa o embate direto, o confronto linguageiro e ideológico entre o pensamento institucionalizado da *The Economist* e o dos veículos de comunicação comerciais brasileiros que se inscreveram no debate proposto por ela⁶.

⁶ No que diz respeito à autoria, e, conseqüentemente, ao tom, estilo e outros aspectos composicionais que remetem à pessoa que escreve, por ser assinado pelo seu diretor, o editorial de *Carta Capital* que compõe o *corpus* da pesquisa pode ser considerado uma exceção ao critério de seleção adotado. No entanto, mesmo destacando a figura de um sujeito específico, o texto cumpre a função de evidenciar “oficialmente” o posicionamento da empresa à qual a revista é vinculada no que tange aos assuntos relacionados ao debate aqui travado, além de ser um dos poucos editoriais encontrados

Embora a pesquisa não tenha a capacidade – e nem a pretensão – de esgotar ou finalizar de forma generalizante o pensamento da imprensa nacional sobre o trabalhador brasileiro, especialmente no que diz respeito à sua produtividade ou improdutividade, espera-se que os seus resultados ao menos contribuam para a compreensão da natureza dos enunciados que visam sustentar essa construção discursiva. Afinal, a ideia de que o trabalhador brasileiro é preguiçoso, relaxado ao extremo, desleixado, ou até mesmo malandro, não é inédita. Está presente há muito tempo na comunicação discursiva cotidiana em nosso país e fora dele, interferindo nos retratos captados pelas mais diferentes óticas socioculturais, seja em contextos oficiais ou artísticos⁷.

Esse tipo de representação define de forma arbitrária e absolutamente redutora um contingente de milhões de pessoas únicas, possuidoras de diferentes credos, classes sociais, interesses, posições axiológicas, etc. No entanto, mesmo que contestável, tem o poder de refletir (o texto da *The Economist* não partiu do zero, as evidências indicam que o seu autor retirou este preconceito da ideologia do cotidiano) e de refratar a realidade, haja vista que esse discurso acena para alterações concretas na realidade econômica e social do Brasil. Assim, é fundamental conhecer a arquitetura de seu pensamento, intento que será buscado, nesta pesquisa, por meio dos pressupostos teóricos e metodológicos da análise do discurso de viés bakhtiniano.

A principal pergunta a ser respondida, ou seja, o problema da pesquisa, diz respeito, justamente, às maneiras pelas quais é construído o discurso midiático sobre a improdutividade do trabalhador brasileiro. Pressupõe-se que o ato discursivo é embasado por ideologias cristalizadas, estereotípias, interesses políticos e econômi-

sobre o tema publicados por veículos de comunicação comerciais que se autodeclaram de “esquerda”, fator importante para a dialogia que se busca em uma abordagem bakhtiniana do discurso.

⁷ Permeada por um estranhamento e um grande choque cultural, redigida no primeiro dia de maio de 1500, um dos primeiros discursos de que se tem conhecimento sobre a terra e os povos que habitavam o Brasil Pré-Colonial, a Carta de Pero Vaz de Caminha já retratava os indígenas como seres exóticos, “inocentes que mostravam as vergonhas assim como mostravam o rosto” e que possuíam uma relação com o trabalho, e com a vida em sociedade, muito diferente da europeia: “Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos” (CAMINHA, 2015). Com o passar dos anos, outras imagens ou personagens reforçam o estereótipo de uma cultura vadia, pouca afeita ao trabalho, como o personagem Zé Carioca, criado pela *Walt Disney Company*, ou o herói sem nenhum caráter Macunaíma (ANDRADE, 2013), entre outras construções discursivas (mediadas pelos meios de comunicação, cristalizadas em leis, decretos, etc.) que influenciam as diferentes definições sobre o brasileiro – principalmente este estereótipo de um sujeito cuja cultura valoriza o ócio em detrimento do louvor ao ato laborativo.

cos concretos, enfim, posicionamentos que, por meio da ADD, busca-se evidenciar e compreender, identificando os principais interlocutores do discurso, bem como as suas principais defesas. Objetivo complementar, porém não menos importante – do ponto de vista político-axiológico –, a análise das réplicas opinativas de veículos de comunicação brasileiros a partir do texto britânico tem o intuito de contribuir para a elucidação desses mecanismos e estratégias discursivas, além de também ser um ponto privilegiado para a observação das tensas relações entre as dimensões do trabalho e do capital, das quais os enunciados que compõem o *corpus* da pesquisa são, de alguma forma, apêndices ou extensões.

Para atender a estes objetivos, a dissertação foi organizada, basicamente, em duas partes. A primeira (capítulo 2) expõe os pressupostos teóricos e metodológicos que embasam a pesquisa. Foi redigida de modo a dialogar com a segunda parte (capítulo 3), que, por sua vez, consiste na análise do *corpus* selecionado. Por mais que haja uma separação em capítulos diferentes, por questões de enquadramento, ou seja, de método e apresentação, os elementos de cada uma têm inúmeras ligações entre si, em um fluxo dual. Os destaques de conceitos, princípios, teorias e categorias do capítulo 2 foram feitos com base nas ideias e enunciados cruciais para a leitura e releituras do *corpus*, que é explorado no capítulo 3. Da mesma forma, a análise do que é central para os discursos presentes no *corpus*, e suas consequências nas realidades sobre as quais eles versam, está relacionada ao conhecimento brevemente sistematizado no capítulo preparatório.

Ao decorrer de todo o texto, o pensamento de teóricos do campo do Trabalho e da Comunicação (Jornalismo), além de autores de outras áreas do conhecimento relacionadas a aspectos importantes para o embasamento e desenvolvimento da análise, será resgatado ou referenciado, no intuito de aprofundar ou contextualizar os debates suscitados pelo *corpus*. No entanto, por ser este um estudo de Linguagem e esta ser, por natureza, intersubjetiva (na concepção à qual esta pesquisa está filiada), os recortes, e até mesmo a trajetória teórico-metodológica, tendem a destacar o pensamento bakhtiniano, seus preceitos e sua filosofia⁸, o que ocorre literalmente em várias ocasiões e também fica subentendido em diversos trechos.

⁸ Autores importantes de outros campos do conhecimento, como da Economia, da Comunicação/Jornalismo, da Cultura, da História, das Ciências Sociais ou de outras disciplinas poderiam ser evocados ou melhor trabalhados, mas, reitera-se, o interesse é o de trabalhar as questões aqui levantadas na perspectiva da Linguagem, tal qual a concebe Bakhtin e o Círculo, ressaltando que este percurso incorre em visitas ao conhecimento já sistematizado em outros campos ou disciplinas.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do grupo de pesquisa “Discursos sobre Tecnologia, Trabalho e Identidades Nacionais” – linha de pesquisa “Tecnologia e Trabalho” – cujas investigações são fundamentadas pelo princípio bakhtiniano do dialogismo. É com base nesta forma de tratar com a fala do outro, ou seja, de se relacionar com ele, que se evidencia, não apenas nos textos que compõem o *corpus*, mas também em outros discursos que ganham destaque na contemporaneidade, uma necessidade urgente de tornar o trabalhador “produtivo” a qualquer custo⁹. O pressuposto desse pensamento é a lógica de que a humanidade caminha unidirecionalmente para o desenvolvimento, que só seria viável por meio do crescimento econômico. Dessa maneira, a vida, em toda a sua pluralidade e complexidade, é restringida à dimensão do capital, que, hegemônico, coloca o trabalho em posição subserviente. Não se discute que crescimento se almeja, como se o aumento do PIB estivesse relacionado diretamente à melhoria na qualidade de vida de todos. Da mesma forma, como será abordado a seguir, não se diz quem é esse trabalhador. Fala-se de um ser abstrato que, de tão distante e sem voz, nem humano parece. Esse ser é caracterizado apenas por aquilo que a voz hegemônica quer que ele seja, a fim de que se garantam os interesses do capital: precisa começar a ser produtivo. Por isso não surpreende o incômodo que se encontra no *corpus* desta pesquisa quando se fala na questão da improdutividade ou de um suposto gosto brasileiro pelo ócio. Assim, as explicações para o atraso econômico e para a incerteza do futuro são dadas a partir de um suposto aspecto cultural, obliterando-se camadas mais profundas do discurso que dizem respeito a interesses materiais não das classes trabalhadoras de quem se fala, mas das classes dominantes que as enformam e reduzem.

De qualquer forma, por enquanto, com o intuito de iniciar a discussão, resta dizer que o texto britânico, com seu tom colonizador, reforçado pelo noticiário favorável a ele, assume função doutrinadora, recorrendo a estratégias discursivas que sugerem que o Brasil precisa retornar às premissas neoliberais, retratadas como o antídoto capaz de solucionar o problema da improdutividade generalizada, tirando o Brasil do profundo sono em que se encontra. Tal fala não causa tanto espanto quanto as reações dos editoriais brasileiros a ela.

⁹ Por tornar produtivo, aqui, entende-se: que o fruto do trabalho deste trabalhador implique em mais rendimentos para o contratante de sua mão-de-obra, implique isso em aumento ou intensificação da sua carga de trabalho. Não se fala, por enquanto, de possíveis ganhos de produtividade advindos da adoção de novos processos ou tecnologias no fazer laborativo.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Este capítulo dedica-se, principalmente, a uma breve exposição de pressupostos teórico-metodológicos fundamentais para a compreensão da linguagem e de sua natureza social. Concebidos por Bakhtin e o Círculo¹⁰, tais princípios e conceitos pavimentam o caminho a ser percorrido por este estudo, fornecendo-lhe o alicerce e sendo para ele o amálgama necessário para a efetivação da análise a ser desenvolvida. Também aborda, embora em menor proporção¹¹, algumas concepções básicas sobre Trabalho, Capital e Jornalismo, sem as quais a análise a ser desenvolvida ficaria demasiadamente incompleta.

Tarefa prévia a esta apresentação é o lançamento de um rápido olhar sobre a totalidade e a dimensão da obra de Bakhtin e o Círculo. Qualquer abordagem sobre esse pensamento impõe, logo de início, um problema a ser discutido: é imprescindível não lhe impor artificialmente uma unidade que nele não existe ao mesmo tempo em que é fundamental compreendê-lo e dialogar com os seus conceitos de maneira inteligível, tendo em vista a sua diversidade e abrangência. Nas enunciações de Bakhtin, por exemplo, “[...] há facetas tão múltiplas que às vezes fica difícil acreditar que os seus traços distintivos tenham se originado sempre de uma única e mesma pessoa” (TODOROV, 2011, p. I). O universo deste teórico não tem fechamento, acabamento, finalização, de modo de que o conjunto de seus conceitos pode ser visto como um grande enunciado, uma atitude dialogicamente responsiva a outras tantas enunciações circulantes.

Para Bakhtin e o Círculo, a linguagem é central e indissolúvel da língua, da história e da concretude da vida imediata dos sujeitos historicamente situados. Mais do que isso, a linguagem é situada no campo da vida: ser é comunicar-se, por meio do diálogo, com outrem.

Essa alteridade é um princípio fundante da arquitetura filosófica de Bakhtin e do Círculo. Outra premissa essencial é o diálogo. Articulados, esses dois princípios

¹⁰ O filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin, principal nome de um grupo de pesquisadores que ficou conhecido por “Círculo de Bakhtin”.

¹¹ Tal opção foi assumida porque a voz do pensamento bakhtiniano precisou ser mais evidenciada, não por ser “melhor”, “pronta e acabada”, mas por corresponder de maneira mais específica às escolhas e necessidades da pesquisa no que diz respeito a aspectos teórico-metodológicos e também ético-políticos – que são imanentes à ação analítico-dialógica. É sabido que outras teorias e autores também responderiam de maneira considerável ao problema de pesquisa, mas, reitera-se, a opção escolhida foi a de considerar o universo da linguagem viva, a “palavra na vida”, ou seja, considerando os aspectos extraverbiais das enunciações (VOLOSHINOV, 2011, p. 154), intento que também justifica a recorrência aos autores de outras áreas do conhecimento que aqui se desdobra.

embasam uma percepção da relação social que destaca a linguagem, a comunicação ativa de um eu com um outro, estruturando um arcabouço teórico-metodológico que extrapola os limites dos estudos linguísticos e literários e possibilita a sua aplicação nos mais diferentes campos das Ciências Humanas. Mais do que isso, esses elementos fundantes, bem como as reflexões filosóficas que resultam de sua movimentação, exigem aplicação direta na vida concreta dos sujeitos, realidade material e também simbólica de onde tem origem o pensamento bakhtiniano e que também, pelo diálogo, é alterada pela ação dos sujeitos.

As páginas a seguir trazem elementos para uma melhor compreensão e apropriação desse pensamento. O intuito não é o de concluí-lo, mas o de destacar alguns de seus aspectos mais importantes para a análise dialógica a que se propõe este estudo.

2.1 SIGNO E IDEOLOGIA: A NATUREZA SOCIAL DA PALAVRA

Para Bakhtin, há ideologia em tudo o que pensamos ou dizemos. Sendo o signo mais puro que existe, a própria palavra, quando percebida não do ponto de vista meramente linguístico, mas extralinguístico, ou seja, no campo da vida, é repleta de ideologia. O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes, pois “ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2014, p. 33). Em outras palavras, o signo é pressuposto da ideologia, o que corresponde a dizer que qualquer signo que entre na corrente contínua da comunicação interpessoal, que se dá no embate dialógico entre pessoas diferentes, entre um “eu” e um “tu”, torna-se ideológico:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção, ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado*¹² e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia. [...] Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2014, p. 31).

¹² Grifo do autor.

Na perspectiva de Bakhtin e do Círculo, a ideologia é vista não por uma relação verdade-mentira, falso-verdadeiro, tese-antítese, tal qual preconcebe a corrente mais mecanicista do Marxismo – tradição discursiva que seria um dos principais interlocutores de Bakhtin/Volochinov (2014). A ideologia é o embate entre sujeitos diferentes, classes sociais diferentes, que utilizam e, o tempo todo, dão novos sentidos aos mesmos signos, sendo o principal deles a palavra.

Em um simples corpo físico, um objeto, instrumento de produção, ou produto de consumo, não há ideologia. É o caso, por exemplo, da foice e do martelo como emblema da União Soviética (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2014, p. 32). Ambos são instrumentos de produção. Por si só, tanto a foice quanto o martelo nada significam, coincidindo inteiramente com aquilo que são: objetos utilizados pelo homem para modificar outras coisas. Mas quando são considerados seus aspectos histórico-sociais, esses artefatos, apropriados por uma classe social específica, com um objetivo específico (uma revolução proletária), quando transformados em emblema de uma causa, adquirem novos sentidos, novos significados, caracterizando um signo, que reflete (mostra) e refrata (altera) determinada realidade e cujos sentidos permanecem em negociação na intersubjetividade, que é material (concreta) e histórica: é a movimentação dos sujeitos que dará contorno e densidade social a este signo. Construído socialmente a partir do objeto – e mesmo sendo concreto, real, material, tal qual a coisa que lhe deu origem – esse signo não é o objeto, mas uma representação dele que aborda uma realidade diferente da realidade do objeto em si: enquanto os artefatos foice e martelo podem ser definidos como “instrumentos de metal com cabo de madeira” os signos foice e martelo podem remeter a inúmeros posicionamentos axiológicos, inclusive de natureza oposta, de acordo com o contexto e com os sujeitos do discurso (se marxistas ou liberais, etc.).

A realidade concreta, existente no plano “sócio natural” (LATOUR, 1995), insta o sujeito a falar dela, que o faz mantendo uma posição particular. Ele fala do lugar que lhe foi reservado, tem um gênero/identidade, uma classe social, interesses políticos, visão de mundo, está repleto de mediações das mais diferentes origens. Quando ele fala sobre essa realidade, a sua fala carrega consigo toda uma tradição enunciativa. Não é apenas a sua vontade que se ouve, mas há também a voz de outros. O seu discurso é repleto da palavra de outrem. Ao falar, ele não apenas reproduz (reflete) essa realidade, como também a altera (refrata) de alguma forma.

Cada signo é, ao mesmo tempo, um reflexo e um fragmento material dessa realidade. Quando se fala em signo, não se está falando de algo que existe somente em um mundo abstrato: “Ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, o universo de signos” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2014, p. 32). Enquanto fenômenos do mundo exterior, ou seja, do mundo intersubjetivo, são fragmentos da realidade, uma “encarnação material, seja como som, massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer” (Ibid., p. 33).

Bakhtin/Volochinov retiram, epistemologicamente, a ideologia do plano da consciência individual¹³. Nesse sentido, advogam que a consciência surge e se afirma mediante a encarnação material em signos, pois a compreensão de algo é uma resposta a um signo por meio de outros signos, ou seja, a consciência individual é, por definição, semiótica, e, portanto, ideológica. A consciência individual surge e é constantemente preenchida a partir da interação entre indivíduos que partilham, resgatam ou modificam signos compartilhados (comuns). Estes signos adquirem, reforçam, enfraquecem ou renovam sentidos à medida que são arrolados na corrente infinita de trocas dialógicas entre sujeitos historicamente situados. Isso significa que a própria consciência individual só se forma quando está impregnada de material semiótico (signos), em outras palavras, de ideologia, “consequentemente, somente no processo de interação social” (Ibid. p. 34).

Aqui emerge nitidamente algo que permeia toda a teoria bakhtiniana: a noção de alteridade. Os signos surgem na interação de um eu com um outro. O discurso interior desse eu está repleto de signos, de ideologias, que, por sua vez, foram construídas por meio do embate dialógico com outros sujeitos. Possuindo os signos uma concretude material que reflete e refrata a realidade, é como se o outro também fosse parte constituinte desse eu, e de fato, o é, como poderemos aprofundar mais adiante.

Por ora, urge retomar o raciocínio anterior e destacar a enunciação que mais interessa a esta seção no que diz respeito à natureza ideológica da palavra. Para

¹³ Os autores destacam que os campos do conhecimento que eles chamam de “a filosofia idealista” e a “visão psicologista da cultura” situam a ideologia na consciência individual o que, para eles, seria um equívoco, tendo em vista que o próprio pensamento individual, ou seja, o discurso interior, só pode se materializar mediante a utilização de material semiótico, tendo em vista que a compreensão é uma resposta a um signo por meio de outros signos e o signo se dá na comunicação interpessoal – não é apenas submetido a um sistema lógico preconcebido.

Bakhtin, ela é um signo ideológico por excelência e, portanto, deve ser colocada no primeiro plano do estudo das ideologias.

É precisamente na palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica.

Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo neutro. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 37).

Sendo a palavra um signo neutro, um fragmento da realidade prestes a adquirir sentidos exteriores a si a partir da interação entre sujeitos historicamente situados, é no embate dialógico, que ocorre no contexto de domínios particulares da criação ideológica (a política, a economia, a arte, a religião, etc.), que ela assume tons ideológicos socialmente intencionados. Para Bakhtin e o Círculo, a palavra possui caráter ubíquo. Está presente tanto na infraestrutura quanto nas superestruturas sociais. Em outras palavras, a palavra está em tudo, em todas as dimensões humanas e, portanto, em todas as relações sociais, tendo em vista que o sujeito só se configura como tal na fronteira, na presença e no diálogo, com outros sujeitos.

A mesma palavra, como, por exemplo, “trabalhador”, uma das que mais interessa a esta pesquisa, é um signo que assume diferentes valores semióticos de acordo com o campo ideológico, com o posicionamento dos interlocutores e com o contexto social no qual ela é confrontada com outros signos. Do ponto de vista do capitalista, pode remeter a aspectos que dizem respeito a custos, controle da produção e lucratividade, só para citar alguns exemplos. Já do ponto de vista de quem não possui os meios de produção, o mesmo signo tende a refletir uma realidade imediata bastante familiar, remetendo a valores axiológicos que discutem dignidade, honra, identidade de classe ou até mesmo refratar um anseio coletivo como uma revolução proletária ou, do lado oposto a essa concepção, a aceitação da exploração da força de trabalho motivada pela promessa de incremento na qualidade de vida por meio do consumo. Se o discurso possui caráter semiótico e, portanto, ideológico, cabe ao analista, então, identificar o seu viés, confrontando os enunciados a fim de compreender o que sustenta e o que pretende cada enunciação.

2.2 ENUNCIADO E DIÁLOGO

Bakhtin (2011 *b*, p. 289) postula que a unidade básica da comunicação discursiva é o enunciado, afastando esse conceito de uma visão puramente linguístico-gramatical: dotado de um potencial imanentemente responsivo, o enunciado caracteriza-se por uma capacidade de impelir o interlocutor a um agir reativo, incitando-o à produção de novos enunciados. Por outro lado, a oração, considerada pelo Círculo como a unidade básica da língua, não carrega o mesmo potencial dialógico, mas a partir do momento em que o conjunto de palavras de uma oração desperta no interlocutor a necessidade de novas enunciações, ela deixa de ter valor meramente gramatical para assumir um sentido, transformar-se em enunciado, ou seja, a enunciação pressupõe a existência de outra pessoa ou outras pessoas, bem como a alternância entre os sujeitos do discurso.

Esse revezamento enforma o enunciado, dá a ele sustentação e preenchimento por meio do embate com enunciados correlatos no contexto histórico e social em que estão situados os sujeitos falantes. Nessa perspectiva, são evidenciados tanto o sujeito que fala ou que escreve quanto o destinatário de cada enunciação, considerando o contexto material em que se dá essa interação.

O enunciado tem começo, meio e fim, tal qual ocorre na comunicação verbal face a face, situação em que os falantes ouvem o que o outro diz e, na medida em que são incitados a responder, falam o que as circunstâncias do momento permitem ou exigem – é justamente esse “enquadramento”, possibilitado pela ideia de enunciado, que permite que o discurso, composto por diferentes e diversos enunciados, possa ser analisado. Seja em forma de livro, ordem, fala do cotidiano ou texto, o enunciado suscita ao menos uma resposta compreensiva por parte do outro: seja para criticar ou para concordar, para obedecer ou se revoltar, quando há enunciado, há algum tipo de resposta. E se há a resposta, conclui-se que o que houve foi uma enunciação e não uma oração. Por isso que nos textos do Círculo, em diferentes ocasiões, encontra-se a máxima de que “a oração está no reino da gramática, enquanto o enunciado habita a realidade”.

Quanto à forma, um enunciado pode ser desde um complexo período, cuja compreensão exige o domínio de inúmeras referências, como é o caso dos enunciados científicos, por exemplo, até uma única palavra, expressão (mesmo as faciais/corporais) ou interjeição: um “humpf”, ou um “tsc tsc tsc”, no contexto da comuni-

cação cotidiana, podem ter mais eficácia do que muitas frases. “Dependendo do contexto do enunciado, a oração ‘Ele morreu’ pode traduzir também uma expressão positiva, de alegria e até de júbilo”, enquanto a oração “Que Alegria!”, pode assumir “tom irônico ou amargamente sarcástico” (Ibid. p. 290).

De qualquer forma, ao esboçar qualquer definição sobre o conceito de enunciado para Bakhtin e o Círculo, mais uma vez, é preciso recorrer à noção de alteridade. Se, como em uma situação comunicativa do cotidiano, todo enunciado tem início e fim absolutos, então o que o limita e enforma é a alternância dos sujeitos do discurso, tendo em vista que “o falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva” (BAKHTIN, 2011 p. 275).

Mas esse outro não está presente apenas no momento discursivo, no diálogo propriamente dito, apenas na comunicação cotidiana face a face, na exterioridade subjetiva, mas também na concretude material do enunciado. Como explica Bakhtin (2011 *b*), ao mesmo tempo em que reagem a enunciados precedentes e subsequentes, os enunciados são, também, parte essencial de discursos individuais que são compostos por palavras de outrem. Eis por que a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de assimilação – mais ou menos criador – das palavras do outro (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras citadas) é pleno de palavras dos outros, que trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo, que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos (Ibid., p. 294).

Um enunciado sempre tem autor e destinatário (auditório social), sendo esse endereçamento outra peculiaridade constitutiva de cada enunciação (Ibid., p. 305). Tudo o que é dito, escrito, composto ou produzido o é para alguém, às vezes até mesmo para o próprio enunciador (discurso interno), tendo em vista que a alteridade é verificável também no próprio sujeito – pressupõe-se que, no vasto campo da língua viva, o “eu” pode ser outro para si mesmo.

Mesmo sem ser abordado de forma explícita até aqui, por ser estruturante de toda a arquitetura bakhtiniana, tem ficado em evidência, em diferentes momentos, outra concepção sem a qual não se pode compreender, por completo, a noção de enunciado: o diálogo. Diálogo e enunciado são, assim, dois conceitos interde-

pendentes (MARCHEZAN, 2014). Mais que um postulado retórico, o diálogo, para o Círculo, assume um caráter axiológico, além de poder ser entendido também como pressuposto epistemológico e metodológico, pois é nele que se observa a alternância entre enunciados, entre sujeitos falantes, o embate ideológico – e é por este motivo, que, inevitavelmente, este estudo precisará recorrer a esse conceito outras vezes. O diálogo também pode ser entendido como um posicionamento ético do sujeito perante outros, além de um fundamento do pensamento criativo e da própria criação (BEZERRA, 2013).

No âmbito do pensamento bakhtiniano, essa noção pressupõe não só a existência de outrem com o qual se trava o ato comunicativo, mas parte da premissa de que todos os interlocutores podem tanto falar quanto ouvir, dialogando por meio de vozes isônomas e imiscíveis (BAKHTIN, 2013).

Forma clássica da comunicação verbal, o diálogo expressa a posição do locutor, possibilitando e conduzindo a réplicas, ou seja, à produção de novos enunciados, em suma, a novas enunciações. Para Bakhtin, o diálogo deve ser considerado em sentido amplo: pode e deve ser alargado para todos os campos da linguagem e também da vida.

A única forma adequada de expressão verbal da autêntica vida do homem é o diálogo inconcluso. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa por inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (BAKHTIN, 2011 c, p. 348).

Assim, o homem se revela por meio do diálogo, mais precisamente, por meio da comunicação com outrem. O princípio do dialogismo, bem como o da alteridade, presente em Dostoiévski fascina Bakhtin (2013, p. 293) e é incorporado ao seu pensamento filosófico:

Podemos focalizá-lo e podemos revelá-lo - ou melhor, podemos forçá-lo a revelar-se a si mesmo - somente através da comunicação com ele, por via dialógica. Representar o homem interior como o entendia Dostoiévski só é possível representando a comunicação dele com um outro. Somente na comunicação, na interação do homem com o homem revela-se o "homem no homem" para outros ou para si mesmo.

Compreende-se perfeitamente que no centro do mundo artístico de Dostoiévski deve estar situado o diálogo, e o diálogo não como meio, mas como fim. Aqui o diálogo não é o limiar da ação, mas a própria ação. Tampouco é um meio de revelação, de descobrimento do caráter como que já acabado

do homem. Não, aqui o homem apenas se revela exteriormente como se torna, pela primeira vez, aquilo que é, repetimos, não só para os outros, mas também para si mesmo. Ser significa comunicar-se pelo diálogo. Quando termina o diálogo, tudo termina. Daí o diálogo, em essência, não poder nem dever terminar.

A noção que embasa este excerto permeia a obra de Bakhtin e do Círculo e coloca a linguagem em evidência. O homem vive para se comunicar e não o contrário e essa comunicação só é possível se houver um outro. A vida humana se dá por meio de outrem. Sem ele, não há comunicação e, portanto, não há vida. A ausência de diálogo, nesse sentido, é a morte. Vivemos porque nos comunicamos, em uma série de relações dialógicas que não pode ter fim, pois, se elas cessarem, tudo acaba.

2.3 POLIFONIA, MONOLOGISMO E A BUSCA PELA LIBERDADE

Se o pressuposto da vida é o inter-relacionamento dialógico entre sujeitos (consciências) imiscíveis que se reconhecem enquanto tal por meio do diálogo, na relação fronteira entre um “eu” e um “tu”, então o modelo ideal de sociabilidade para o pensamento bakhtiniano, seja no campo da representação artística ou no da vida, precisa ser um que preserve as subjetividades e garanta o diálogo. Esse modelo foi encontrado por Bakhtin na análise da obra de Dostoiévski, considerado o criador de um tipo totalmente novo de pensamento artístico, o polifônico. Bakhtin vê a polifonia nas diferentes relações entre as personagens de Dostoiévski, situações que mantêm semelhanças com a vida concreta. Os heróis são como pessoas independentes, ideólogos de si mesmos, agem como se fossem filósofos, pensadores independentes, pessoas totalmente diferentes, com valores distintos do autor. É que no romance polifônico de Dostoiévski, o autor é interlocutor (e não senhor) de seus personagens, mantêm com eles uma condição de isonomia, sem, no entanto, com eles se misturar ou confundir:

A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo sua imiscibilidade (BAKHTIN, 2013, p. 5).

A condição de igualdade entre as vozes dos interlocutores é a essência da ideia de polifonia. Essa forma de organização dos relacionamentos interpessoais, seja no mundo artístico ou na vida cotidiana, não oblitera vontades individuais. Pelo contrário, é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades. A vontade artística da polifonia é a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento (Ibid).

A condição de igualdade entre autor e personagens o impede de concluí-las, acabá-las esteticamente. Assim, elas são inconclusas, inacabadas, estão em permanente conflito consigo mesmas, sempre no limiar, na fronteira de uma crise. Para o autor, o que interessa é como a personagem se vê no momento da representação artística (e não no passado), ou seja, a sua autoconsciência. Assim, com esta relativa liberdade, no romance polifônico, é a personagem que se revela ao leitor, por meio do conflito interno de sua autoconsciência, por meio do autodiálogo, do diálogo interno, ou no diálogo com outrem, seja externo ou interno. Nessa revelação dialógica, também é a personagem que evidencia a sua posição perante os outros e o mundo. Em suma, no universo artístico de Dostoiévski, a autoconsciência é o dominante artístico da construção das personagens. Elas são, via de regra, homens livres com relação ao seu criador e, dessa forma, alheias a ele, interagem com ele por meio do diálogo. Há, então, relações entre consciências diferentes, mas de igual importância, e, portanto, com pleno direito à voz. Apesar de possuir um excedente de visão, ou seja, saber coisas sobre a personagem que ela mesma desconhece, o autor utiliza esse excedente de maneira ética: “Esse é um excedente aberto e honesto, que se revela dialogicamente ao outro, um excedente que se exprime em discurso voltado para alguém, e não à revelia” (BAKHTIN, 2013, p. 336).

Reforçando o caráter isonômico entre as diferentes consciências, a polifonia não exige que entre elas haja, necessariamente, convergência. Dar a voz ao outro não é o mesmo que concordar com ele de antemão, mas lhe garantir o direito à fala, não obliterar a sua voz. Esse posicionamento aceita as diferenças, busca a diversidade, a pluralidade, garantindo o caráter plenivalente da linguagem e da vida concreta, propiciando as condições para que haja diálogo, que pressupõe a existência de um outro que também fale. Desse mirante teórico-metodológico e ético, a vida é um diálogo sem fim, em que sempre haverá embate. O fruto do diálogo não é uma síntese dialética, no sentido de que o diálogo, nessa perspectiva, não é um meio

para se chegar a um fim, mas sim um fim em si mesmo, haja vista que viver é estar em contato com outrem por meio do diálogo.

Nesse sentido, inspirado em Dostoiévski, Bakhtin tende a refutar qualquer tipo de fechamento, acabamento de uma personagem por seu autor, de um sujeito pelo outro, de uma consciência por outra – ou no caso do objeto de estudo desta pesquisa, de um jornalista por seus entrevistados, de um meio de comunicação por uma coletividade (as pessoas que se identificam como “trabalhadores”). No pensamento bakhtiniano, não pode existir a palavra definitiva sobre o outro, o ponto final, pois a finalização estética (e ética) de outrem é um ato autoritário, monológico. Para Bakhtin, “[...] monologismo é a negação da isonomia entre as consciências em relação à verdade (compreendida de maneira abstrata e sistêmica)” (BAKHTIN, 2011, p. 339). É o plano de uma consciência só:

O monologismo nega ao extremo, fora de si, a existência de outra consciência isônoma e isônoma-responsiva, de outro eu (tu) isônimo. No enfoque monológico (em forma extrema ou pura), o outro permanece inteiramente apenas objeto da consciência e não outra consciência. Dele não se espera uma resposta que possa modificar tudo no mundo da minha consciência. O monólogo é concluído e surdo à resposta do outro, não o espera e nem reconhece nele força decisiva. Passa sem o outro e por isso, em certa medida, reifica toda a realidade. Pretende ser a última palavra. Fecha o mundo representado e os homens representados (BAKHTIN, 2011 c, p. 348).

O pensamento bakhtiniano não aceita a transformação do homem, sujeito dotado de vida, em objeto mudo de um conhecimento conclusivo à revelia: “No homem, sempre há algo, algo que só ele mesmo pode descobrir no ato livre da autoconsciência e do discurso, algo que não está sujeito a uma definição à revelia, exteriorizante” (BAKHTIN, 2013, p. 66). Para se chegar a este posicionamento, admite-se o pressuposto da busca pela liberdade humana, daí a negativa por qualquer ato de finalização ou acabamento de um sujeito por outrem. Assim emerge mais uma vez a noção de vida vivida na fronteira intersubjetiva. Se este outro me informa, dá-me acabamento, é autor monológico de mim, finaliza-me: isso significa o fim do diálogo, ou seja, a morte. A vida existe se um eu está em contato com um outro e enquanto o outro existir este eu também existirá. Da mesma forma, quando o eu finaliza o outro, sem lhe dar chance de se manifestar dialogicamente, está matando-o. Essa é a lógica do pensamento tanto de Dostoiévski quanto de Bakhtin. Em ambos, revela-se um antagonismo à postura autoritária e reificadora do homem pelo homem. É oportuno destacar que a ênfase da obra dostoiévskiana (tanto na forma

quanto no conteúdo) “é uma luta contra a coisificação do homem, das relações humanas, e de todos os valores humanos no capitalismo” (Ibid, p. 71).

Desse mirante epistemológico, vê-se com nitidez a centralidade da linguagem, entendida como inter-relacionamento de consciências imiscíveis em um fluxo contínuo e infinito de relações dialógicas.

Nenhum dos acontecimentos humanos se desenvolve nem se resolve no âmbito de uma consciência. Daí a hostilidade de Dostoiévski a ideologias que veem o fim último na fusão, na diluição das consciências em uma consciência, na superação da individuação. Nenhum nirvana é possível para uma só consciência. Uma só consciência é um *contradictio in adjecto*. A consciência é essencialmente plural. *Pluralia tantum*. Dostoiévski tampouco aceita ideologias que reconhecem a uma consciência superior o direito de avocar-se a decidir pelas consciências inferiores, transformando-as em coisas mudas (BAKHTIN, 2011 c, p. 343).

Ressaltar esta peculiaridade ético-político-filosófica do pensamento bakhtiniano é um exercício decisivo para a análise dialógica de enunciados mediados jornalisticamente, devido à difusão e naturalização históricas de certa ideia de objetividade. Tal concepção surge nos Estados Unidos no último quarto do século XIX, período marcado pela influência do positivismo (BARROS FILHO, 1995). Este conjunto teórico-ideológico propunha que as Ciências Sociais colaborassem para a resolução dos problemas modernos por meio de soluções baseadas em resultados tão incontestáveis quanto os obtidos pelas Ciências Exatas. Nesse contexto, dissemina-se a ideia e a prática de separação entre fato e juízo de valor, acontecimento e opinião, distinção que foi significativa no desenvolvimento histórico do Jornalismo¹⁴. Do ponto de vista comercial, a aplicação das ideias positivistas ao campo jornalístico em formação legitimou o estabelecimento de um novo tipo de mercadoria, diferenciando jornais “legítimos” e “imprensa marrom” e trazendo a reboque outra concepção que marcou o Jornalismo no século XX, a ideia de imparcialidade. Aos informadores cabia transmitir os fatos de forma linear e precisa, sem adjetivações, sem opiniões (restritas aos espaços editoriais). Dessa forma, bastaria ao jornalista ouvir diferentes fontes (pessoas/documentos/versões) interessadas ou relacionadas a um fato, dando uma sensação de “pluralidade de vozes”, para que pudesse transmitir uma narrativa digna de crédito, muito próxima à verdade. Essa concepção e seus desdobramentos, que serão discutidos de forma mais apropriada no item 2.8, embora cada

¹⁴ Vem daí, por exemplo, a diferenciação que ainda hoje é feita entre Jornalismo Opinativo e Informativo (BARROS FILHO, 1995).

vez mais enfraquecidos atualmente – seja pelo desgaste de sua utilização seja pelo advento de novas mídias, que vê alterando os modelos clássicos do negócio jornalístico –, permanecem vigentes e influenciam na forma como as pessoas percebem o conteúdo jornalístico. A mediação jornalística confere credibilidade e garante a circulação de relatos sobre o mundo concreto, de modo que é difícil contrapor-se a uma “verdade” dita ou reproduzida por um veículo de comunicação.

Nesse aspecto, um texto que utiliza várias fontes, como o da *The Economist*, seria, justamente por isso, plural, imparcial, objetivo, ao fornecer um relato sobre a improdutividade do brasileiro? Ou, observado o tom autoritário de seus enunciados, seria monológico, tal qual preconiza o pensamento bakhtiniano? Pode haver polifonia ou pluralidade (conceitos diferentes, que não se misturam) em um discurso que, ao falar de um sujeito, ou uma classe específica, no caso, o trabalhador, ouve e reproduz apenas as falas de empresários e *experts* na “questão brasileira”, ignorando a capacidade enunciativa tanto do sujeito do qual se fala quanto das inúmeras entidades representativas de sua classe/condição social (sindicatos, centrais, associações, etc.)? Essas são questões às quais serão buscadas respostas no capítulo seguinte.

Para sua resolução, entretanto, é necessário reiterar que enquanto a polifonia consiste na convivência, no embate, no diálogo entre diferentes consciências, entre diferentes vozes e opiniões, em uma pluralidade fônica, o discurso monológico é o seu oposto, o reino de uma só consciência, que aos outros conclui e acaba. Enquanto uma é ligada à ideia de liberdade, que consiste na noção de isonomia entre diferentes, o outro possui uma vontade autoritária de abafar ou sufocar a voz alheia. Uma pressupõe sujeitos diferentes em seu ser, mas iguais em direitos, e a outra parte da premissa da desigualdade, pois para que exista uma voz que se sobressaia há, necessariamente, que existir inferiores e é sobre estes que o monologismo finca os seus pilares. Filosoficamente, uma é o terreno da vida, e de uma vida eterna, pois o fluxo vivo de comunicação não tem fim (ou não pode cessar), ou seja, o diálogo não tem fim; enquanto a outra é o terreno da morte, do embate de uma só consciência, o que consiste em um paradoxo, pois sem o outro não há diálogo e sem este relacionamento com outrem não há vida. A arquitetura teórica bakhtiniana é voltada à busca pela vida e pela liberdade¹⁵. Valoriza a diversidade, rejeita o autoritarismo,

¹⁵ O discurso liberal/neoliberal, que inspira boa parte dos enunciados do *corpus* desta pesquisa, também é desenvolvido a partir de certa noção de liberdade, como a análise dialógica desenvolvida no

pauta-se por uma noção que é subjetiva e ao mesmo tempo social, ou seja, intersubjetiva, no sentido de que o sujeito não se basta a si mesmo e necessita de outros para ser.

2.4 A IMAGEM EXTERNA

Com relação a este outro, quando ele é objeto de criação ou de representação estética, o observador possui sobre ele um excedente de visão. Ao retratá-lo, ao falar sobre ele, ao emitir sobre ele uma enunciação, ao ser autor de um discurso sobre outrem, o observador está inscrito em uma situação ética. Não pode dar sobre ele a palavra final e, sem se fundir a ele, deve entendê-lo de maneira profunda, mantendo a sua subjetividade, ou seja, não deve reificá-lo, transformá-lo em coisa, em objeto sem voz. Devido a este excedente de visão, o observador vê o todo, não apenas a personagem no instante retratado, mas o contexto material, histórico e social, enfim, uma série de elementos composicionais que o sujeito observado não é capaz de ver. Para Bakhtin (2011, p. 23), esse excedente de visão “é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor”:

Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele.

Essa compenetração é o primeiro momento da atividade estética. É um vivenciar, um ver e um inteirar-se sobre o que outro vivencia. É também mais do que colocar-se no lugar dele: é como que coincidir com ele (Ibid, p. 23). Quando o obser-

capítulo seguinte evidenciará. Adianta-se, porém, que a liberdade em Bakhtin e o Círculo, bem como em Dostoievski, é percebida de maneira incompativelmente diferente – o mesmo se pode dizer da liberdade para o Marxismo. Para o pensamento liberal, a liberdade está baseada no indivíduo e na propriedade privada, na ideia de que, isônomos em direitos, todos seriam livres para empreender, produzir, competir. Em vez do diálogo, atua como motor da sociabilidade a troca (de mercadorias, de moeda). O liberalismo/neoliberalismo coloca a economia como o aspecto central da existência humana, aponta o mercado como o mediador da convivência social, pressupondo que, ancorada nos recentes avanços científicos e tecnológicos – e devido à derrocada das experiências comunistas do século XX –, o homem teria alcançado nas democracias liberais o seu estágio mais avançado de organização social (STEWART JR., 1988). Ao final e ao cabo, esse conceito individualista e privatista de liberdade acaba se convertendo na defesa arraigada da liberdade de capital e de mercados, da livre circulação da produção ou das riquezas materiais, ficando o humano (o outro) em planos subalternos, coisificado em mercadoria ou em consumidor de mercadorias.

vador retorna a si, ao lugar fora do outro observado, aí sim ele pode enformar esse outro esteticamente, dar-lhe acabamento e, com o excedente de visão, reconstruí-lo, descrever sobre ele mais do que ele próprio sabe.

Da mesma forma que o outro é compreendido por mim, a compreensão do eu só pode ocorrer por meio e no outro. Isso equivale a dizer que o eu não tem uma impressão particular da sua própria imagem e que esta depende da enformação que é dada por outrem, pois o eu não vê a si mesmo, vivencia-se por dentro e convive com o resultado da impressão de sua imagem causada no outro. É como se o outro fosse o autor da minha imagem externa. Nessa perspectiva, nem mesmo em uma autocontemplação o eu seria capaz de ser o autor de si mesmo. Quando a pessoa está diante do espelho, o que ela vê não é a si, mas um reflexo de sua imagem externa, reflexo este que não a envolve por completo, pois ela está “diante e não dentro do espelho; o espelho só pode fornecer o material para a auto-objetivação, e ademais um material não genuíno” (Ibid. p. 30).

A relação do indivíduo com a própria imagem externa diz respeito ao seu eventual efeito sobre os seus observadores imediatos, isto é, “nós a avaliamos não para nós mesmos, mas para os outros e através dos outros” (Ibid. p. 31). Por esse motivo, o que é dito pelos outros a nosso respeito nos interessa, pois ao não termos a capacidade estética de nos compreender, por não termos o excedente de visão com relação nós mesmos, tentamos encontrar em outrem uma posição axiológica em relação a nós mesmos.

Mas e se o que o outro diz sobre nós não é algo positivo, não é algo que nos agrade? Ou se o resultado da atividade estética de outrem sobre nós demonstre a intenção de produzir um efeito que nos prejudique, ou que, por exemplo, como no caso do *corpus* deste estudo, repouse em uma vontade autoritária, de imposição de uma ideia que não necessariamente possa nos fazer bem?

Essas são questões a serem enfrentadas pela análise propriamente dita do *corpus* deste estudo, mas que se tornam relevantes desde já para ressaltar o fato de que a imagem externa, positiva ou negativa, forma-se em um local que não coincide com o sujeito objeto da atividade estética. “O eu não pode passar sem o outro e deve encontrar-se no outro (no reflexo recíproco, na percepção recíproca)” (BAKHTIN, 2011, p. 342).

É de outrem que o sujeito recebe o próprio nome, que pode ser belo ou depreciativo. “Dorminhoco”, “preguiçoso”, “improdutivo”, “estúpido” são algumas adjeti-

vações atribuídas ao protagonista do *corpus* deste estudo e que exemplificam que a atividade estética pode produzir imagem externa negativa.

Se a representação da nossa imagem externa feita pelo outro é importante para compensarmos a ausência de excedente de visão sobre nós mesmos, então é crucial levar em consideração o que diz esse outro sobre nós. Se os sentidos dos objetos de nossa comunicação cotidiana estão em constante negociação, se a nossa imagem externa ainda não foi dada definitivamente (se é que um dia ela será dada), se não pode haver um ponto final nesse diálogo sobre o que somos, então é preciso atentar-se para a fala do outro, para a imagem e para a forma pela qual ele constrói essa imagem externa sobre nós. É preciso que nos apropriemos dos sentidos e da ideologia que permeiam esses discursos, a fim de que, espectadores da nossa própria imagem dada por outrem, também possamos ter as condições para ver o outro e as intenções desse outro na imagem criada a partir do que somos ou do que dizem que somos.

2.5 O DISCURSO DE OUTREM

No *corpus* desta pesquisa o discurso de outrem, de forma direta ou indireta, é uma constante. Tanto na composição do texto primário quanto nos seus comentários (editoriais), há sujeitos que falam e sujeitos que falam sobre estas falas, o que levanta questionamentos de ordem ética na representação tanto do sujeito que falou quanto do conteúdo reproduzido ou ressignificado. Ética e esteticamente, em uma condição ideal, a perspectiva bakhtiniana valoriza a conservação do outro na reprodução de seu discurso, de forma que esse outro que tem o discurso reproduzido se converta em uma espécie de unidade de construção discursiva. Mesmo que, na prática, não se trave um diálogo clássico entre o falante e o discurso de outrem sobre o qual ele constrói o seu, pressupõe-se que, entre essas enunciações, há interações dialógicas.

Apenas falar sobre o tema do discurso do outro é tratá-lo com superficialidade, é só saber o "como" e o "de que falava fulano". Somente obtém-se o "quê" ele falava por meio da transmissão de suas palavras, mesmo que só sob a forma de discurso indireto (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2014, p. 150). Nesse sentido, na transição de tema de um gênero como a reportagem para o editorial, pode haver simplifi-

cação, superficialização, seja pelo estilo e tom dissertativo peculiares do editorial ou pelo tamanho limitado do texto, o que praticamente impossibilita a reprodução não só do discurso, mas também de uma figura aproximada das posições do outro que é retratado. O discurso retórico, diferentemente do discurso literário, não é tão livre na sua maneira de tratar as palavras de outrem. Ele tem, de forma inerente, um sentimento agudo dos direitos de propriedade da palavra e uma preocupação exagerada com a autenticidade (Ibid., p. 159). Não trabalha a totalidade do pensamento do interlocutor, mas aspectos de um tema comum entre os interlocutores: no discurso citado, ocorre um discurso no discurso, uma enunciação na enunciação (Ibid., p. 150).

2.6 EMBATES ENTRE IDEOLOGIA OFICIAL E DO COTIDIANO

O pensamento bakhtiniano se distingue da perspectiva marxista no tratamento da ideologia. Enquanto para determinada corrente do marxismo oficial (que Bakhtin considerava mecanicista) a ideologia era vista como falsa consciência – voltada para o ocultamento da realidade social por parte da classe dominante, no intuito de se manter a ordem das coisas –, para Bakhtin e o Círculo a ideologia se manifesta em outros termos, como já foi abordado no início deste capítulo. Em primeiro lugar, ela não é algo a *priori*, não é dada pronta e acabada e nem habita apenas na consciência individual do homem. Ideologia, para o pensamento bakhtiniano, tem relação com o que há de intersubjetivo na construção de sentidos comuns a uma coletividade. Ela leva em conta que os signos sociais são sempre interindividuais, carregam em si sentidos que não são dados por um único ser, mas por esse ser em contato com outros. Se os signos, sociais, são ideológicos, então a discussão sobre o que é ideológico ou não ganha outros contornos, ampliando-se. O ideológico não é – tal qual compreende certa tradição marxista – o falso, mas o embate entre diferentes sujeitos, ou grupos de sujeitos, como classes sociais, por exemplo, que utilizam os mesmos signos para se comunicar, sejam eles quais forem. Nesse aspecto, a palavra, signo ideológico por excelência, assume caráter crucial, haja vista a sua ubiquidade nas relações sociais.

A palavra não está apenas na base material de produção e reprodução da vida (infraestrutura) ou, apenas, nas manifestações políticas, jurídicas, intelectuais,

religiosas, etc. (superestruturas). Ela habita todos esses espaços sociais e, por meio do embate dialógico entre sujeitos diferentes, no meio deles assume os mais diversos sentidos. O signo não apenas reflete, mas refrata a realidade (ver item 2.1). A realidade concreta insta o sujeito a falar sobre ela. Objetificada, apresenta informações sobre si para o sujeito, mas ele, repleto de mediações, de falas de outrem, caracterizado por uma posição particular no mundo (de classe, gênero, idade, intenção, etc), envia para o objeto outras definições, que podem mudá-lo, refratá-lo. Por isso é que, para Bakhtin e o Círculo, a infraestrutura não determina, unilateralmente, as superestruturas, como preconiza certo pensamento marxista do qual Bakhtin/Voloshinov (2014) discordam no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Pelo contrário, desse mirante, infraestrutura e superestruturas são inseparáveis. O que acontece na primeira pode trazer reflexos para a outra, sim, mas o pensamento bakhtiniano admite também o caminho inverso. Há reflexos e refrações em ambas as direções.

Bakhtin e o Círculo vislumbram a coexistência de dois tipos de ideologia. A primeira, e mais visível, pode ser classificada como oficial, e, via de regra, caracteriza-se por ser o conjunto de ideias relativamente dominantes em dado sistema social. A outra é a ideologia do cotidiano, que leva a marca da comunicação social na vida cotidiana, um tipo de interação “extraordinariamente rico e importante” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2014, p. 37). Esta comunicação não se vincula a uma esfera ideológica particular: está diretamente ligada aos processos de produção e, ao mesmo tempo, diz respeito às esferas das diversas ideologias especializadas e formalizadas. Em outros termos, a ideologia do cotidiano tem relações tanto com a infra quanto com as superestruturas e, nesses dois campos, produz sentidos que ora reproduzem a realidade material e ora interferem nela. Disso decorre que não há hierarquia entre os diferentes tipos de ideologia. A ideologia da classe dominante, apenas por ser dominante, não oblitera completa ou eternamente o pensamento das classes dominadas. Construídas por consciências individuais formadas na coletividade por meio de material semiótico – “se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2013, p. 36) – ambas as ideologias não estão fechadas, imunes a mudanças, mas em transformação.

Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma e só língua. Conseqüentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço de maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2014, p. 47).

Dessa forma, não há como compreender ideologia como falsa consciência ou simplesmente como a expressão de uma ideia, mas como expressão de uma tomada de posição determinada. Assim, ao ressaltar o caráter interindividual de construção do signo e, conseqüentemente, da ideologia, o pensamento bakhtiniano se afasta dos determinismos, apontando para uma relação tensa entre ideologias formalizadas e a ideologia que é construída diariamente no fluxo da vida cotidiana, nas conversas informais, corredores, ruas, rodas de amigos, escolas, bares, igrejas. Ideologia oficial e ideologia do cotidiano, como em um diálogo interpessoal, estão em embate, refletindo e se refratando mutuamente.

Tal dinâmica é perceptível também no *corpus* desta pesquisa. Há um embate entre duas ideologias relativamente formalizadas. A maioria dos veículos de comunicação analisados apresenta o conjunto de medidas liberalizantes como a solução dos problemas de produtividade, convertidos na chave de todos os problemas nacionais. Esta visão é o contraponto ao pensamento e às práticas macroeconômicas defendidas pelo governo, que até então apostava em uma visão política antagônica, que pressupunha a intervenção na economia, a regulação de setores considerados fundamentais à dinâmica econômica, o investimento social como forma de manter o crescimento, reduzir desigualdades sociais, gerar empregos, entre outras medidas de cunho keynesiano. Se, por um lado, há o embate entre essas duas ideologias formalizadas (neoliberalismo e keynesianismo/petismo), há, nas duas, a atuação de outras forças que acabam por modificá-las. No campo de existência da vida concreta e imediata, das relações casuais e fortuitas, da vida cotidiana, nasce esse outro sistema de referência, que pode refletir a vida de todo dia, mas também alterá-la.

Os meios de comunicação, como veremos a seguir, estão imersos em ambos os campos ideológicos (oficial e do cotidiano). Defendem determinada ideologia

oficial, bebem da sua fonte, existem, aliás, por sua causa, mas também se alimentam da ideologia do cotidiano, que, por sua vez, cotidianamente, por eles também é modificada. Se a palavra é o signo ideológico por excelência, o fruto do trabalho dos meios de comunicação, a palavra contextualizada, dialogicamente posicionada, é uma amostra das tensões de um diálogo ainda inconcluso: também um campo de batalha das lutas entre e no interior das classes sociais.

2.7 VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO: SUJEITOS DO DISCURSO

A abordagem deste estudo considera os veículos de comunicação sujeitos privilegiados do discurso. Organizações empresariais (intersubjetivas, interempresariais), eles têm no jornalismo uma forma de retratar aspectos da realidade material, modificando-a, por meio da circulação de discursos¹⁶. Seu agir comunicativo movimenta ideologias, posições éticas, preferências ou militâncias políticas, interesses econômicos, etc. É baseada nessa ideia que esta dissertação busca entender melhor o posicionamento axiológico dos veículos que tiveram textos selecionados para a análise. Tal compreensão passa, obrigatoriamente, pela ciência do papel histórico-político desempenhado pelos veículos de comunicação em seu fazer cotidiano, notadamente por meio da prática (técnica) jornalística.

O jornalismo é uma atividade humana altamente complexa e sua teorização, dependendo dos caminhos a serem seguidos, leva a contestações relevantes do ponto de vista político e epistemológico. É o que acontece, por exemplo, resumidamente, com o paradigma aceito pelos teóricos da comunicação chamados de “funcionalistas”, corrente que destaca a função social dos meios de comunicação, entendendo-os como parte de um organismo social, em analogia a um corpo biológico. Tachada de pragmática ao extremo por teóricos de um campo socialmente mais progressista (marxistas ou os adeptos às formulações da Escola de Frankfurt, por exemplo), suas premissas são acusadas de não conseguir responder por que o jornalismo assume determinadas configurações específicas na organização das informações e na estrutura de sua linguagem: “Não consegue, tampouco, equacionar a

¹⁶ Cada mídia, TV, rádio, jornal, sítios na internet, etc., possui rotinas e particularidades que influenciam na forma de tratamento das informações e discursos. Mesmo assim, o raciocínio desenvolvido neste item pode ser aplicado a qualquer meio ou veículo de comunicação.

questão da luta de classes, da hegemonia ideológica das classes dominantes na produção jornalística e das contradições internas desse processo” (GENRO FILHO, 2012, p. 33). Por outro lado, como aponta Genro Filho (Ibid. p. 23), uma aplicação mecânica do método dialético-materialista ao fenômeno jornalístico pode levar a considerações “diminuídas” ou “simplistas”, a ponto, por exemplo, de considerar capitalismo e jornalismo “irmãos gêmeos”¹⁷, como se esta forma de produção e sistematização de conhecimento estivesse fadada a ficar restrita, apenas, às sociedades capitalistas.

[...] a imprensa só assume um caráter rigorosamente jornalístico quando ultrapassa o seu funcionamento estrito enquanto instrumento de classe. Para Marcondes Filho, com seu “marxismo” diretamente inspirado em Habermas e sob a grande sombra da árvore de Frankfurt, o capital é uma categoria que adquire um poder quase místico: o capital possui um espelho mágico que faz o jornalismo aparecer apenas para mirar-se nele e reproduzir as condições de sua acumulação. [...]

Ora, a imprensa surgiu com o desenvolvimento do capitalismo, mas daí a dizer que são “pares gêmeos” vai uma distância que somente um jornalismo diminuído – utilizando o método do “não é mais que” – poderia percorrer. [...] No capitalismo, o jornalismo é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada – se permite João Cabral. Ou seja, de modo flagrante, evidente e doloroso. Nem por isso a fruta será sinônimo de espada (Ibid., p. 23, 24).

Conforme define Genro Filho (2012, p. 10), o jornalismo é uma “forma social de conhecimento, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção”.

[...] o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que lhe trouxe à luz. Parafrazeando Sartre: a notícia é uma mercadoria, mas não é uma mercadoria qualquer. O capitalismo não é um acidente no processo histórico, mas um momento da totalidade em seu devir. Suas determinações culturais (no sentido amplo do termo) envolvem uma dialética entre a particularidade dos interesses da classe dominante e a constituição da universalidade do gênero humano. A quem pertencem, hoje, as obras de Balzac, Flaubert, Zola e tantos outros? A ambivalência do jornalismo decorre do fato de que ele é um fenômeno cuja essência ultrapassa os contornos ideológicos de sua gênese burguesa, em que pese seja uma das formas de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes. (GENRO FILHO, 2012, p. 23).

¹⁷ Nos trechos selecionados, Genro Filho está questionando as posições teóricas de Marcondes Filho (1984, p. 16 e 1983, p. 22).

De forma geral, o jornalismo tem sido considerado como uma “simples modalidade de comunicação de massa” ou um mero “instrumento de reprodução da ideologia das classes dominantes” (Ibid. p.14), o que, em partes, até pode ser verdade, mas não é só isso. Se fosse, não haveria espaço algum para a problematização de temas ou abordagens que não fossem alinhados aos das classes dominantes. A voz ouvida seria apenas a das elites. Não que o jornalismo, tal qual ele tem se dado historicamente, seja promotor da igualdade, mas a partir do momento que a informação (notícia, opinião) se torna mercadoria, mesmo que sua vontade de verdade hegemônica se aproxime mais da vontade das elites, esse produto precisa se popularizar, atingir ao maior número de pessoas possível, manter e cativar a audiência, sob o risco de o veículo que lhe dá suporte não se sustentar ao longo do tempo – e isso não se faz sem nenhum tipo de concessão. Assim, os jornais, no Brasil, pelo menos, defendem “a sociedade”, muitas vezes sem abordar a questão de que esta sociedade é estratificada em classes, subclasses, etc., privilegiando discursos caros às elites, ao mesmo tempo em que tentam influenciar e também são influenciados pela realidade imediata das classes subalternas que, de alguma forma, mantém os negócios ativos.

O que se quer explicitar com isso é que diferentes fontes de pressão atuam sobre um veículo de comunicação, interferindo sobremaneira no resultado de suas publicações (informação), em suma, em seus enunciados. Os anunciantes, leitores, jornalistas-trabalhadores, editores, donos do jornal, população que não o consome diretamente, mas, de alguma forma, é influenciada por ele, os partidos políticos “A” ou “B”, a empresa “X” ou “Y”, enfim, diferentes segmentos da sociedade e da própria estrutura do jornal (da emissora de TV, de rádio, etc.) mantêm sobre o que ele enuncia distintas posições axiológicas e, por mais que se aceite que, no final das contas, a maioria dos veículos seja elitista e conservadora, é inegável que eles estão em diálogo com todos esses segmentos em maior ou menor grau.

O jornalismo é uma forma de conhecimento “cristalizada no singular”, que surge com base na indústria moderna, mas se torna indispensável ao aprofundamento da relação entre o indivíduo e o gênero humano (Ibid. p. 11). O modo de produção capitalista gera nas pessoas uma necessidade de informação que transcende os interesses imediatos de classe, de modo que é difícil imaginar qualquer arranjo sócio produtivo diferente que possa se desvencilhar das noções que a burguesia

desenvolveu nos últimos séculos a respeito de pensar ou informar a outrem sobre fatos ou situações que este não tenha vivido presencialmente.

Os diferentes gêneros jornalísticos abordam situações do cotidiano das pessoas e organizações, carregam interesses ideológicos, vontades de alterar ou manter aspectos da realidade, mas também podem emocionar, cativar, instigar, inspirar, enfim, dialogam com inúmeros campos da vida em sociedade, como já dito anteriormente. Daí a dificuldade de enquadrar o jornalismo em uma perspectiva teórica que lhe defina do início ao fim, pois, tal qual uma pessoa na vida, imersa em uma sociedade dialógica, ele não é estático, não está finalizado, mas em constante transformação.

Nesse aspecto, a perspectiva bakhtiniana – de considerar os veículos de comunicação em suas especificidades cronotópicas, com seus lugares definidos e conhecidos na história –, parece ser uma abordagem teórica capaz de, ao mínimo, refutar a tendência de redução do objeto a uma perspectiva teórico-analítica antedada, com problematizações e conclusões pré-estabelecidas. Considerar os veículos de comunicação como sujeitos discursivos é uma posição que requer a observância dos posicionamentos éticos e políticos relacionados aos temas que abordam (ou omitem), bem como os elementos composicionais ou discursos arrolados para se contar determinadas histórias, cujos enredos podem ser bem diferentes de acordo com o veículo ou cronotopo a partir do qual são enunciadas. Nesse sentido, como trata o tópico a seguir, o gênero editorial se apresenta como o que mais expressa as tendências e preferências político-ideológicas dos meios de comunicação, motivo que torna interessante e produtivo o seu estudo, na medida em que propicia uma leitura mais bem contextualizada das diferentes posições axiológicas que afloram nos demais gêneros jornalísticos.

2.8 REPORTAGEM E EDITORIAL ENQUANTO GÊNEROS DISCURSIVOS

Para Bakhtin e o Círculo, praticamente tudo o que é comunicado está emoldurado em estruturas discursivas previamente caracterizadas e relativamente estáveis que não são propriamente formas da língua, mas configurações típicas de enunciados. Cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os chamados

gêneros do discurso. “A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso [...]” (BAKHTIN, 2011, pp. 262). Assim, à medida que um campo da linguagem se desenvolve, os gêneros do discurso se aperfeiçoam e se multiplicam, complexificação dialógica que origina novas formas de manifestação humana (novos enunciados e gêneros).

Entre os gêneros do discurso, há estabilidade, o que possibilita a comunicação, pois não há a criação de “idioletos” subjetivos a cada intervenção discursiva, mas há também instabilidade, visto que na comunicação real e concreta ocorrem deslocamentos, mudanças e “carnavalizações” das configurações discursivas estáveis.

Bakhtin (Ibid.) ressalta a existência de uma diferença essencial entre gêneros primários (simples) e secundários (complexos). Os secundários, romances, dramas, pesquisas científicas, gêneros publicísticos, entre outros, “surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado” (Ibid, pp. 263). Eles incorporam os primários, que, por sua vez, são formados a partir da comunicação interpessoal imediata (diálogo cotidiano).

Tipos relativamente estáveis de enunciados, os conteúdos jornalísticos são, então, gêneros discursivos secundários, que, dialógica e ideologicamente, refletem e refratam aspectos da vida cotidiana. O *corpus* desta pesquisa é composto por dois diferentes tipos de textos jornalísticos, a reportagem e o editorial. A primeira pode ser descrita como “o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (MELO, 2003), enquanto o outro é conhecido popularmente como o “emissário da opinião do dono do veículo de comunicação” (Ibid.).

Partindo do trabalho de outros pesquisadores de comunicação, Melo (2003, p. 65) propõe a classificação dos gêneros jornalísticos em dois grupos: jornalismo informativo (como a nota, notícia e a entrevista) e jornalismo opinativo (comentário, artigo, coluna, entre outros). Por essa lógica, a reportagem seria considerada um gênero informativo enquanto o editorial seria opinativo. Como o próprio autor observa, no entanto, a taxonomia tem função predominantemente didática, haja vista que, por exemplo, como ocorre no próprio *corpus* desta pesquisa, aliás, há reportagens que opinam – *The Economist* opina e muito – e editoriais que informam.

De qualquer forma, caracteriza a reportagem o aprofundamento de um fato ou aspecto da realidade cotidiana, com a inserção de vozes e dados de diferentes fontes, com vistas à interpretação do tema abordado. Considerando apenas a forma, “50 anos de soneca” (THE ECONOMIST, 2014 a) pode ser classificada como uma reportagem (jornalismo informativo), mas quando se leva em conta conteúdo e posicionamento axiológico o texto se aproxima ao que Melo (2003) e outros pesquisadores de gêneros jornalísticos classificam como jornalismo opinativo.

Do ponto de vista da orientação teórico-metodológica desta pesquisa, uma taxinomia precisa do seu *corpus* não é prioritária, pois sendo a palavra o signo ideológico por excelência, e sendo os discursos compostos por enunciados que refletem e ao mesmo tempo refratam a realidade material, qualquer intervenção jornalística sobre a realidade é um ato ideológico, no sentido de que o ideológico é o embate semiótico por meio do qual os sentidos, que são sempre sociais (interindividuais), são adquiridos, percebidos, modificados ou emitidos. Para o Círculo, todo ato comunicativo é uma posição axiológica, ou seja, não é neutro.

É preciso reconhecer, entretanto, que, principalmente no que diz respeito ao editorial enquanto gênero jornalístico relativamente estável há uma tradição teórica e também pragmática (do cotidiano laboral dos jornalistas) que define sua forma, conteúdo e função e, assim, influencia a maneira como o público leitor o recebe. Para a maioria das pessoas, e esta pesquisa leva em conta esta ideia, editorial é o gênero que expressa a opinião oficial, institucionalizada, da instituição jornalística enquanto empresa capitalista que se pronuncia a respeito dos fatos e aspectos relevantes da realidade.

[...] nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro (PRADA, 1977, apud MELO, 2003, p.104).

O editorial é, por excelência, um espaço de afirmações e contradições, no qual as empresas manifestam articulações políticas, e que tem a vocação de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam a operação cotidiana da

empresa jornalística (MELO, 2003). Voltado ao público geral, a opinião contida em um editorial “constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública” (Ibid.).

Historicamente, no Brasil, os editoriais têm elegido o Poder Público como interlocutor preferencial, no sentido de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos (MELO, 2003, p. 105):

E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de "coação" ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. Esta é a nossa percepção do editorial na imprensa brasileira.

Normalmente, os editoriais são escritos por funcionários previamente selecionados para exercer uma função de confiança, que exige o conhecimento da linha discursiva do veículo. Não é algo meramente técnico, mas eminentemente político. O editorialista conta com o apoio dos colegas de redação e também com fontes externas, que podem ser acionadas para o esclarecimento ou aprofundamento de um tema. Embora a rotina laboral e o ritmo de trabalho de um jornal ou de qualquer outro veículo de comunicação seja um fator impeditivo para um controle mais próximo do produto editorial, em casos importantes a própria diretoria pode emitir a palavra final sobre um texto como esses. De qualquer forma, o discurso da empresa, neste gênero especialmente, opera de forma marcante sobre as enunciações do profissional editorialista. Não há, então, que se falar em censura, pois este sabe os limites aos quais o seu discurso precisa estar restrito. Assim, resulta desse processo produtivo um conteúdo que, se não defende o posicionamento da empresa jornalística, minimamente, também não lhe contraria, muito menos a outros segmentos caros à manutenção do negócio jornalístico.

Outro aspecto marcante é que, por representarem a posição institucional, os editoriais não são assinados pelo profissional que traduziu e materializou a opinião da empresa.

Já quanto à aparência, os editoriais se assemelham ao gênero ensaio, porém são embebidos de um senso de oportunidade, diferindo o editorial do seu primo literário pela brevidade e por insistir em sua natureza contemporânea (BOND, 1962, p. 228 apud MELO, 2003, p. 107).

Em síntese, e isto torna este estudo peculiar, os quatro conteúdos a serem aqui analisados dialogicamente demonstram de forma nítida a posição político-ideológica dos seus respectivos grupos de mídia, não apenas no que tange ao tema abordado – a produtividade do trabalhador brasileiro – mas também às suas posições axiológicas, ou seja, o lugar de onde falam, o que costumam falar, para quem e também os porquês. São todos textos que emitem opiniões e que, portanto, expressam os valores e interesses das instituições jornalísticas enquanto empresas capitalistas.

2.9 CONCEPÇÕES DE TRABALHO E TRABALHADOR NO CORPUS DA PESQUISA E ALGUMAS DE SUAS CONSEQUÊNCIAS

No conjunto político-ideológico que subsidia as enunciações que serão analisadas por este estudo, o trabalho atua como uma ferramenta do crescimento econômico. É o meio para se chegar a um fim (o crescimento). Há uma centralidade do trabalho, uma noção de que ele é indispensável à humanidade, mas essa centralidade, ou seja, a noção de que ele é essencial nas configurações sociais, adquire um aspecto de subordinação à lógica expansionista que tem como ideia central a máxima de que os trabalhadores precisam trabalhar muito (por mais tempo e mais intensamente) – porque é preciso crescer, e o crescimento exige cada vez mais produção. Nesse sentido, o foco das enunciações presentes no *corpus* quando olham para ou subentendem o trabalho não está no ato laborativo em si, em como este constitui o humano (ou como não constituiria), mas em seu resultado financeiro, em detrimento de outras consequências, sejam sociais, demográficas, hígdas, etc.

Hegemônico, esse pensamento se coaduna a uma realidade transnacional – no que diz respeito à circulação de capitais e de mercadorias e não de pessoas –, de relações de segunda ordem, na qual, majoritariamente, trabalha-se porque é preciso obter dinheiro. Para a maioria das pessoas, ainda hoje¹⁸, o trabalho é a moeda de troca para a subsistência, em uma conjuntura que reifica o trabalhador, tido como apenas mais um custo de produção. Aspectos como segurança, bem-estar do trabalho, políticas de “recursos humanos” ou de “gestão de pessoas”, parecem surgir no

¹⁸ Segundo Engels, no prefácio à edição inglesa de 1888 do Manifesto do Partido Comunista (ENGELS; MARX, 1997), já no século XIX, os proletários, “a classe dos trabalhadores assalariados modernos”, não tendo meios próprios de produção, estavam “reduzidos a vender a sua força de trabalho para poderem viver” (Ibid., p. 29).

horizonte das corporações mais para qualificar e potencializar a produtividade (e a produção) do que para ressaltar ou preservar as camadas de humanidade que resistem aos tipos de trabalho que coisificam corpos e mentes trabalhadoras.

A análise dialógica desenvolvida nesta dissertação evidencia que o discurso vinculado ao capital sobre a produtividade deixa transparecer um anseio por ciclos de crescimento que propiciem maiores rendimentos em menores intervalos de tempo, mesmo que isso signifique intensificação e precarização do trabalho, com prejuízos de diversos tipos ao seu protagonista, o trabalhador¹⁹. Patrocinadas por quem observa o mundo do cume financeiro, as teses da ideologia neoliberal, ao pregar um estado menor, a desregulamentação do trabalho, a liberalização de mercados, pressupõem a existência de uma grande maioria de indivíduos que são, ao mesmo tempo, mercadoria e consumidor. Essa pregação tem efeitos desumanizadores a nível individual e social. Negligenciados pela grande mídia, esses aspectos são alguns dos que mais precisam ser debatidos na contemporaneidade.

Isso foi feito por Sennet (2009), que problematiza a questão dos efeitos pessoais da atual etapa do capitalismo. Escrevendo sobre o mundo após a disseminação de ideias vinculadas ao toyotismo (“capitalismo flexível”), caracterizado pela destruição da noção de estado de bem estar social e sua consequente substituição pelas prescrições neoliberais, Sennet (Ibid.) tem como protagonista o trabalhador, imerso em uma ordem remodelada que lhe passa a ideia ilusória de flexibilidade. Diferente do que ocorria no contexto do capitalismo industrial, em que os trabalhadores tinham ligações de tempo e espaço delimitadas e, relativamente, perenes, na forma de organização do trabalho no novo capitalismo a maioria das relações é de curto prazo. Também não há a mesma identificação com o espaço (território). Em um mundo globalizado e conectado, os agentes dessa nova fase capitalista não es-

¹⁹ Este estudo considera trabalhadoras todas as pessoas que trabalham, independente de sua posição na estrutura social, ou seja, são trabalhadores todos os indivíduos inseridos na sociedade de trabalho, seja em situações marginalizadas, como os “desfiliaados”, de que fala Castel (2013), ou privilegiadas, tais quais os chefes, diretores, etc. Essa posição é propositalmente mais abrangente e teoricamente menos rigorosa que a de Antunes (1999, p. 102), para quem a “classe-que-vive-do-trabalho” é composta por todos os assalariados, inclusive os que não têm carteira assinada, os precarizados, os desempregados, etc. A classificação de Antunes abrange trabalho material e imaterial (operários e professores; construtores e cientistas, etc.), mas exclui os gestores do capital, como os altos funcionários das empresas, que recebem rendimentos elevados, os que vivem dos juros, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária (Ibid.). Embora consideremos importante essa reflexão sobre a atual configuração da classe trabalhadora na contemporaneidade, não concordamos que gestores de grandes empresas (assalariados e, portanto, vendedores de sua força de trabalho) e pequenos proprietários (o dono da barraca de cachorro-quente, o borracheiro, o mecânico) sejam excluídos dessa conceituação de classe trabalhadora, pois ambos são dados na atual lógica capitalista.

tão mais confinados em ambientes empresariais, mas em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar algum. Nesse paradoxo, não há rotina. O discurso circulante é o de que seriam os trabalhadores os responsáveis pela organização do tempo de trabalho e do tempo de descanso, mas o que se percebe, na prática, é que foram desenvolvidas novas formas de controle, novas estruturas de poder: a repulsa à rotina e o incentivo à flexibilidade não criaram as condições para a libertação das pessoas. Pelo contrário, deixaram-nas à deriva, sem a capacidade de formular uma narrativa para as próprias vidas (Ibid.). Isso teria relação direta com a corrosão do caráter. A angústia maior da contemporaneidade, nesse sentido, seria o isolamento, a individualização²⁰, a solidão, a ausência do outro em reinos de individualidades.

A individualização crescente advinda do capitalismo flexibilizado também foi percebida por Bauman (2008), que retrata em sua obra o fortalecimento da ideia de consumidor, figura cada vez mais importante para o capital. A flexibilidade enfraquece laços de solidariedade entre os trabalhadores, que não têm mais lutas comuns. Pelo contrário, são instigados a, cada vez mais, competirem entre si, o que torna as relações cada vez mais líquidas. Nessa modernidade líquida²¹, nesta sociedade individualizada, não há metanarrativas, não há construção coletiva, há, sim, uma busca pelo novo, uma fetichização da novidade, uma eterna mudança: as relações humanas se tornam superficiais. Tal vivência, entretanto, é diferente para os que trabalham para viver e os que têm no trabalho alheio a fonte primária da rotina nômade que preconizam e desfrutam.

²⁰ Ao lado da liberdade de iniciativa e de propriedade (ver nota de rodapé n. 15, p. 29), as diferentes correntes do pensamento liberal/neoliberal pressupõem o individualismo, a competição entre indivíduos socialmente desconhecidos, porque ele “sustenta a proeminência moral do indivíduo em relação aos desejos de qualquer coletividade social” e o igualitarismo, “na medida em que confere a todos os homens o mesmo status moral, não admitindo que existam diferenças de natureza política ou legal entre os seres humanos” (STEWART Jr., p. 14). Essa posição acaba naturalizando as desigualdades sociais, deixando evidente a necessidade de estratificação: “Não há nada de errado, em si, na desigualdade de renda, quando ela é fruto do esforço, da sorte ou da inventiva de uns contra a lassidão, o azar ou a incapacidade de outros” (Ibid. p. 58).

²¹ Contrapondo-se à ideia de uma pós-modernidade, Giddens (1991, p. 154) defende que estaríamos vivendo uma “alta modernidade”, período que ele chama de “modernidade radicalizada” (MR), um aprofundamento das mudanças que tiveram início com as grandes revoluções do século XVII e XVIII. A principal característica da modernidade, segundo ele, é o crescente desencaixe entre tempo e espaço. Nas sociedades pré-modernas, essas duas categorias coincidiam amplamente e as relações sociais eram dominadas pela presença. Ao deslocar uma da outra, a modernidade permite relações entre ausentes, transformando o lugar em um local fantasmagórico. Uma consequência imediata disso é que as relações sociais tornam-se cada vez mais efêmeras (Ibid). Além disso, mesmo propiciando níveis maiores de “segurança ontológica” em comparação com o mundo pré-moderno, o mundo moderno é “carregado e perigoso” e “não fez as pessoas mais felizes”. Em suma, o sociólogo avalia que o que ocorre nessa MR é há uma perda na crença do progresso, na ideia de que a humanidade estaria indo em direção a uma positividade histórica, enfim, que estaria ocorrendo uma dissolução das “narrativas da história”.

Os grandes e poderosos de nossos tempos não desejam se ver envolvidos nas provações e atribulações da gerência, a vigilância e o policiamento; acima de tudo, nas responsabilidades que emergem dos compromissos a longo prazo e “até que a morte nos separe”. Eles elevaram ao mais alto grau os atributos de mobilidade e flexibilidade: viajar com leveza, reajustes imediatos e reencarnação contínua. Tendo à disposição um volume de recursos compatível com o número de escolhas, acreditam que a nova leveza não é nada mais do que uma condição fértil e agradável. Quando traduzidas como não-escolha, cânones obrigatórios do comportamento universal, os mesmíssimos atributos geram muita miséria humana. Mas também tornam (e pelos mesmos símbolos) o jogo imune ao desafio e assim o asseguram contra qualquer concorrência. A *precarité* e a TINA (“There Is No Alternative”) entram na vida juntos e só podem sair dela juntos (BAUMAN, 2008, p. 21).

Para Castel (2003, p. 604), essa individualização, que marca as sociedades capitalistas da contemporaneidade é “bipolar”. Por um lado, a segmentação dos empregos e o aumento da oferta no setor de serviços acarreta uma individualização dos comportamentos no trabalho completamente distinta das regulações coletivas da organização “fordista”: “Não basta mais saber trabalhar, é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender” (Ibid. p. 609). E por outro, esse individualismo também é caracterizado pela falta de referências, “e não por um excesso de investimentos subjetivos” (Ibid, p. 603). De qualquer forma, os arranjos sociais na contemporaneidade, que são analisados pelo sociólogo à luz da história da condição salarial da classe trabalhadora do feudalismo ao capitalismo financeiro, resultam em insegurança generalizada, em pessimismo com relação ao futuro, haja vista que os modelos de proteção social de outrora – a assistência social, os mecanismos de previdência, que advém do trabalho social, etc. – têm se enfraquecido. Ressurge, então, na contemporaneidade, aquilo que ele chama de “questão social”, que hoje tem como núcleo central a existência de uma grande quantidade de pessoas “inúteis para o mundo”²²: “[...] e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e

²² Castel argumenta que as sociedades ocidentais estão, historicamente, divididas em três zonas de coesão social: uma de integração (pessoas que estão dentro da sociedade do trabalho, integradas à sociedade, têm trabalho relativamente estável); uma de vulnerabilidade, que é a que mais aumenta nas crises, diminuindo a de integração e aumentando a instabilidade, e a terceira é a zona de desfiliação, o lugar dos excluídos da sociedade do trabalho, os vagabundos, os inempregáveis, etc... “Essas zonas que vemos hoje não são as mesmas do passado, mas há homologias entre os sujeitos que estão em determinadas zonas agora com indivíduos em posições semelhantes no passado, como, por exemplo, os vagabundos de outrora com os inempregáveis de hoje” (CASTEL, 2013, p. 27).

pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa” (Ibid, p. 593)²³.

Mas os 'supranumerários' nem sequer são explorados, pois, para isso, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais. São supérfluos. Também é difícil ver como poderiam representar uma força de pressão, um potencial de luta, se não atuam diretamente sobre nenhum setor nevrálgico da vida social. Assim, inauguram sem dúvida uma problemática teórica e prática nova. Se, no sentido próprio do termo, não são mais atores porque não fazem nada de socialmente útil, como poderiam existir socialmente? No sentido, é claro, de que existir socialmente equivaleria a ter, efetivamente um lugar na sociedade. Porque, ao mesmo tempo, eles estão bem presentes - e isso é o problema, pois são numerosos demais (CASTEL, 2013, p. 33).

Para Castel, as civilizações capitalistas estariam, assim, diante de uma bifurcação histórica. À sua frente, um caminho leva para o aceite de uma sociedade inteiramente submetida às exigências da economia enquanto o outro direciona para a construção de um Estado Social à altura dos desafios que estão postos. A aceitação da primeira alternativa poderia custar o desmoronamento da sociedade salarial, isto é, “desta montagem inédita de trabalho e de proteções que teve tanta dificuldade para se impor” (CASTEL, 2013, p. 35). Já a concepção de um estado que garanta proteções sociais parece ser a única alternativa capaz de “construir pontes entre os dois polos do individualismo e impor um mínimo de coesão à sociedade” (Ibid. p. 610):

As coerções impiedosas da economia exercem uma crescente pressão centrífuga. As antigas formas de solidariedade estão esgotadas demais para reconstituir bases consistentes de resistência. O que a incerteza dos tempos parece exigir não é menos Estado – salvo para se entregar completamente às “leis” do mercado. Também não é, sem dúvida, mais Estado - salvo para querer reconstruir à força o edifício do início de 70, definitivamente minado pela decomposição dos antigos coletivos e pelo crescimento do individualismo de massa. O recurso é um estado estrategista que estenda amplamente suas intervenções para acompanhar esse processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão, evitar suas rupturas e reconciliar os que caíram aquém da linha de flutuação. Um estado até mesmo protetor, porque numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, não há coesão social sem proteção social.

[...] Mas, em meio às incertezas que hoje são muito numerosas, pelo menos uma coisa é certa: ninguém pode substituir o Estado em sua função fundamental que é comandar a manobra e evitar o naufrágio (Ibid. p. 610, 611).

²³ "O trabalho [...] é mais que o trabalho e, portanto, o não trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco" (CASTEL, 2013, p. 496).

Tal apontamento guarda semelhanças com o que é preconizado por Giddens (1991, p. 155), que defende a criação de modelos de “realismos utópicos”, baseando-se na premissa de que a “política emancipatória” (marxista) não pode ser o único aspecto a ser considerado. É nesse sentido que ele admite a centralidade do poder, visto como “um meio de se conseguir que as coisas sejam feitas” (Ibid, p. 162). Assim, para ele, da dicotomia entre a racionalidade que exige regulação de mercados, controle centralizado e autoritarismo político e a que advoga pelos mercados livres, gerando intrinsecamente grandes disparidades nas condições de vida de diferentes grupos e regiões, deve surgir como solução uma terceira, que ele chama de “sistema pós-escassez”. Nessa nova ordem “os critérios de mercado seriam apenas dispositivos de sinalização ao invés de serem também os meios de manutenção da privação em larga escala” (Ibid, p. 164). Isso exigiria alterações no modo de vida social, distribuição das riquezas, e revisão da expectativa de crescimento econômico contínuo, com o estabelecimento de “limites para a acumulação capitalista mundial” (Ibid. p. 171). Como pressuposto dessa teorização está a noção de um resgate das relações entre os sujeitos, sintetizada pela metáfora do carro de Jagrená²⁴, imagem que remete à ideia de que as pessoas precisam assumir as rédeas de suas próprias vidas. Em suma, a humanidade, como um todo, precisaria assumir a direção do desgovernado carro de Jagrená (a modernidade radicalizada) de modo a, pelo menos, conduzi-lo com a diretriz básica de minimizar perigos e maximizar as oportunidades oferecidas.

Em Bauman (2008) e Sennet (2009), a reflexão sobre as possibilidades de superação dos gigantescos problemas contemporâneos pressupõem a adoção de posturas que remetem à noção de alteridade. Sennet (Ibid.) ressalta que, contraditoriamente, uma das consequências do capitalismo moderno é que ele fortalece o valor do lugar, despertando o anseio de comunidade. Nesse sentido, a busca pela união seria uma espécie de autodefesa por parte dos trabalhadores e a comunidade seria o remédio para os males da sociedade do trabalho (esse trabalho heterônimo, estranhado, não ontológico). Ressalta-se que essa noção de comunidade não implica que todos sejam iguais ou que haja consensos o tempo todo. Pelo contrário, nesse entendimento, uma comunidade se torna mais forte quando há divergências, pois

²⁴ O termo Jagrená vem do hindu “Jagannāth”, que significa “senhor do mundo”, e é um título de Krishna. Um ídolo desta deidade era levado anualmente pelas ruas num grande carro que se desgovernava com facilidade e, sob cujas rodas, conta-se, atiravam-se seus seguidores para serem esmagados.

elas exigem mais aproximação, mais comunicação, mais interação para a construção de consensos, o que fortalece o grupo, haja vista que o que se perde no capitalismo flexível é, justamente, a capacidade do estabelecimento de relações sociais autênticas e perenes.

Bauman (Ibid.) estrutura formulação semelhante. Em um tempo em que os indivíduos são levados a olhar para si, em que paulatinamente se destrói a noção de comunidade, a solução, também, seria a busca por uma coletividade, pelo encontro com outrem, haja vista que o caminho para uma *ecclesia* (assembleia de cidadãos) verdadeiramente autônoma passa por uma ágora populosa e vibrante, “onde as pessoas se encontram todos os dias para continuarem seus esforços conjuntos a fim de traduzir as linguagens dos interesses privados e do bem público” (Ibid., p. 23).

2.10 A ALTERIDADE E A CENTRALIDADE DA LINGUAGEM

Este capítulo de reflexão teórica teve o intuito de apresentar alguns pressupostos e ideias indispensáveis tanto para a concepção e execução da pesquisa quanto para a leitura de seus resultados. A ideia foi mostrar as lentes pelas quais o problema de pesquisa está sendo observado. Antes de terminá-lo, porém, é necessário destacar duas dimensões que foram uma constante em itens anteriores, por serem, justamente, pilares do edifício bakhtiniano: alteridade e linguagem.

Para Bakhtin e o Círculo – e este estudo parte deste pressuposto teórico e axiológico – a centralidade humana é a da linguagem. O “ser” “é” pela interação, pela comunicação, pelo diálogo com o outro, ou seja, pela linguagem. Por meio dela, não apenas da língua, mas de tudo o que o ato comunicativo comporta, encontramos-nos como sujeitos, por meio da existência e do contato com o outro. Somos definidores estéticos do outro, ao mesmo tempo em que nossa imagem externa é produto do ativismo estético de outrem. Vale ressaltar que a dimensão estética aqui é entendida como criação e recriação do outro no processo de intercâmbio social, ou seja, é no terreno intersubjetivo que tanto o “eu” quanto o “outro” são dados no processo de comunicação entre ambos. Esse processo é criativo, no sentido em que o eu dá um valor ao outro, uma identidade, uma faceta social. Ao advogar que a construção de sentidos se dá não apenas em uma consciência, mas no embate entre diferentes consciências, as quais são repletas e apenas funcionam porque nelas há uma miríada

de de signos cujos sentidos foram e são construídos coletivamente, o pensamento bakhtiniano demonstra que a linguagem é o terreno onde se dá a interação social, as próprias relações intersubjetivas, as lutas de classes (entre classes e intraclases).

A linguagem está vinculada ao tempo e ao espaço, bem como à posição dos falantes diante do mundo, enfim, à materialidade sócio histórica. Os sujeitos a utilizam em determinados momentos, em espaços e situações determinadas, levando em conta o auditório, mesmo quando o falante é interlocutor de si mesmo (discurso interno). A língua viva, na fronteira entre os sistemas linguísticos e a interação entre os sujeitos, a interação tensa do universo da palavra para os sentidos que ela tenta designar, os sentidos produzidos pela eterna agonística da palavra, todos esses objetos de estudo evidenciam o caráter central assumido pela linguagem na perspectiva bakhtiniana. Os discursos não apenas definem os sujeitos, mas têm o poder de alterar a realidade material. São, portanto, fontes de poder.

Nesse aspecto, a alteridade, no universo bakhtiniano, do ponto de vista da ética, também é epistemologicamente e axiologicamente pertinente. Por meio da linguagem, do diálogo ou da sua negação (monologismo), e de acordo com a sua posição conjuntural, o sujeito pode tentar anular ou manter a vida de outrem. Sendo o pensamento bakhtiniano um constructo apontado para a efetivação da liberdade, vista como um diálogo coletivo inconcluso em que todas as vozes são isônomas e plenivalentes, então esse pensamento pressupõe um agir que garanta não a síntese, a conclusibilidade, a concordância sem embate, o aceite *a priori*, mas a própria existência de outrem, ou seja, a possibilidade desse outro poder se manifestar em condições de igualdade. A posição da ética bakhtiniana não consiste, dialeticamente, em alcançar sempre uma síntese, mas, por meio do embate, dialogicamente, garantir que o diálogo não acabe, mesmo que não se chegue a consensos. Seja no dissenso ou na convergência de pensamento, o importante é que se garanta sempre esse diálogo. Dele advém certa pluralidade, consagrada pela ideia de polifonia, que nada mais é que um sinal de que o outro, os sujeitos existem, falam, pensam, agem, leem, mas também transformam o mundo e os outros – sem os quais eles não chegam nem a ser. Nesse sentido, a manutenção, pela eternidade, da comunicação intersubjetiva eticamente orientada consiste em uma esperança de liberdade. Esta, por sua vez, não reside na possibilidade do ser para ter, como pressupõem a noção liberal e as suas vertentes, não se dá no âmbito de uma só consciência, na auto-

consciência, mas no relacionamento do eu com as outras consciências, no ser para o outro e pelo outro.

Eu tomo consciência de mim e me torno eu mesmo unicamente me revelando para o outro. Os atos mais importantes, que constituem a autoconsciência, são determinados pela relação com outra consciência (com o tu). A separação, o desligamento, o ensimesmamento são a causa central da perda de si mesmo. Não se trata do que ocorre por dentro, mas na fronteira entre a minha consciência e a consciência do outro, no limiar. O todo interior não se basta a si mesmo, está voltado para fora, dialogado, cada vivência interior está na fronteira, encontra-se com outra, e nesse encontro tenso está toda a sua essência (BAKHTIN, 2013, p. 322).

O pensamento bakhtiniano oferece não apenas categorias de análise ou premissas metodológicas. Possibilita, também, uma considerável forma de ler e de ser no mundo, um agir responsável que dele é oriundo, mas a ele também altera. É nesse aspecto que, assumindo e dialogando com este pensamento, este estudo analisará o *corpus* não apenas por meio do conjunto das palavras dos quais os seus textos são compostos, mas também se interessará pela orientação e os sentidos adquiridos por elas. Tal tarefa, bakhtinianamente orientada, exige não um pesquisador neutro perante o fluxo contínuo de comunicação do qual esses enunciados fazem parte, mas um sujeito que, dotado de responsabilidade, consiga mergulhar no diálogo, tentando apreender os seus mais diversos sentidos e orientações, ou seja, sendo mais um interlocutor a utilizar o material ideológico que deu forma aos discursos a serem analisados. Da mesma forma, não seria surpreendente constatar que, ao final da caminhada, como mais um elo inserido na infinita e concreta corrente comunicativa do cotidiano, seja o pesquisador modificado por tantos enunciados antagônicos e, em um caminho semelhante, sejam os enunciados contidos neste estudo não apenas reflexo de uma realidade pronta e acabada, mas algo que também aja sobre ela de alguma maneira.

3 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO SOBRE A IMPRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR BRASILEIRO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS

Antes de passar ao exame dos discursos presentes nos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa é necessário, primeiramente, ressaltar que não há, de forma sistematizada e fechada, um arcabouço teórico e metodológico definitivo no qual possa ser enquadrada a perspectiva dialógica de análise do discurso. Pelo contrário, em consonância com os conceitos construídos por Bakhtin e o Círculo, qualquer tentativa de fechamento, de acabamento, de simplificação ou síntese, consistiria em uma prática oposta ao pensamento que lhe deu origem.

Se, por um lado, não é viável definir com exatidão a perspectiva teórico-analítico-metodológica sobre a qual está estruturado este estudo, é possível e necessário destacar que ela está profundamente entrelaçada a uma relação indissolúvel entre língua, linguagens e história. Assim, esse tipo de pesquisa se constitui em lugar de produção de conhecimento de forma comprometida, pressupondo uma concepção apoiada nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados (BRAIT, 2014, p. 10). Dessa forma, o objeto de estudo não são os textos vistos como sistemas em si, mas os sentidos que adquirem quando são considerados os seus aspectos extralinguísticos, quando são convertidos em enunciado, em suma, quando ganham destaque as relações dialógicas.

Essa preocupação em acompanhar as fronteiras do discurso, extrapolando os aspectos restritos à linguística, aparece de forma nítida no texto "O discurso em Dostoiévski" (BAKHTIN, 2013) e pode ser entendida como uma primeira proposição de uma análise/teoria dialógica do discurso (BRAIT, 2014). Neste excerto, a linguística não é rejeitada, mas sim vista como complementar a outra disciplina, ainda não sistematizada, que o filósofo da linguagem chama de "metalinguística" (BAKHTIN, 2013, p. 207):

Intitulamos este capítulo "O discurso em Dostoiévski" porque temos em vista o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por esse motivo, as nossas análises subsequentes não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na metalinguística, subentendendo-a como um estudo - ainda não constituído em disciplinas particulares definidas - daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam - de modo

absolutamente legítimo - os limites da linguística. As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a linguística e devem aplicar os seus resultados. A linguística e a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso –, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente, e não se fundir. Na prática, os limites entre elas são violados com muita frequência.

Na perspectiva da análise dialógica do discurso de viés bakhtiniano, não há categorias *a priori*, aplicáveis de forma mecânica a textos e discursos, com a finalidade de compreender formas de produção de sentidos (BRAIT, 2014). São as relações presentes nos discursos que possibilitam o surgimento de categorias e estratégias analíticas. Essa abordagem foi, por exemplo, aplicada por Bakhtin ao conjunto da obra de Dostoiévski e, a partir de uma minuciosa leitura e pesquisa bibliográfica, foram levantadas uma série de categorias fundamentais para os estudos de linguagem. É o caso da noção de polifonia, do conceito de dialogismo, de carnavalização – este, posteriormente, seria aprofundado na análise bakhtiniana da obra de François Rabelais (BAKHTIN, 2003) – do estudo de gêneros do discurso, das noções de ideia e consciência nos planos ético e estético, entre outras concepções já abordadas no capítulo 2.

Assim, da mesma forma, no que compete ao estudo dos discursos presentes nos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, tendem a surgir, por meio do embate dialógico, categorias e estratégias de análise peculiares. Nesse sentido, a abordagem dialógica permite uma leitura profunda não apenas dos discursos presentes no *corpus* da pesquisa, mas indicam novos caminhos, iluminam enunciações já ditas, preparam o leitor a novos diálogos com as ideologias e interlocutores cujas vozes estão presentes ou são representadas na opinião das empresas jornalísticas.

Tendo como sua unidade básica o enunciado, a análise dialógica do discurso trata de confrontar os diversos signos presentes no *corpus* da pesquisa com outros enunciados pertinentes²⁵. Do embate discursivo não se espera alcançar uma

²⁵ Entende-se que os aspectos dessa pertinência, ou seja, a escolha, o recorte, a estratégia analítica, enfim, a forma como se dá a análise dialógica, são definidos pelo pesquisador, que o faz a partir de categorias, problemas, ideias, filosofias que compõem, emergem, vinculam-se ou respondem ao *corpus* selecionado. O analista é autor de um novo texto, mas esse texto precisa ser coerente com os enunciados aos quais responde e dos quais parte para efetivar o seu discurso, pois este é pleno da palavra de outrem. Esse autor não pode emitir novos enunciados aleatoriamente, indiscriminadamente, sem referente plausível, sob pena de ter a sua enunciação descreditada. Em suma, são imanentes a esta construção que é estética e, ao mesmo tempo, política, as dimensões da ética e da responsabilidade, pois o autor é responsável pelo enredo e personagens que constrói na narrativa que deseja fazer circular, conforme sugere Bakhtin no texto *Arte e responsabilidade* (BAKHTIN, 2011 *d*, p. XXXIV): “O indivíduo deve tornar-se inteiramente responsável: todos os seus momentos devem não

síntese obrigatória, mas a revelação das posições axiológicas dos interlocutores. Consensos capazes de zerar discordâncias até podem surgir, mas o objetivo primário da abordagem dialógica é o embate de vozes que, anseia-se, sejam isônomas e imiscíveis, pois o homem se revela apenas por meio do diálogo, mais precisamente, por meio da comunicação com outrem (BAKHTIN, 2013, p. 293).

Representando a síntese dialética uma conclusão necessária, o próprio fim do diálogo, então a imagem mais apropriada para o entendimento temporal da perspectiva bakhtiniana seria a de uma eterna agonística, a de um relacionamento de um “eu” com um “outro” que se estende para o infinito. Nas intersecções entre tempo e espaço, este eu e este outro estão situados em determinados contextos sociais, fazem, de alguma forma, parte de uma superestrutura e desempenham algum tipo de papel nas diferentes infraestruturas, sendo sujeitos integrantes de diferentes dimensões extralinguísticas que não podem ser desconsideradas em uma análise dialógica do discurso.

As contribuições bakhtinianas para uma teoria/análise dialógica do discurso, sem configurar uma proposta fechada e linearmente organizada, constituem de fato um corpo de conceitos, noções e categorias que especificam a postura dialógica diante do *corpus* discursivo, da metodologia e do pesquisador. A pertinência de uma perspectiva dialógica se dá pela análise das especificidades discursivas constitutivas de situações em que a linguagem e determinadas atividades se interpenetram e se interdefinem, e do compromisso ético do pesquisador com o objeto, que, dessa perspectiva, é um sujeito histórico (BRAIT, 2014, p. 29).

Os discursos reproduzidos pelos veículos de comunicação alimentam o que a perspectiva bakhtiniana classifica como ideologia do cotidiano (ver item 2.6). São compostos por enunciados que se referem a aspectos concretos da realidade material e, por isso, criam, recriam ou distorcem essa realidade, refletindo (criando, recriando, reproduzindo, recontando imagens baseadas neste objeto real) e refratando-a (modificando, transformando-a em outra realidade, diferente da que existia anteriormente ao discurso).

O jornalismo mantém uma relação atrelada às peculiaridades do tempo e do espaço em que são escritas e publicadas as suas enunciações. Apesar de terem sido construídas em determinado cronotopo, para o discurso (inclusive os mediados

só estar lado a lado na série temporal de sua vida mas também penetrar uns os outros na unidade da culpa e da responsabilidade. E nada de citar a inspiração para justificar a irresponsabilidade. A inspiração que ignora a vida e é ela mesma ignorada pela vida não é inspiração mas obsessão”.

pelo Jornalismo) elas não são apenas imediatas. O Jornalismo fala a partir de um tempo e de um lugar, de uma conjuntura específica, de sujeitos específicos, mas essa fala, o tempo todo, remete a discursos anteriores, retrabalhando-os, ou seja, não se fecha em si mesma. Nas palavras de Lage (2003, p. 35), ele é um discurso datado: “[...] cada texto parte de um contínuo que reflete o conflito entre os interesses de quem manda e as preocupações e angústias de quem obedece, em cada campo de relações da sociedade: governo e povo, médicos e pacientes, escolas e estudantes, etc.” Um texto jornalístico produzido e publicado hoje carrega em si marcas (enunciados) do passado, que por sua vez também têm os seus respectivos cronotopos, mas que se reinserem na contemporaneidade do discurso.

A capacidade de ver o tempo, de ler o tempo no todo espacial do mundo e, por outro lado, de perceber o preenchimento do espaço não como um fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por todas, mas como um todo em formação, como acontecimento; é a capacidade de ler os indícios do curso do tempo em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e ideias humanas (BAKHTIN, 2003, p. 225).

A análise aqui desenvolvida subentende os veículos de comunicação como sujeitos do discurso (ver item 2.7). Sujeitos complexos, não individuais, que abrigam grandes contradições internas – como, por exemplo, a vontade de verdade deontológica dos jornalistas, o desejo de se chegar o mais próximo possível da verdade de um fato ou acontecimento, impulso que, em muitas vezes, colide com a impossibilidade de relatar esse mesmo fato ou acontecimento da forma que consideram a mais apropriada, devido a inúmeros tipos de pressões vividas interna e externamente à organização jornalística (empresa), sejam elas ideológicas, mercadológicas, etc. Esse sujeito (o veículo de comunicação) fala para muitos, em uma posição privilegiada do discurso. Por mais que se questione o aspecto da possibilidade ou não de se chegar à verdade²⁶, o que ele fala é percebido coletivamente (por parte de leitores,

²⁶ A posição assumida por este estudo é a de que, do ponto de vista bakhtiniano, é impossível alcançar uma única verdade, entendida como algo finalizado, dado, definido, total, compartilhado e entendido entre os sujeitos do discurso da mesmíssima maneira, tal qual um objeto sobre uma mesa a respeito do qual todos têm o mesmo ponto de vista. A verdade, nestes termos, só poderia se dar por meio de um único sujeito, mas isso tem outro nome: monologismo. É difícil acreditar que um só ser, por mais que se baseie em um sistema técnico-humano de checagem de informações, chegue à verdade nua e acabada em uma jornada de trabalho limitada em poucas horas, com inúmeras informações para checar e pautas para cobrir. Mesmo que tivesse tempo, condições apropriadas de trabalho e os mais avançados instrumentos epistemológicos, tal pretensão soaria inalcançável. Isso não significa, entretanto, que essa busca não deva ser e não seja um norte para o fazer jornalístico. O que se destaca, entretanto, é que tal odisseia é honesta, para si e para os outros, a partir do momento em que o jornalista percebe que a verdade possível não é exclusiva, mas algo muito próximo da “sua

ouvintes, telespectadores, etc.) como uma enunciação que trabalha com a verdade, no sentido de que, amparada por uma linguagem técnica específica (a jornalística), o fazer jornalístico busca o correto, o certo, o verosímil, e, por isso, seu relato seria digno de fé. Como mais um (importante) sujeito do discurso, esse veículo de comunicação também tem um lugar na sociedade, relatando e fazendo parte da história.

É nesse sentido que, buscando compreender um pouco melhor os sujeitos-veículos dos quais se fala na análise, de forma introdutória a cada seção desenvolvida neste capítulo, faz-se uma breve apresentação das empresas jornalísticas cujos textos selecionados serão objetos de estudo. Remetendo a aspectos históricos e algumas de suas relações com a contemporaneidade, essas apresentações que antecedem à análise propriamente dita não pretendem ser abordagens definitivas, finalizações desses sujeitos empresariais/institucionais do discurso. Em vez disso, têm o intuito de resgatar alguns enunciados que se relacionam com os que compõem o *corpus* da pesquisa, fornecendo elementos que possibilitam uma visão da posição axiológica dessas empresas jornalísticas a respeito dos temas caros à pesquisa. Servem mais para entender os textos a serem analisados e os motivos pelos quais estes foram escritos do que para dizer quem são, no campo da língua viva, os sujeitos do discurso. Não é uma abordagem determinista, como se o que tivesse sido dito no passado justificasse ou tivesse relação direta e unidirecional com o cronotopo com o qual se trabalha aqui, com o que é dito na contemporaneidade (sobre o trabalhador brasileiro, ou sobre determinadas posições político-ideológicas, por exemplo). É um recorte cujo enquadramento não foi aleatório, mas selecionado com vistas ao que está sendo destacado nas análises, pois, a ADD, por mais que estabeleça um corpus específico, não se limita a esta moldura, pois considera as ligações entre os diferentes e mesmos enunciados, direcionados a sujeitos historicamente situados

verdade". Seu relato tende a se aproximar da própria verdade individual à medida que é fiel aos ensinamentos e princípios que lhe fundamentam o ser. Seu relato é uma verdade, uma verdade possível, que lhe é particular e que pode ser apreciada pelos outros, mas de modo algum consiste em uma verdade universal. Do contrário, os possuidores desse dom não seriam homens, mas deuses, cuja fala libertaria os ignorantes das trevas do desconhecimento. Nossa posição tampouco exclui a existência do acontecimento, mas reforça a ideia de que o relato não o recria, mas tenta, apenas, reconstituí-lo esteticamente. Se um avião cai ou se um bebê morde uma cobra, o relato (notícia) do acontecimento, por mais fidedigno que seja, não é o mesmo objeto para qualquer pessoa. Quem tinha parentes no avião que caiu ou quem tem filhos o vivencia de maneira (verdade) diferente da que foi relatada (a visão do repórter). A verdade não é una, mas múltipla e, ao mesmo tempo, interindividual, ao passo em que, discursivamente, está em movimento, sendo ressignificada por sujeitos historicamente situados.

que podem não ter sido mencionados na obra analisada, mas arrolados no campo da língua viva, da materialidade cotidiana²⁷.

Quanto aos textos que serão analisados a seguir, conforme comentado de forma breve na introdução desta dissertação, os principais critérios para a sua escolha – e não de outros – foram: (1) manter diálogo aberto, com referências diretas e explícitas à reportagem “50 anos de soneca”²⁸ (THE ECONOMIST, 2014 a); (2) representar a opinião institucional do veículo de comunicação que publica a resposta²⁹ (e não de um ou outro profissional que compõe os seus quadros, como poderia ocorrer em outro gênero jornalístico, como a reportagem, artigo ou coluna, por exemplo); (3) que o veículo de comunicação que publica o texto escolhido fosse de circulação paga³⁰ e tivesse influência no debate público nacional³¹ sobre temas como os abordados pela *The Economist*. Dessa forma, pode-se dizer que apenas os textos aqui analisados atendem aos critérios de seleção estabelecidos. Não se exclui a possibilidade de existência de outros exemplares que também se enquadrariam nesses pré-requisitos e que, por limites técnico-metodológicos, escaparam da busca realizada³², mas ressalta-se que os textos selecionados configuram uma amostra suficiente para responder ao problema de pesquisa com base nos preceitos teórico-metodológicos assumidos.

Considera-se que a repercussão de enunciações como as que serão analisadas, que, por exemplo, chamam o trabalhador brasileiro de “gloriosamente impro-

²⁷ No caso específico da leitura de editoriais de periódicos, nota-se que algumas ideias são recorrentes, repetidas ao longo do tempo, em diferentes textos e contextos, ao passo em que outras posições mudam. Por esse motivo, em alguns momentos, a dissertação cita enunciados de editoriais ou outros textos que não estão no *corpus* mas que ilustram ou ampliam as posições presentes no *corpus*.

²⁸ Textos que falam sobre a enunciação britânica, respondendo a ela ou aos interlocutores que a criticaram.

²⁹ Por isso foi dada preferência ao gênero editorial.

³⁰ Nesta dissertação, esses veículos têm sido chamados de “mídia comercial” (cf. nota de rodapé n. 3, p. 10). Assim, mesmo que possuindo políticas editoriais diferentes (*The Economist* adota um modelo de negócios peculiar, abertamente vinculado aos valores do capitalismo, e *Carta Capital* é uma voz crítica a esse sistema), as quatro publicações cujos textos compõem o *corpus* da pesquisa baseiam sua atividade na produção de uma mercadoria (informação/opinião) cujo acesso se dá por meio de pagamento (assinatura, compra avulsa, etc) e que também é subsidiada por terceiros (anúncios publicitários).

³¹ A *Gazeta do Povo*, o vigésimo quarto jornal de circulação paga do Brasil no ano de 2014 (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2015), pode ser considerada um diário de maior influência regional, mas circula em diferentes localidades do país, e, além disso, suas intervenções fazem circular discursos e informações que influenciam o debate público nacional.

³² Efetuada com base em mecanismos de pesquisa na *internet* e na consulta direta às páginas virtuais dos maiores periódicos do país, encontradas a partir das relações publicadas pela ANJ (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2015).

duto”, não limita suas causas e efeitos apenas às páginas de uma publicação. São, também, palavras do cotidiano, possuem articulações e origem definidas, inspiração ideológica (ideologia oficial), interlocutores reais, da vida cotidiana, que as promovem ou desqualificam e, intrinsecamente, são dotadas de um potencial altamente responsivo. Uma análise dialógica traz à tona os enunciados caros a cada discurso, propiciando que entrem em embate com falas e sujeitos chave, não com o objetivo de revelar sentidos ocultos, pois estes estão dados nos enunciados de cada ator do diálogo, mas de evidenciar sentidos antedados, em construção ou em vistas de se constituir enquanto matriz ideológica.

3.1 THE ECONOMIST

The Economist foi fundada em Londres, no ano de 1843, por um fabricante de chapéus escocês chamado James Wilson. Com o intuito de influenciar “homens de negócios”, o objetivo inicial era o de abordar assuntos políticos e comerciais relacionados à agricultura e ao livre comércio (OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010). Por meio da publicação, Wilson combatia as “Corn Laws”, legislação que protegia os produtores ingleses de cereais com elevadas barreiras alfandegárias, além de defender outras bandeiras econômicas de cunho liberal (MOLINA, 2013). Apesar de possuir um nome que sugere um olhar restrito a questões econômico-financeiras, na prática, a revista³³ publica informações sobre uma vasta gama de assuntos, como ciências, artes e outros temas caros a diversos países de todos os continentes.

Ela é o principal produto do *The Economist Group* – que se apresenta como a “principal fonte de análise de negócios e assuntos internacionais”³⁴. Uma das formas mais apropriadas de definir *The Economist* é elencar as categorias nas quais ela não pode ser enquadrada (Ibid.):

Não é uma *newsmagazine*, uma revista semanal de informação como as americanas *Time*, *Newsweek* e *US News & World Report*, às quais foi comparada. Nunca

³³ *The Economist* sempre se considerou um jornal (“newspaper”). No entanto, devido às suas características, sem entrar no mérito dessa conceituação, neste estudo ela é tratada como revista.

³⁴ Em sua página na internet, o *The Economist Group* busca evidenciar o próprio protagonismo na indústria mundial de informações econômicas e políticas, ressaltando seu posicionamento tanto pragmático quanto ideológico: “What ties us together is the objectivity of our opinion, the originality of our insight and our advocacy of economic and political freedom around the world”. Disponível em: <<http://www.economistgroup.com/>>. Acesso em: 26 set. 2014.

pretendeu cobrir a grande variedade de assuntos dessas revistas e nunca foi tão superficial. Essas publicações enfrentam uma crise; duas já desapareceram e a terceira, *Time*, esquecendo que é uma *newsmagazine*, desistiu de informar sobre a semana e hoje é uma publicação indefinida, bastante ilustrada e pouco informativa.

No século passado, *The Economist* já foi classificada na Inglaterra como uma revista de opinião, ao lado de *New Statesman*, *The Spectator* e *The Listener*. Foi numa época em que *New Statesman*, a admirada voz da esquerda inglesa, líder da categoria, vendia 90 mil exemplares – hoje, 25 mil; *The Listener* desapareceu; *The Economist* cresceu exponencialmente, ao juntar fatos à opinião. Apesar do nome, não pode ser encaixada no estreito nicho das publicações especializadas em economia e negócios, como *BusinessWeek*, *Forbes* ou *Fortune*, que entraram em decadência. O foco de sua cobertura é mais rico e variado.

The Economist tem algo de semanário de informação, de revista de opinião e de publicação especializada. Mas é também algo mais. Ocupa, sozinha, uma categoria que foge a qualquer tentativa de classificação.

O periódico percebe a conjuntura mundial pelas lentes do liberalismo econômico aliado a um notável pragmatismo político. Talvez esse tradicional confronto entre um mundo ideal (teoria) com a “observação rigorosa dos fatos” (prática) possa explicar o fato de a publicação já ter apoiado abertamente conservadores como Ronald Reagan e Margaret Thatcher e também, em um campo político-ideológico antagônico, endossado nomes de candidatos trabalhistas nas eleições gerais inglesas, como Harold Wilson, além de representantes do Partido Democrata nos Estados Unidos, como Bill Clinton e Barack Obama (OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010). “Mais que ‘pró-business’, pois, segundo seu editor, não trata os homens de negócios com a idolatria de outras publicações, é a favor do capitalismo” (MOLINA, 2013).

No que tange a questões socioculturais, declara-se favorável à descriminalização das drogas e é antimonárquica. Também defende o fim da pena de morte, a realização de uma reforma penal inglesa, o controle de armas e a união homoafetiva (MICKLETHWAIT, apud OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010).

Os seus textos não são assinados – com exceção de alguns suplementos ou colaborações especiais. O leitor fica impossibilitado de conferir a profissionais específicos o crédito e a responsabilidade sobre o que foi escrito – por outro lado, isso permite que ela responda de forma institucional por todas as análises publicadas. Tal prática é histórica e evidencia a pretensão que possui de ser uma grande enunciação coletiva. O conteúdo, a abordagem, o tom das análises, as críticas e comparações, tudo é discutido em reuniões periódicas entre os integrantes da redação (MOLINA, 2013). O anonimato autoral e o debate coletivo são alguns dos principais

ingredientes da fórmula de sucesso desse modelo comercial, na opinião do chefe do escritório de Nova York, Mathew Bishop³⁵:

[...] it is absolutely fundamental to our success and to produce the quality of analysis we do. As an individual journalist, I would prefer to have my own name on my work. But what that does is insulate the journalist from rigorous debate and accountability that is in *The Economist*. Any article I propose I have to be ready to argue it through with my editor and also my colleagues. Because we don't have our name on the article, we all stand and fall by all of the content.

This changes completely the internal dynamics. When you think about the extent to which debate is what we do, the other part of that is that we all stand together as a collective as to all the material that appears. Which means we are much more consistently high quality. Having this group of people here, and having this long record of debating, means we see things going on differently than our competitors. It's not just one individual, it's a group narrative. If you put bylines on it, it will make much harder to maintain that. (BISHOP, 2009).

De forma geral, seus artigos-reportagens são conhecidos por manter um estilo com argumentação clara e direta. As matérias são curtas, com 500 a 700 palavras. As capas são provocantes. Há menos preocupação com o “furo”, a notícia exclusiva, do que em mostrar tendências e fazer análise (MOLINA, 2013). A língua utilizada é o inglês, que, por sua larga utilização, facilita o consumo da revista em diferentes culturas. Todas as semanas o mesmo conteúdo é oferecido a leitores do mundo todo.

Foi durante a Segunda Guerra Mundial que a revista passou a adquirir prestígio internacional, tornando-se “leitura obrigatória nos corredores do poder”, ganhando cada vez mais influência. No entanto, tal notoriedade só iria se materializar em grandes tiragens a partir da década de 1970, quando é ultrapassada a marca de 100 mil exemplares (OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010). O período compreendido entre a década de 1990 e a segunda década deste século XXI é outro divisor de águas na análise histórica das tiragens da revista, pois corresponde a um momento em que *The Economist* triplica sua circulação, passando de meio milhão a 1,5 milhão de exemplares, enquanto publicações semelhantes perdem espaço, reduzem tiragens e até mesmo entram em falência (MOLINA, 2013). Somente no ano de 2012 observa-se, pela primeira vez em décadas, um suave declínio nas tiragens

³⁵ Opinião emitida em entrevista concedida à seção PRNewser da mediabistro, empresa que presta serviços para mídias sociais, meios de comunicação tradicionais e profissionais de criação, bem como para inovadores nas indústrias de Impressão 3D e aplicativos de celular.

da versão impressa, que parece estar sendo superada pelo aumento de assinaturas da versão digital. De qualquer forma, hoje, somando as versões impressa e digital, *The Economist* ostenta a maior circulação de sua história (Ibid).

O maior número de leitores está nos Estados Unidos (811 mil). Em seguida, vem a Europa Continental (230 mil), Reino Unido (180 mil) e Ásia (130 mil) (OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010). No Brasil, há 8,5 mil assinantes, mais que o dobro do que na China e no México e cinco vezes mais que na Argentina, porém um quarto do número de leitores na Índia (MOLINA, 2013).

Alguns fatores podem ser elencados para explicar esse sucesso comercial. O primeiro é a coerência de princípios da revista ao longo dos 170 anos de sua história. Desde a fundação e até hoje, seus pilares ideológicos estão cravados nas ideias do livre comércio, do internacionalismo, da liberdade e da responsabilidade individual e do uso da razão como guia (Ibid). Diretor da revista no período que coincide com a Segunda Guerra Mundial, época em que *The Economist* se consolida no cenário internacional, Geoffrey Crowther defendia que ela deveria ter opiniões e manifestá-las com veemência. Nesse sentido, orientava que os editoriais deveriam seguir determinada fórmula, utilizada até hoje, que consiste na ideia de que, para defender um argumento, é necessário primeiro simplificar para, logo em seguida, exagerar. Tal método retórico tende a destacar as enunciações, ao passo em que as tornam, também, simplistas ao extremo. “Talvez por isso, [*The Economist*] foi acusada de arrogância onisciente, de agir como um ‘oráculo’, de querer chegar perto da infalibilidade, de ser a mensageira dos deuses e de tentar simplificar o insimplificável” (MOLINA, 2013). Sob a direção de Crowther, em meados do século passado, metade dos leitores já era estrangeiro e a revista circulava em mais de cem países. Após esse período, há um aprofundamento marcante da defesa da liberalização da economia (Ibid).

O posicionamento de marketing, evidenciado pelas suas campanhas publicitárias, é outro caminho possível para a explicação dos bons resultados de vendas avulsas e de assinaturas, mesmo em tempos de crise para o mercado editorial. O foco não é valorizar o produto, as informações e análises produzidas pela publicação, mas, sim, o consumidor. Essa estratégia reforça características supostamente iminentes à pessoa do assinante, fazendo com que ele, ao associar-se à mercadoria, construa para si e para outrem uma autoimagem positiva. Assim, o que adquire não é um apanhado informativo ou opinativo sobre diferentes aspectos do mundo

concreto, mas algo que acrescenta à sua personalidade um *status* social diferenciado, deixando emergir consequências benéficas que resultam não da leitura, mas da compra, da associação direta à mercadoria (OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010).

Nessa mesma lógica, os preços praticados por *The Economist* evidenciam a tática de elitizar o público, pois ao passo em que a maioria das revistas precisam reduzir valores de capa e de assinaturas, no intuito de manter ou aumentar as tiragens e, com isso, equilibrar as receitas com os ganhos advindos da publicidade, *The Economist* aumenta o valor por exemplar, ganha mais assinantes e, conseqüentemente, também eleva as receitas publicitárias (CLIFFORD, 2009). *The Economist* já chegou a custar de 7 (sete) a 14 (catorze) vezes mais que outras revistas com foco no noticiário econômico e o sucesso dessa fórmula é uma das razões que fez outros editores a repensar suas políticas de preços (Ibid).

O interesse da revista britânica pelo Brasil transcende os aspectos relacionados ao mercado editorial, pois é com frequência considerável que o país se torna seu objeto de análise, principalmente em momentos de tensões ou mudanças no campo da economia globalizada, como, por exemplo, já em 1843. Principal artigo da sua primeira edição, “*Our Expiring Commercial Treaty with the Brazils*” (THE ECONOMIST, 1843) mostrava a conveniência de abrir o mercado britânico para o Brasil. O texto demonstrava visão global da economia, a defesa do livre comércio, a ausência de um nacionalismo estreito – pois defendia interesses estrangeiros, no caso, brasileiros, no intuito de não prejudicar produtores ingleses – e um pragmatismo marcante, pois pregava a consolidação de um acordo do interesse das duas partes (MOLINA, 2013).

Nos últimos anos, a cobertura da *The Economist* sobre o país parece ter se intensificado. Em novembro de 2009, em um tom elogioso, foram dedicadas 14 (catorze) páginas a ele, nas quais se analisaram as razões do sucesso econômico brasileiro, bem como os seus potenciais riscos. A capa desta edição apresentava uma montagem do Cristo Redentor decolando, em trajetória ascendente, como se fosse um foguete espacial. Destacava-se, assim, que o Brasil teria “decolado” e valorizava-se a informação de que teria superado a crise financeira internacional de 2008, “sendo um dos últimos a entrar e um dos primeiros a sair dela”. Foram feitas previsões ousadas que apostavam no crescimento do país a taxas superiores aos 5% anuais. Especulou-se, inclusive, que, em poucos anos a partir dali, o Brasil se torna-

ria a quinta economia do mundo, superando França e Reino Unido (THE ECONOMIST, 2009).

Na opinião da revista, diferentemente dos demais países emergentes, além de estar em crescimento, o Brasil os superava em alguns aspectos. É uma democracia, ao contrário da China. Não tem insurgentes, conflitos étnicos ou religiosos, muito menos vizinhos hostis, como a Índia. Inversamente à Rússia, exporta mais do que apenas petróleo e armas e respeita investidores internacionais.

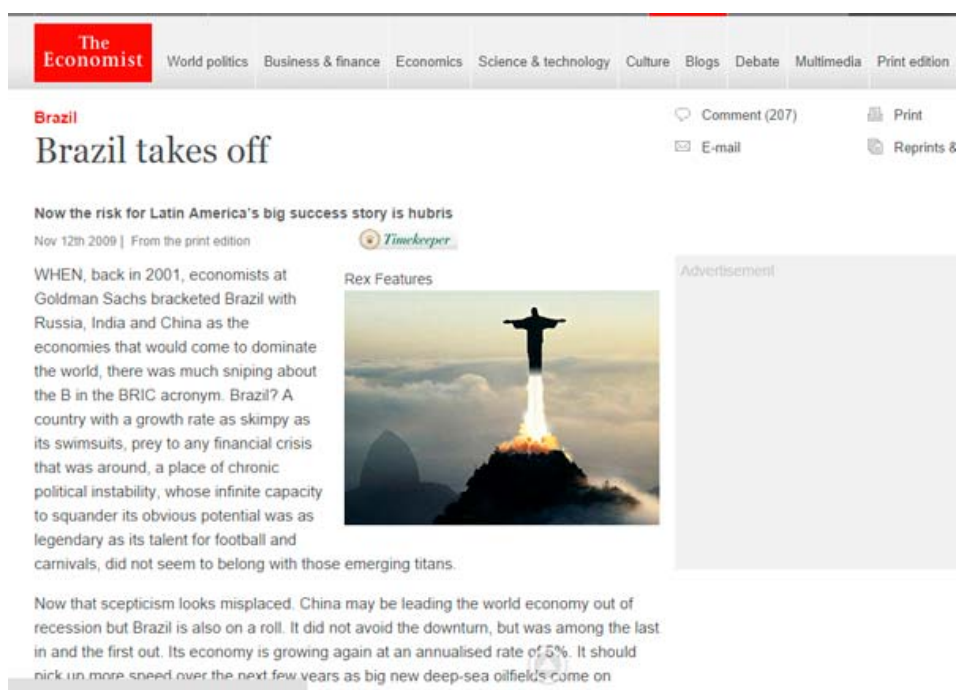
Under the presidency of Luiz Inácio Lula da Silva, a former trade-union leader born in poverty, its government has moved to reduce the searing inequalities that have long disfigured it. Indeed, when it comes to smart social policy and boosting consumption at home, the developing world has much more to learn from Brazil than from China. In short, Brazil suddenly seems to have made an entrance onto the world stage. Its arrival was symbolically marked last month by the award of the 2016 Olympics to Rio de Janeiro; two years earlier, Brazil will host football's World Cup. (Ibid).

Explicando que essa entrada no palco internacional, ao contrário do que possa parecer, não se constituía em um acontecimento repentino, *The Economist* credita o sucesso econômico brasileiro às medidas liberalizantes tomadas na década de 1990 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre elas, recebem destaque o controle da inflação, a autonomia concedida ao Banco Central, a abertura às indústrias e ao capital estrangeiro e a privatização de empresas estatais.

Entre os riscos apontados para o crescimento do país são elencadas a corrupção; o aumento dos gastos do governo, de forma geral, e, de forma específica, o crescimento dos gastos com folha de pagamento do funcionalismo público e com aposentadorias e pensões; os baixos níveis de investimento tanto do setor público quanto privado; a baixa qualidade da educação; a infraestrutura precária e o aumento nos índices de violência. Foram apontados como problemas o descompromisso da então candidata à presidência, Dilma Rousseff, com a revisão das leis trabalhistas e a valorização do Real frente ao Dólar, o que, apesar de aumentar o nível de vida dos brasileiros, facilitando importações, seria um empecilho aos exportadores.

A arrogância, apresentada como uma característica do pensamento de Lula e da sua, então, possível sucessora, foi apontada como o principal risco para o Brasil. Assim, a velocidade pela qual o país avançaria nos próximos anos estaria relacionada ao resultado das eleições de 2010. Concluindo o artigo, *The Economist* expli-

cita a opinião de que a eleição da candidata petista não seria o melhor caminho a ser trilhado pelo país.



The Economist
World politics Business & finance Economics Science & technology Culture Blogs Debate Multimedia Print edition

Brazil
Brazil takes off

Comment (207) Print
E-mail Reprints &

Now the risk for Latin America's big success story is hubris
Nov 12th 2009 | From the print edition
Timekeeper

WHEN, back in 2001, economists at Goldman Sachs bracketed Brazil with Russia, India and China as the economies that would come to dominate the world, there was much sniping about the B in the BRIC acronym. Brazil? A country with a growth rate as skimpy as its swimsuits, prey to any financial crisis that was around, a place of chronic political instability, whose infinite capacity to squander its obvious potential was as legendary as its talent for football and carnivals, did not seem to belong with those emerging titans.

Rex Features
Advertisement

Now that scepticism looks misplaced. China may be leading the world economy out of recession but Brazil is also on a roll. It did not avoid the downturn, but was among the last in and the first out. Its economy is growing again at an annualised rate of 5%. It should pick up more speed over the next few years as big new deep-sea oilfields come on

Figura 1 - Versão online do artigo sobre a decolagem do Brasil.
Fonte: THE ECONOMIST (2009).

Quatro anos depois, dialogando com a análise iniciada em 2009, inclusive reutilizando, verbo-visualmente, a metáfora da decolagem do Cristo Redentor, porém, agora, em uma trajetória espiral-descendente – como se a decolagem do foguete tivesse falhado e ele estivesse desgovernado – a revista questiona, em sua edição do dia 28 de setembro de 2013, se “O Brasil estragou tudo”. Da mesma forma que em 2010, também foram dedicadas 14 (catorze) páginas para a cobertura, além do destaque de capa (FIGURA 2).

The Economist
World politics Business & finance Economics Science & technology Culture Blogs Debate Multimedia Print edition

Brazil's future
Has Brazil blown it?

Comment (1103) Print
E-mail Reprints & pe

A stagnant economy, a bloated state and mass protests mean Dilma Rousseff must change course

Sep 28th 2013 | From the print edition Timekeeper

Advertisement

FOUR years ago this newspaper put on its cover a picture of the statue of Christ the Redeemer ascending like a rocket from Rio de Janeiro's Corcovado mountain, under the rubric "Brazil takes off". The economy, having stabilised under Fernando Henrique

Figura 2 - Versão online do artigo sobre a desaceleração do crescimento brasileiro.
Fonte: THE ECONOMIST (2013)

Partindo do pressuposto de que a economia brasileira estagnou após o breve “voo de galinha” (o crescimento aparentemente surpreendente, relatado com entusiasmo quatro anos antes, mas, agora, frustrante, por sua descontinuidade), reforçado pelo argumento de que o estado brasileiro está inchado e pegando carona na série de protestos promovidos em todo país em meados de 2013, *The Economist* sugere à presidente Dilma Rousseff uma “mudança de rumo”, que consistiria na adoção de medidas liberalizantes. Na opinião da revista, naquele momento, faltando cerca de um ano para o início da campanha eleitoral que decidiria os rumos políticos do país, a presidente poderia, “pelo menos”, iniciar reformas necessárias, concentrando-se, prioritariamente, na remodelagem do gasto público, principalmente no que diz respeito às aposentadorias e pensões, haja vista que “o país gasta com a previdência o equivalente ao que gasta o Sul da Europa”, onde a proporção de idosos é três vezes maior. Nesse aspecto, apesar da cobrança popular por melhorias em educação, saúde e transporte, *The Economist* sugere que os investimentos nessas áreas – vistos como “gastos extras” – não deveriam ser prioridade do governo, que deveria centrar esforços na diminuição do papel do estado, principalmente no que diz respeito às “generosas” aposentadorias e pensões. Outro problema apontado, que estaria comprometendo o desempenho do setor empresarial, são os baixos níveis de investimento em infraestrutura, área na qual o Brasil investiria apenas 1,5%

do PIB, em comparação com uma média mundial de 3,8%, o que ocasiona custos desnecessários para as empresas.

O segundo ingrediente da receita oferecida por *The Economist* para a retomada do crescimento brasileiro é o incentivo à competitividade e aos investimentos, e isso deve ser feito não de forma protecionista, como estaria fazendo o governo, mas expondo as empresas brasileiras à concorrência dos mercados internacionais, por meio da redução de tarifas alfandegárias.

A terceira medida consistiria em uma reforma política. Para a *The Economist*, a proliferação de partidos no Brasil seria responsável por um enorme desperdício em todos os níveis de governo – o exemplo citado é a necessidade de criação de 39 ministérios para a acomodação de aliados. A solução seria limitar o número de cadeiras no congresso, além da realização de “outras mudanças que fizessem com que os parlamentares fossem mais responsáveis perante os seus eleitores”. A revista deixa explícita a sua opinião de que a presidente não teria habilidade política para efetuar essas mudanças, haja vista que teria de convencer políticos que se beneficiam desse sistema político.

De qualquer forma, mesmo que, aparentemente, pessimista com relação ao futuro econômico do país, o artigo é esperançoso em sua conclusão, levando em conta que o Brasil possui “grandes vantagens” (agricultores e empresários eficientes e reservas de petróleo que o tornarão um grande exportador até 2020). Também são elogiados o desenvolvimento de pesquisas de ponta nas áreas de biotecnologia, ciências genéticas e exploração de petróleo e gás; o crescimento da classe média; e a ausência de rígidas divisões sociais ou étnicas tais quais as que existem em países como Índia ou Turquia. Assim, o país ainda não teria estragado tudo por completo e ainda poderia decolar novamente, porém, agora, esta volta ao crescimento dependeria, exclusivamente, da ação presidencial: Dilma Rousseff deveria adotar medidas econômicas liberalizantes, como o combate à burocracia, a redução do número de ministérios e a redução dos gastos públicos.

Poucos meses antes, em dezembro de 2012, críticas semelhantes já haviam sido publicadas nas páginas da *The Economist*. Diante do anúncio de um crescimento abaixo do previsto pelo governo, a revista afirmou que a presidente deveria demitir o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, e substituir sua equipe econômica, caso quisesse realmente se eleger a um segundo mandato (THE ECONOMIST, 2012). Basicamente, condenava o intervencionismo do governo na economia, usan-

do como exemplo a utilização dos bancos públicos para estimular a redução dos juros. Explicitou, também, o receio de que o Banco Central decidisse reduzir a taxa básica de juros, medida que seria prejudicial aos investidores. Defendeu que a prioridade do governo deveria ser a de redobrar os esforços para cortar o custo Brasil, por exemplo, “atacando as leis trabalhistas – e, portanto, deixando os espíritos animais do setor privado rugirem”.

O pragmatismo político da *The Economist* em assuntos relacionados ao Brasil atinge o ápice na semana que antecede a votação do segundo turno das eleições presidenciais de 2014. Em 18 de outubro, com o destaque de capa na versão impressa, ela declara abertamente apoio à eleição do candidato Aécio Neves (PSDB), fazendo um balanço pessimista dos quatro anos de mandato da então candidata Dilma Rousseff, do PT (THE ECONOMIST, 2014 b). O título do artigo, “Porque o Brasil precisa de mudança”, alinhou-se à linha argumentativa da campanha do PSDB. O subtítulo, por sua vez, não poderia ser mais explícito, ao afirmar que “os eleitores devem abandonar Dilma Rousseff e eleger Aécio Neves”. Novamente foi utilizada uma montagem com um símbolo mundialmente atribuído ao Brasil. Reproduziu-se uma imagem de Carmem Miranda com uma expressão de decepção. Em sua cabeça, o folclórico arranjo é apresentado com frutas estragadas e com as folhagens murchas (FIGURA 3).

The Economist
World politics Business & finance Economics Science & technology Culture Blogs Debate Multimedia Print edition

Brazil's presidential election
Why Brazil needs change
Comment (724) Print
E-mail Reprints &

Voters should ditch Dilma Rousseff and elect Aécio Neves
Oct 18th 2014 | From the print edition
Timekeeper Like 42k Tweet 497

Advertisement:
QUALITY OF LIFE OBSERVER
EXPERTS ANALYSIS CASE STUDIES
DESIGN IN HEALTHCARE CAN HELP PATIENTS AT THEIR MOST VULNERABLE
Tama Duffy Day, Design Principal at Perkins+Will explains how and why

IN 2010, when Brazilians elected Dilma Rousseff as president, their country seemed at last to be living up to its huge potential. The economy expanded by 7.5% that year, setting the seal on eight years of faster growth and a steep fall in poverty under Luiz Inácio Lula da Silva.

Figura 3 – Versão online do artigo sobre as eleições de 2010.
Fonte: THE ECONOMIST (2014, b).

Mais do que uma simpatia gratuita, o apoio a Aécio Neves parece estar amparado em uma coincidência de valores e análises econômicas entre a campanha tucana e a revista britânica, revelando, pragmaticamente, a vontade de ver encerrado o ciclo de governos petistas na condução do país. Tal qual o candidato, *The Economist* argumenta que sob o comando de Dilma o Brasil praticamente estagnou e o progresso social desacelerou. Assim, ao lado da Rússia, ele seria a nação a apresentar a pior performance econômica entre os emergentes. Aliados aos escândalos de corrupção veiculados pela imprensa brasileira, essa deficiência governamental, de acordo com o artigo, seria a grande responsável pela queda de popularidade da presidente. Como trunfo, Dilma teria a gratidão, por parte da população, “pelo emprego pleno, aumento dos salários e programas sociais efetivos, como o Bolsa Família, construção de moradias populares, eletricidade e água para áreas rurais e garantias estudantis”. As falhas do oponente também foram vistas como um fator que pesava a favor da reeleição da presidente, haja vista que sobre a figura dele também foram levantadas acusações de má utilização de recursos públicos. De qualquer forma, mesmo com muitos problemas, *The Economist* admitia que Dilma ainda poderia sair vitoriosa do processo eleitoral, “principalmente porque a maioria dos brasileiros ainda não havia sentido a piora econômica em seu cotidiano”.

Com essa defesa, mais uma vez, evidenciou-se as lentes pragmáticas da centralidade econômica adotada pela revista na tarefa de analisar e retratar o mundo, interferindo nele. Tal posicionamento chegou a ser comentado, durante a campanha, pela candidata à reeleição, que, respeitando o posicionamento político das revistas brasileiras e internacionais, afirmou que *The Economist* teria ligação com o sistema financeiro internacional (OLIVEIRA, 2014). Após as eleições, comentando a vitória de Dilma Rousseff, *The Economist* retrata um país dividido após a campanha, classifica o discurso da presidente reeleita – baseado em três palavras-chave, unidade, diálogo, consenso – de arrogante e, novamente, sai em defesa de Aécio Neves, reiterando que, apesar de derrotado nas urnas por uma margem apertada, ele era a “melhor escolha” e que, se a presidente quisesse tirar o país da ameaça da estagnação, precisaria adotar as ideias econômicas defendidas por ele, que coincidem com os valores da revista (THE ECONOMIST, 2014 c).

Dos enunciados publicados por *The Economist* emerge um discurso que eleva as relações econômicas ao patamar de principal definidora da realidade. Pro-

gressista nos aspectos relacionados às superestruturas e conservadora no que tange aos pilares infraestruturais da sociedade capitalista, tende a refutar qualquer enunciação que contrarie as máximas do neoliberalismo: estado mínimo; livre concorrência; mercados abertos; ausência de regulamentações; repulsa ao intervencionismo; incentivo à iniciativa privada; prevalência do economicismo em detrimento da lógica social, entre outras defesas que privilegiam a acumulação do capital, desconsiderando ou minimizando os efeitos sociais do capitalismo. A abordagem feita pela publicação a respeito da improdutividade do trabalhador brasileiro não apenas revela essa postura como demonstra que esta parece ser a única lente relevante utilizada em suas abordagens. É uma racionalidade que coloca como principal objetivo social o crescimento contínuo do PIB e reduz o trabalho a um mero instrumento da acumulação do capital, omitindo que o trabalho é uma característica humana polissêmica. Seu direcionamento para a produção constante, para o acúmulo de riquezas a partir da exploração crescente da atividade produtiva de outrem – adotado a partir das grandes revoluções (Francesa e Industrial) de que trata Hobsbawn (1977), um período recente, portanto, quando se vislumbra a história das civilizações humanas –, é apenas uma forma de apreendê-lo enquanto fenômeno social.

Existem outras visões, que não podem ser desconsideradas, por estarem em embate com essa noção que é cara ao capitalismo desde os seus primórdios. Associado à tecnologia, entendida de maneira ampla, como técnica humana, tal qual um signo que tem seus sentidos negociados ou impostos de acordo com as condições históricas e socioculturais, o trabalho forma um binômio indissociável que reflete a organização social de uma civilização ao mesmo tempo em que também a modifica. Por isso as formas que tecnologia e trabalho assumem são naturalizadas, sacralizadas ou demonizadas de acordo com os interlocutores do diálogo e com a conjuntura³⁶. Cambiantes, os significados se adequam a necessidades locais, temporais e socioculturais, bem como aos contextos enunciativos, de modo que é praticamente

³⁶ Na Antiguidade Clássica, por exemplo, a ideia prevalente era a de que o crescente desenvolvimento tecnológico, fruto do trabalho e do conhecimento humano, poderia libertar o homem para a vida, para a filosofia e as artes. No entanto, passados pouco mais de dois milênios, após duas guerras mundiais que resultaram na morte de mais de 100 milhões de pessoas em combate e sob a tenebrosa ameaça de conflitos nucleares, muito se falou sobre o caráter sombrio da tecnologia. Outro exemplo: para o liberalismo, o trabalho “livre” (capitalista), por incentivar as trocas, fomentando a cooperação entre desconhecidos, conduziria a humanidade ao progresso enquanto que, para o marxismo, esse mesmo fenômeno social, por concentrar riquezas nas mãos de poucos e aumentar as desigualdades, acabaria por aglutinar os proletários contra a lógica do sistema, dando início a uma nova revolução que aboliria a propriedade privada e, por meio do trabalho, construiria uma sociedade comunista, “o verdadeiro reino da liberdade”.

impossível chegar a uma conceituação definitiva (consensual, exata, correta) sobre uma pretensa natureza objetiva da atividade técnico-criativa-laboral. Para demonstrar a pluralidade de sentidos possíveis, em diálogo com o *corpus* desta pesquisa, em diferentes momentos serão resgatados conceitos e autores relacionados tanto à centralidade quanto à descentralidade do trabalho. De antemão, o que precisa ser ressaltado é que a dimensão impositiva e redutora do trabalho da qual partem os enunciados da *The Economist* representam “um” discurso entre muitos.

3.1.1 Soneca de 50 anos: prólogo de um diagnóstico

No dia 19 de abril de 2014, a revista britânica *The Economist* publicou em sua versão impressa a reportagem “A soneca de 50 anos” (THE ECONOMIST, 2014 a). O conteúdo foi republicado na página que a publicação mantém na internet³⁷. O chapéu³⁸ que abre a reportagem contém os dizeres “Economia do Brasil”, indicando o tema que será abordado pelo texto principal. O subtítulo diz que “os trabalhadores brasileiros são gloriosamente improdutivos” e que “para que a economia cresça, eles devem acordar deste estado de estupor”³⁹. Como é tradição na revista, o artigo não é assinado. Compõe a apresentação do conteúdo a imagem (FIGURA 4) de um homem confortavelmente deitado em uma rede, em um cenário paradisíaco. Devido ao ângulo da foto, a pessoa não pode ser identificada, mas se percebe que está em uma bela praia, aparentemente desocupada, pois não há outras pessoas, ou indícios da existência de outras pessoas, descansando ou trabalhando no local. De qualquer forma, esse isolamento pictural dá a sensação de que o sujeito fotografado está só. Se a fotografia fosse vista isoladamente de seu contexto nesta reportagem, supor-se-ia que a pessoa está em férias, descansando – como, de fato, deveria ser a real situação do sujeito fotografado, no contexto em que a imagem foi originalmente capturada. Mas a composição da imagem com os demais elementos de abertura da reportagem, principalmente o título e o subtítulo, reforça a ideia de que a pessoa da

³⁷ <www.economist.com>.

³⁸ No jargão jornalístico, “chapéu” é uma “palavra ou expressão curta colocada acima de um título. É usado para indicar o assunto de que trata o texto ou os textos que vêm abaixo dela” (FOLHA DE S. PAULO, 1996).

³⁹ “Estupor”, ao lado de “sonolência” e “coma”, correspondem ao código R40 da Classificação Internacional de Doenças (CID).

foto não está trabalhando. Além do mais, ela estaria dormindo e fazendo isso de maneira pomposa, “gloriosa”, para usar o termo utilizado pela reportagem.



Brazil's economy

The 50-year snooze

Brazilian workers are gloriously unproductive. For the economy to grow, they must snap out of their stupor

Apr 19th 2014 | SÃO PAULO | From the print edition

PECKISH revellers at Lollapalooza, a big music festival in São Paulo earlier this month, were in for a treat. In contrast to past years' menus of reheated hamburgers, they could plump for pulled pork, barbecue ribs or corn on the cob, courtesy of BOS BBQ, a Texan eatery in the city. More surprising than the fare, however, was the pace at which BOS's two tents dished it out. Over the

course of two days the booths, each manned by six people, served 12,000 portions, or more than one every 15 seconds, boasts Blake Watkins, who runs the restaurant. Such efficiency is as



Figura 4 – Versão online da reportagem “A soneca de 50 anos”.
Fonte: THE ECONOMIST (2014 a).

Percebe-se que a utilização do adjetivo “glorioso” não foi em vão. A pompa do termo dialoga com a arquitetura visual da fotografia, pois os signos e as cores presentes na imagem remetem instantaneamente não apenas a uma noção de brasilidade, mas também ao próprio país, a começar pelas cores. Tons azuis, brancos e translúcidos da água do mar; o amarelo da areia da praia; o forte e bonito azul do céu sendo cortado por uma linha verde de mata ao fundo e, cruzando de ponta a ponta a imagem, um homem deitado em uma rede de dormir⁴⁰ amarela. A disposição dos elementos e as cores presentes como que redesenham a nossa bandeira: o círculo azul (água); o retângulo verde (mata) e o losango amarelo (rede de dormir). A beleza tropical situa o personagem em um lugar específico, utilizando o estereótipo turístico do país “bonito por natureza”.

⁴⁰ A rede de dormir (“Iní”, em Tupi) é um invento dos indígenas pré-coloniais da América do Sul. A palavra rede foi empregada pela primeira vez pelo escrivão da frota de Pedro Alvares Cabral — Pero Vaz de Caminha, em carta a Portugal na qual, escrevendo a povoação dos Tupiniquins, seus hábitos e costumes, relatou a maneira de dormir dos indígenas (CAMINHA, 2015).

A associação com a brasilidade e com o local do qual se fala é ainda mais exata quando se vê a personagem vestida de Brasil, da sunga azul à bandeira estampada no chapéu que o protege do sol. Então, não resta dúvidas de que a pessoa retratada é brasileira e está no Brasil. E está como? Descansando, dormindo, gastando o tempo, qualquer coisa não vinculada ao ato de trabalhar.

Os elementos composicionais do início desta reportagem transmitem a sensação de que a pessoa da foto é a protoforma do trabalhador brasileiro, um improdutivo, pessoa ociosa que aproveita a vida, mas que não produz, ou pelo menos não está produzindo. Ao usar o termo “glorioso” ao mesmo tempo em que recorre a símbolos pátrios, como a bandeira, a rede de balanço, as cores nacionais (verde, amarelo, azul e branco), a enunciação pretende estender a crítica a um conjunto maior de pessoas, os brasileiros, como um todo, bem como a sua terra pátria. O homem retratado na imagem é, portanto, não apenas um, mas o representante de um tipo genérico, o brasileiro, e este, por sua vez, é improdutivo, gloriosamente, da mesma forma que o seu país. Ao defender a tese de que o trabalhador brasileiro é improdutivo, a revista demonstra partir do pressuposto de que esse gosto pelo ócio, expresso por certa ojeriza ao trabalho, é algo ontológico, uma diretriz cultural da brasilidade: subentende-se que os brasileiros, como um todo, são preguiçosos. Tal imagem é, nesse sentido, uma síntese pictórica do país e de seu povo. Este seria, portanto, o lugar da beleza natural e da ausência de trabalho, da improdutividade.

Assim, fica dado, de antemão, o problema a ser combatido pelo restante do texto: “para que a economia cresça, eles devem sair deste estado de estupor”. O uso da palavra “estupor”⁴¹, espécie de paralisia súbita, no subtítulo, indica que o estado de letargia é maior do que a palavra “soneca”, presente no título, poderia supor. Portanto, mais do que uma marca cultural da brasilidade, indica-se que tal improdutividade poderia ser sintoma de algo mais sério, como uma doença, dada a utilização de termos médicos em um assunto de natureza aparentemente econômica.

3.1.2 A doença e o(s) doente(s)

⁴¹ Na medicina, estupor é o estado mórbido em que o doente, apesar de consciente, não reage a estímulos externos, permanecendo imóvel, aparentemente sem sensibilidade. “O estupor é uma falta profunda de resposta caracterizada por somente se conseguir despertar a pessoa durante um período breve de tempo e só com uma estimulação enérgica e repetida, como safanões, gritos, beliscões ou picadas” (MANUAL MERCK, 2002).

O primeiro parágrafo exalta a eficiência do empreendedorismo norte-americano em contraste com a ineficiência dos serviços no Brasil. O narrador está no Lollapalooza, grande festival de música realizado em São Paulo no início do mês de abril de 2014. Os visitantes famintos tinham à sua disposição alguns restaurantes brasileiros, cujos cardápios eram compostos por hambúrgueres requentados, o mesmo tipo de comida de edições anteriores do evento, mas também tinham acesso a uma novidade: o restaurante texano BOS, “que oferece carne de porco, churrasco de costela, ou milho em espiga como cortesia”. O preço baixo da comida é surpreendente, de acordo com o texto, mas mais surpreendente ainda é o ritmo de atendimento do BOS. “Em dois dias teriam sido servidas 12 mil porções, ou mais de uma a cada 15 segundos, vangloria-se Blake Watkins, que administra o restaurante” (THE ECONOMIST, 2014 a). O repórter adiciona que “tal eficiência é tão bem vinda quanto incomum”, para logo em seguida contar que os estandes vizinhos demoravam de dois a três minutos para servir os clientes, o que estaria ocasionando longas filas e “estômagos roncantes”.

Com esses dizeres, fica evidente a opinião do autor de que o restaurante estrangeiro é eficiente e os demais, brasileiros, não. Afinal, o BOS serve comida mais barata, supostamente melhor, e em um tempo menor, ao passo em que os restaurantes nacionais possuem os mesmos “hambúrgueres requentados dos anos anteriores”.

O senhor Watkins é citado para corroborar a tese da ineficiência generalizada no Brasil: “Desde o momento em que você aterrissa no Brasil, você começa a perder tempo”, transcreve o repórter atribuindo à fala ao administrador do restaurante, que está no Brasil há três anos. Veio para cá após vender um negócio de *fast-food* em Nova York.

Logo surge a primeira crítica, no corpo do texto, aos trabalhadores brasileiros. Watkins, que almejava ter pelo menos 20 trabalhadores temporários no Lollapalooza, contrata 20 pessoas, mas apenas metade aparece. Os brasileiros, então, seriam pessoas que não gostam de trabalhar. Watkins fala do ponto de vista de quem, sendo estrangeiro, vindo de um país desenvolvido, tem experiência em assuntos relacionados ao Brasil.

Indica a reportagem que o descompromisso com o trabalho se estende ao setor empresarial (iniciativa privada). Uma nova personagem é chamada a dar o seu depoimento a fim de corroborar a ideia: Lu Bonometti, que abriu uma loja de biscoi-

tos em um bairro nobre de São Paulo e precisou consertar a placa de identificação do empreendimento. Nenhuma das quatro empresas que ela chamou para fazer o serviço teria comparecido.

A fala de Bonometti tem a função enunciativa de demonstrar que não apenas os empregados, mas também os empregadores, representados pelas quatro empresas que não atenderam ao chamado, não teriam esmero com o trabalho e com a produção. Essa ideia é reforçada quando o narrador afirma que “poucas culturas oferecem receita melhor para aproveitar a vida” (como a brasileira) e que “a noção de custo de oportunidade parece perdida na maioria dos brasileiros”.

Este conceito é um termo da economia que indica o custo de algo em termos de uma oportunidade renunciada. Representa o custo, que pode ser até mesmo de ordem social, causado pela renúncia do ente econômico, incluindo os benefícios que poderiam ser obtidos a partir da oportunidade renunciada (BUCHANAN, 2008). Diz respeito a algo implícito, que não envolve desembolso monetário, mas que pode ser estimado a partir do que poderia ser ganho no melhor uso alternativo: o custo de oportunidade representa o valor associado à melhor alternativa não escolhida. Ao se tomar determinada escolha, possibilidades excludentes são descartadas, pois escolher uma alternativa é recusar outras.

Ao dizer que a maioria dos brasileiros não tem ideia do que seja custo de oportunidade, o repórter está afirmando que essas pessoas não sabem que a renúncia a um trabalho até pode não estar diretamente relacionada a prejuízo, mas certamente representa a perda de possíveis ganhos que poderiam ser auferidos caso este mesmo trabalho tivesse sido aceito. Dizer isto é o mesmo que afirmar que além de não gostar de trabalhar, os brasileiros não sabem aproveitar as oportunidades, não sabem que se trabalhassem mais e melhor poderiam obter resultados mais vantajosos.

No terceiro parágrafo, a noção de preguiça como matriz cultural reaparece, dessa vez na voz de Regis Bonelli, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O recorte de sua fala enuncia que a ubiquidade de problemas como filas, engarrafamentos, prazos não cumpridos entre outros fatores semelhantes, anestesiaram os brasileiros – mais uma vez, evoca-se um termo médico, com o possível intuito de indicar a falta de lucidez do brasileiro, como se ele, realmente, não estivesse no controle de si. Para dizer isso, recorre-se a um interlocutor com autoridade sobre o assunto, um pesquisador, representante do universo científico, vinculado a uma prestigiada institui-

ção de ensino e pesquisa brasileira. As pessoas não podem falar de tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar qualquer coisa em qualquer momento, ou seja, há uma ordem discursiva (FOUCAULT, 2012). A fonte ouvida (Bonelli), porém, não é um “qualquer”, mas, sim, no jargão jornalístico, um “*expert*”, alguém que fala com propriedade e que confere fidedignidade e credibilidade ao discurso em construção. Seu argumento tem autoridade, por ser ele uma figura de prestígio nas ciências sociais aplicadas, sobretudo no que tange à economia.

A explicação da suposta apatia, da anestesia generalizada à qual parecem estar submetidos os brasileiros, começa a se dar pelo resgate da crença liberal na ineficiência do Estado. Irrompe a primeira depreciação ao governo, completando a crítica já feita à iniciativa privada e aos trabalhadores: os brasileiros não se indignaram com o anúncio do atraso da reforma do aeroporto de Belo Horizonte, que não ficaria pronto a tempo para a Copa do Mundo de 2014, que seria realizada no Brasil no mês de junho do mesmo ano. Segundo a reportagem, tal notícia não gerou muito mais que “um encolher de ombros” de resignação.

O início da reportagem consiste em uma espécie de diagnóstico, uma visão geral do estado do objeto analisado. Conclui previamente que o Brasil é o lugar da improdutividade, da desvalorização do trabalho, da cultura do ócio, atributos que apontam para um quadro patológico nacionalmente generalizado.

Aqui não se faz proeminente, ainda, a discussão sobre a acuidade dessa visão, mas é preciso ressaltar que ela inverte uma posição de longa data na história da humanidade, que é a da descentralidade do trabalho. No final do século XIX, Lafargue (2003) já lembrava que o “dogma do trabalho” servia a ideais burgueses de dominação – portanto, a ideais recentes, quando se vislumbra a história de maneira mais ampla. Quem amava o trabalho, segundo ele, era o camponês-proprietário e o pequeno-burguês comerciante. O pobre, a gente simples, sempre preferiu retirar da terra seu sustento e viver com pouco materialmente, mas com muitos momentos de alegria. Com o advento da modernidade, porém, o ideal burguês de culto ao trabalho foi sendo absorvido também pelo proletariado, que passou a vislumbrar a vida apenas pela ótica da produção. Por isso, para Lafargue (Ibid), a verdadeira bênção para os trabalhadores seria uma jornada de trabalho de umas três horas por dia. Dessa forma, curados da “doença do trabalho”, sobraria mais tempo para a diversão, para os “regabofes” da vida, para as pessoas fazerem o que bem entendessem com o

tempo livre. Isso configuraria uma espécie de retorno aos instintos naturais, enfim, uma verdadeira proclamação do direito à preguiça (LAFARGUE, 2003).

No contexto retratado por *The Economist*, no entanto, os doentes são os brasileiros, que teriam uma propensão ao ócio, uma preguiça culturalmente enraizada, que acarreta em uma falta de vontade de trabalhar, pelo menos de trabalhar o quanto se espera deles, ou seja, a doença consistiria na improdutividade, entendida como uma inapetência de trabalho.

3.1.3 Patologia quantificada: a improdutividade em dados

Os dados técnicos sobre a produtividade do trabalho, nos quais *The Economist* se baseia para fazer sua análise, aparecem no quarto e quinto parágrafos e são a espinha dorsal da argumentação. Eles conferem ao debate um aspecto analítico-científico. Tal cientificidade se dá pela utilização de jargões e conceitos peculiares ao campo das Ciências Econômicas, bem como pela quantificação. É pela comparação quantitativa do Brasil com outras grandes economias emergentes que ocorre a apresentação diagnóstica da queda ou da estagnação da produtividade por trabalhador ao longo da última metade do século passado.

A produtividade do brasileiro⁴² cresceu um pouco nas décadas de 1960 e 1970, época que coincide com o final do período desenvolvimentista e início da ditadura militar, mas a curva de crescimento, porém, não é significativa e a partir da década de 1980 a produtividade mantém momentos de oscilação mínima. Ao mesmo tempo, como demonstra o gráfico apresentado pela revista (FIGURA 5), batizado de “hora de acordar”, outros países com grandes economias emergentes, especialmente Coréia do Sul, Chile e México, apresentam crescimento de produtividade.

A produtividade do trabalho de que trata a revista é medida em função do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) por trabalhador empregado. Além disso, argumenta a publicação, a produtividade total do fator, dimensão que mede a eficiência com a qual capital e trabalho são utilizados, é menor agora do que foi em 1960

⁴² De acordo com a Conference Board, entidade que atua por meio da associação de grandes empresas e organizações públicas e privadas e realiza pesquisas e outras ações no intuito de fornecer informações estratégicas aos associados principalmente nas áreas de Liderança Corporativa, Economia e Negócios, Meio Ambiente e Capital Humano (CONFERENCE BOARD, 2014).

– ou seja, o Brasil estaria desperdiçando o potencial de geração de riqueza tanto do capital acumulado quanto da força de trabalho.

Citando dados da Consultoria MacKinsey, uma empresa de consultoria, a revista relata que a produtividade do trabalho foi responsável por 40% do crescimento do PIB do Brasil entre 1990 e 2012, em comparação com 91% na China e 67% na Índia. A expansão da força de trabalho, “resultado da demografia favorável”, a formalização e o baixo desemprego também são apresentados como fatores responsáveis para o crescimento da economia brasileira.

Diz o repórter que esse crescimento, porém, não aparenta ser sustentável. Remetendo à análise do professor Bonelli (FGV), a revista prevê que a influência da produtividade no crescimento do PIB será de 1% ao ano na próxima década. Dadas as premissas, é emitida a proposição vital deste silogismo: “Para que a economia cresça mais do que a atual taxa de 2% ou menos ao ano, os brasileiros terão que se tornar mais produtivos”.

De acordo com a revista, a inevitabilidade desta “solução” está vinculada ao fato de que o crescimento do PIB brasileiro ocorre, historicamente, por meio de duas vias: o aumento da produtividade do trabalhador, que está estagnada ou em declínio, e a segunda, por meio de uma conjuntura favorável (a formalização e o baixo desemprego), que tenderia a não se repetir nos próximos anos. Portanto, conclui-se que do trabalho será preciso extrair mais riquezas, pois há “espaço” para esse crescimento.



Figura 5 – Gráfico “Hora de acordar”.
Fonte: The Economist (2014).

Em suma, a apresentação de tais dados é uma tentativa de provar, com evidências científicas, que os brasileiros seriam, para utilizar o eufemismo britânico, improdutivos. Como a produtividade do trabalho em outros países de economia emergente é mais elevada que a do Brasil, sugere-se, então, que os brasileiros produzam mais (trabalhem mais e melhor) para que o país se mantenha em crescimento.

3.1.4 As diferentes origens da doença

Pelo menos seis aspectos estruturais e socioculturais são apontados como causas da doença da improdutividade: o baixo investimento brasileiro em infraestrutura; a baixa capacidade de inovação; os resultados pífios dos investimentos em Educação; as diferentes facetas da incompetência; uma conjuntura fiscal desfavorável ao crescimento econômico mesclada a uma noção protecionista da economia,

além de uma tradição sociocultural que privilegia o amadorismo, em detrimento do profissionalismo nos negócios.

The Economist argumenta que o Brasil investe apenas 2,2% do PIB em infraestrutura, taxa abaixo da média mundial, que é de 5,1%. São citados dados de registros de patentes para argumentar que o país não investe em inovação. O mesmo ocorre com a Educação, cuja qualidade é ainda sofrível, e cujos alunos são os que têm as piores notas em testes padronizados: “O senhor Watkins reclama que os seus churrasqueiros de 18 anos de idade têm as mesmas habilidades que adolescentes americanos de 14 anos”. Assim, por meio de um reducionismo analítico generalizante, explica-se o caráter estrutural da doença. É o autor mais uma vez indicando que a improdutividade enraíza-se na cultura brasileira, contaminando o restante do organismo social, que apresenta sintomas indesejáveis em diferentes áreas (Educação e Inovação são os principais exemplos), e prejudicando, de forma direta, a produção, ou seja, impondo limites para a livre circulação e reprodução do capital. Para reforçar essa ideia, recorre-se mais uma vez à comparação sociocultural entre brasileiros e estrangeiros, sendo os jovens americanos “muito mais inteligentes” que os brasileiros.

Essas afirmações e preconceitos remontam a uma noção determinista tanto da economia quanto da tecnologia, um raciocínio linear e simplista de que com mais inovação há mais tecnologia e com mais tecnologia há, necessariamente, mais desenvolvimento. Assim, conseqüentemente, haveria mais produtividade, maior progresso e, de forma direta, melhor qualidade de vida. Dessa forma, baixos investimentos em infraestrutura impossibilitam maiores voos no que diz respeito à inovação e à tecnologia, o que propicia uma educação de baixa qualidade ou vice-versa.

Com uma educação pífia, com pessoas mal formadas, a incompetência surge quase como uma consequência natural, como se percebe no seguinte enunciado:

Less obviously, many Brazilian companies are unproductive because they are badly managed. John van Reenen of the London School of Economics found that although its best firms are just as well run as top-notch American and European ones, Brazil (like China and India) has a long, fat tail of highly inefficient ones. (THE ECONOMIST, 2014 a).

Neste excerto, em que se destaca o papel da gerência no negócio capitalista, fica evidente o papel reservado ao trabalhador: o de fornecedor acéfalo de força de trabalho. Se este trabalhador produz a contento, é porque, então, é bem gerenci-

ado por sua chefia, e não porque é dotado de qualificação, inteligência, compromisso ou porque, em conjunto com os seus companheiros de labuta, consegue superar os diferentes desafios inerentes aos processos produtivos. A eficiência advém da administração, da gestão. Se a empresa é eficiente, então sua gestão é boa e o contrário também procede⁴³. Essa é uma visão extremamente autoritária sobre o trabalhador, que pressupõem a sua vassalagem, sua submissão alienada à liderança patronal. Tal posicionamento remete às fases intermediárias do industrialismo europeu, mais especificamente à noção de gerência científica, movimento iniciado por Frederick Winslow Taylor na esteira do desenvolvimento teórico da organização do trabalho desenvolvido pelos economistas clássicos⁴⁴.

Desenvolvida nas últimas décadas do século XIX e início do XX, a gerência científica propunha a aplicação de métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Não configura, propriamente, uma disciplina, algo, de fato, com *status* científico, mas consiste em uma abordagem capitalista à organização da produção (BRAVERMAN, 1987). Desconsidera os aspectos humanos (sociais e psicológicos) na relação homem-trabalho, refletindo as condições sociais antagônicas. O que interessa são os melhores resultados para o capital, e não o bem estar dos trabalhadores. Basicamente, Taylor formalizou e sistematizou tendências anteriores, dando “uma filosofia e um título a uma série desconexa de iniciativas e experiências” (Ibid). Assim, o “[...] administrador assume o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda de classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas” (TAYLOR, apud BRAVERMAN, 1987). O processo de trabalho passa a ser independente dos trabalhadores, do ofício, da tradição, e passa a depender das políticas gerenciais: “Todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto” (TAYLOR, apud BRAVERMAN, 1987). O propósito era baratear o custo do trabalhador, reduzindo a sua qualificação e, conseqüentemente, aumentando a produção. O taylorismo preconizava que o trabalho a ser executado pelo trabalhador de-

⁴³ No caso do Brasil, para a *The Economist*, a improdutividade e a ineficiência advém do próprio trabalhador (culturalmente inclinado ao ócio) e do Estado.

⁴⁴ O principal deles é Adam Smith. Autor de “A origem da riqueza das nações”, postulava que os mercados tendem a encontrar um equilíbrio econômico em longo prazo, ajustando-se a mudanças no cenário econômico. Sua teoria é o cerne do pensamento liberal.

veria ter sido planejado previamente, em minúcias, pela gerência. Com o passar do tempo, foi ficando cada vez mais difícil para os trabalhadores industriais a compreensão da totalidade dos processos laborais no interior da fábrica, tendo em vista que eles eram excluídos do planejamento. Um editorial publicado no *International Molders Journal*⁴⁵ resumiu esse quadro:

A junção de todos esses conhecimentos esparsos dos ofícios, sua sistematização e concentração nas mãos do empregador e depois a distribuição dele apenas sob forma de instruções pormenorizadas, dando a cada trabalhador somente o conhecimento exigido para a execução de determinada e relativamente minúscula tarefa, este processo, é claro, separa destreza e conhecimento até em sua estreita relação. Quando se completa, o trabalhador já não é mais um profissional em sentido algum, mas uma ferramenta humana de gerência (HOXIE, 1915, p. 131-132).

Essa visão taylorista sobre o trabalhador brasileiro impera nos enunciados da *The Economist* e também em boa parte das enunciações dos demais textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Assujeitado, reduzido a um instrumento de produção, esse trabalhador não tem nome, não tem sentimentos, só precisa trabalhar, tal qual as máquinas das linhas de montagem, das quais se exige cada vez mais produtividade. Esse raciocínio pressupõe que as coisas, trabalhadores ou máquinas, que não são produtivas, são doentias, falhas sistêmicas que precisam ser corrigidas.

Para a *The Economist*, um potencializador dessa doença chamada improdutividade é a conjuntura fiscal, que desestimula as empresas com volumes de negócios inferiores a R\$ 3,6 milhões a crescer, devido ao “tratamento preferencial” dado pelo governo a essas pequenas e médias empresas, tirando-as da irregularidade, mas desestimulando o seu crescimento. Assim, há a necessidade de um menor número de trabalhadores e não há vantagens significativas para aumentar a produção. Mas não é só. Há ainda outro componente cultural que amarra essas empresas ao amadorismo e à ineficiência. Diz a revista que muitos empreendedores contratam amigos ou parentes de confiança em vez de desconhecidos melhor qualificados “para limitar o risco de ser roubado ou processado por funcionários, uma vez que notoriamente as leis trabalhistas são mais favoráveis ao trabalhador” (Ibid). Neste trecho fica explícito outro preconceito, que consiste na ideia de que brasileiros não são confiáveis, são desonestos ou traiçoeiros com os patrões.

⁴⁵ Tradução para o português disponível em Braverman (1987).

Assim, considerando apenas um tipo idealizado de trabalhador – um estereótipo bem próximo ao buscado pelo taylorismo –, nos parágrafos dedicados a abordar a origem da improdutividade, *The Economist* joga mais tintas à tese que desde o início permeia a reportagem: o Brasil e os brasileiros são mesmo culturalmente improdutivos e ineficientes. Esses atributos enformam o objeto do qual se fala, conferindo-lhe certa identidade. Essa é uma visão de longa duração, que dificilmente poderia ser explicada sem fazer algum tipo de referência à época em que, querendo chegar às Índias, os europeus tiveram contato com uma terra que gerou um povo de cultura muito diferente da sua, país que, colonizado, recebeu navios e mais navios de escravos sequestrados da África, povo negro que acrescentou novos elementos à cultura brasileira. Cinco séculos passaram e nesse tempo milhares de imigrantes chegaram repletos de diferentes ideologias. Todo esse caldo formou uma cultura diversa e complexa, influenciada por inúmeras tradições e costumes. E no século XXI, toda essa gente continua sendo rotulada de improdutiva por um discurso de longa duração que, em sucessivas cruzadas discursivo-colonizadoras, eleva a si próprio a uma posição privilegiada. Por mais que tenha a pretensão, não é capaz de determinar, por si só, quem são os brasileiros, mas, dialogicamente, consegue ir imprimindo a eles e ao país certa identidade, tencionando a criação da imagem de um povo gloriosamente preguiçoso, um signo que, mesmo não correspondendo totalmente com a realidade imediata, interfere cotidianamente sobre ela, gerando outras enunciações baseadas nessa mesma ideia e, paradoxalmente, criando um problema para o capital, haja vista que trabalhadores improdutivos não são bons para os negócios.

Antes de apresentar as soluções para o problema, porém, a reportagem aponta o protecionismo como outro fator responsável pela improdutividade (“Em vez de entrar em colapso, as empresas fracas arrastam-se em agradecimentos a diversas formas de proteção do Estado, as quais as protege da concorrência”). Criticam-se as tarifas “altamente punitivas para tecnologias importadas”. Um exemplo citado é o imposto cumulativo de 80% sobre os *smartphones* estrangeiros, dispositivos que poderiam melhorar a produtividade. E, novamente, na justificativa deste argumento, há a valorização do estrangeiro e a desqualificação do brasileiro: “Ao invés de comprar produtos mais baratos e melhores do exterior, as empresas têm de arcar com o ônus de ficar com os produtos locais de menor qualidade”. Este enunciado deixa escorrer a visão bairrista – e contraditória, do ponto de vista da ideologia liberal, pois

ao não permitir o desenvolvimento da produção em mercados locais, o capital global impede a concorrência, favorecendo o surgimento de grandes monopólios – de que somente a tecnologia originária de determinados locais é boa, além de evidenciar, de novo, o tom colonizador do discurso, orientado para a abertura de mercados, para a obtenção de lucro, transnacional, a partir de necessidades locais.

3.1.5 Tripla prescrição: privatização, desregulamentação e liberalização

A solução para as mazelas do Brasil, que encontram abrigo na improdutividade, é apresentada ao final da matéria e consiste na adoção da privatização, desregulamentação e liberalização, medidas que remetem a uma postura macroeconômica diferente da heterodoxia keynesiana experimentada pelo Brasil, notadamente na última década. Mais um especialista é chamado para contribuir para a enunciação monológica: Marcos Lisboa, da Universidade Insper, que tem opinião semelhante à da revista. Em ambas as defesas, as premissas do pensamento neoliberal são sempre positivas e qualquer coisa que seja contrária a ele é negativa. Assim, o crescimento da produtividade na década de 1960 foi fruto de reformas liberais engendradas por anos de política industrial quase autárquica (o desenvolvimentismo, de Getúlio Vargas a Juscelino Kubitschek). Da mesma forma, o pequeno crescimento da produtividade no início dos anos 2000 teria sido reflexo das medidas liberalizantes tomadas uma década antes para conter a hiperinflação.

Por outro lado, associa-se ao “esquerdista” Partido dos Trabalhadores, no poder desde 2003, e à autoritária Ditadura Militar de 1964-1985, a negatividade da defesa de um nacionalismo intervencionista, lógica contrária ao crescimento que propicia “subsídios arrogantes”. A aproximação retórica entre ditadura militar e PT, que representam, no campo político-ideológico, posições antagônicas, serve mais para atacar este último do que a primeira, como será evidenciado mais a frente. De qualquer forma, salienta-se que, para a *The Economist*, o intervencionismo é ruim e desacelera a produtividade.

Se a regulamentação e o protecionismo, atribuídos ao PT e à ditadura militar, são arrogantes, a postura desejada, então, é a contrária a esta, ou seja, a desregulamentação, a intervenção mínima do estado na economia. Por isso a liberalização é apresentada como a cura para o mal da improdutividade e, de forma direta, para os

males do país. Em outras palavras, subentende-se que em um país com a economia desregulamentada e livre, com maior competição, os trabalhadores produziram mais, seriam mais eficientes.

Defendendo a ideologia neoliberal, o autor passa longe da discussão sobre os possíveis efeitos colaterais das próprias defesas, pois, aparentemente, isso não é relevante. O importante é reforçar a ideia da prescrição tripla. Por isso são citados os exemplos “salutares” do Agronegócio e do Sistema Financeiro, setores “desregulamentados” da economia brasileira. No caso da Agricultura, a desregulamentação permitiu o “acesso a máquinas estrangeiras, fertilizantes e pesticidas”, gerando aumento de produtividade. Já os bancos, “ao serem deixados em paz”, tornam-se cada vez mais eficientes. Assim, depreende-se que o prêmio para o país emergente que liberaliza a economia é ser tão produtivo quanto os países do Norte. A mensagem direcionada ao Brasil é bastante clara: abram as portas da economia, deixem-na livre, não deixem que o governo interfira, sejam produtivos.

O último parágrafo encerra a argumentação reforçando o caráter negativo da regulamentação econômica e com um alerta que soa como uma ameaça caso o país não siga o receituário prescrito:

Regulation is always hard to unwind, Mr Lisboa concedes. But if Brazil is to grow beyond 2020, when the working-age population will begin to decline as a share of the total, it will have to tackle its productivity problem. Until it does so, it risks falling into an ever deeper slumber.

Aparentemente sem destaque, mas com uma importância crucial na lógica interna do texto, é apresentado um novo dado, o de que a população em idade produtiva estará em declínio a partir da década de 2020. O alerta, que a princípio parece ser um apêndice de um argumento subjacente, já havia sido tangenciado em enunciados anteriores, quando se dizia que “a situação demográfica brasileira era favorável”, mas ainda não tinha sido abordado de forma explícita, surgindo agora em um momento decisivo do texto, o seu fechamento, talvez mesmo com a intenção de dar mais força à afirmação. Outra função possível é a de marcar um momento exato no tempo, um ponto a partir do qual “o sono ainda mais profundo” começará, caso o país não cumpra o dever de casa liberalizante.

Do texto, depreende-se que qualquer possibilidade de regulação é algo negativo, como fica evidente no enunciado “não dá para relaxar com essa ameaça à

porta” e explícito na expressão “regulamentação arrogante”. Assim, o atual governo representa um risco às intenções liberalizantes, logo, ele é o inimigo a ser combatido. Outro risco à vista é o fato de a população em idade produtiva estar envelhecendo. Os jovens e adultos em idade produtiva precisarão produzir mais, trabalhar mais, caso o país queira continuar crescendo. Em tese, apresentam-se dois caminhos possíveis. Continuar crescendo ou não. Mas a primeira é a opção viável, haja vista que não haveria outra escolha, outra possibilidade “correta” a ser considerada. Então, nessa lógica, é preciso crescer e, para crescer, é preciso produzir, e os personagens principais dessa narrativa são os trabalhadores, que precisam produzir mais e mais. O incremento na atividade laborativa, o produzir mais, o acordar para o trabalho, é condição primordial para o crescimento, é o que deve mover o país ao crescimento.

Ocorre que ao defender que o Brasil deve manter-se nessa trajetória de crescimento, considera-se unicamente o crescimento econômico. Quando se fala dos trabalhadores, há uma reificação latente. Não é feita qualquer menção à sua humanidade. São como coisas, que precisam ser programadas para funcionar de um jeito apropriado, ou como o gado, que precisa ser conduzido por um pastor. Não são sujeitos da própria história e são convocados à atuação social com apenas uma finalidade: produzir, gerar riqueza, trocar a sua força de trabalho, única mercadoria que possuem, pela manutenção da própria vida, cujo objetivo único é manter o ciclo produtivo, trabalhar e trabalhar (vide abordagem sobre a gerência científica e o taylorismo, no item anterior).

Tamanha é a unidirecionalidade desse raciocínio que se prevê até uma punição ao Brasil caso seus trabalhadores não despertem para a produtividade: “Até que faça isso (enfrente o problema da produtividade) corre o risco de cair em um sono cada vez mais profundo”. Se o país não desregulamentar a economia, não deixar de ser protecionista, não deixar o mercado “em paz” para fazer o que bem entende e não fizer com que seus trabalhadores produzam mais, cairá em uma espécie de óbito. Tal tipo de raciocínio esconde uma vontade de verdade que soa como uma maldição direcionada a quem ousar desobedecer a um mandamento.

3.1.6 Intencionalidades manifestas

O discurso da *The Economist* é trespassado pelas premissas da ideologia neoliberal: valoriza-se a economia de mercado, o livre comércio, a desregulamentação da economia e a prevalência social da iniciativa privada. A riqueza é medida apenas pelo excedente monetário, o que pressupõe que, para que haja vencedores, existam também perdedores. Assim, uma sociedade superavitária necessita de outra ou outras que sustentem o seu crescimento, ou seja, faz parte das regras do jogo que para existir crescimento sempre haverá alguém em prejuízo.

Tal lógica também é verificável no contexto laboral, no qual as injustiças sociais são produzidas e reproduzidas cotidianamente. Desde que o mundo ocidental aprofundou a lógica liberalizante, cada vez mais o trabalho vem sendo reduzido a um mero processo pelo qual o capital transforma o fazer humano em mercadoria. Também reificados, os trabalhadores têm seu preço cambiante de acordo com a máxima da oferta e da procura.

Comenta Antunes (1999) que o receituário neoliberal, que se apresenta após a crise do keynesianismo/fordismo, é uma resposta do capital à crise gerada por ele mesmo. O sistema de metabolismo social do capital exige cada vez mais uma exacerbação do valor de troca sobre o valor de uso, cada vez mais as relações de segunda natureza se sobrepõem às de primeira. A produção supera a circulação e o consumo. A lógica consumista é incentivada, mas mesmo assim não dá conta de absorver a produção (que cresce devido à competição internacional e também aos avanços produtivos e tecnológicos). Com isso, a taxa de lucro começa a cair, fazendo com que o capital atue sobre o trabalho, reduzindo os custos do trabalhador. Precarização, terceirização, desregulamentação, privatização, todas essas medidas liberalizantes são, na verdade, ajustes do capital para que ele mantenha crescente a taxa de lucro. Não interessam as consequências dessa racionalidade, mas sim a sobrevivência do capital expansionista na forma que ele assumiu nas últimas décadas (Ibid).

O dinheiro é o senhor do pensamento do estado mínimo e também a lente pela qual o capital enxerga e enforma o trabalhador. Se, portanto, há queda no crescimento econômico, é preciso verificar a parcela de culpa de cada um dos trabalhadores, se eles têm dado o melhor de si, se entregam de maneira satisfatória a mer-

cadoria que vendem para sobreviver, ou seja, a sua força de trabalho. Nesse sentido, *The Economist* atribui aos trabalhadores a responsabilidade por deficiências imanentes ao conjunto do sistema, impondo um discurso que beneficia apenas as classes dominantes, principalmente a elite financeira internacional, mantenedora da ideologia neoliberal. O posicionamento da revista está fincado no âmago desse pensamento, como demonstra a análise. Endereçada, prioritariamente, ao empresariado e aos atores políticos brasileiros, protagonistas do poder decisório no país, a publicação reforça um estereótipo que está muito longe de conseguir abarcar ou definir a pluralidade e a diversidade do trabalhador brasileiro. Seus enunciados são doutrinadores, abrigam uma vontade de verdade colonizadora. Ao destacarem um suposto caráter culturalmente improdutivo do trabalhador brasileiro, não discutem a produtividade ou improdutividade laboral de forma propriamente dita, mas tangenciam o fato de o Brasil estar afastado – no momento daquela enunciação – do ideário neoliberal. É isso o que, na verdade, interessa.

A angústia que motiva a reportagem reside não apenas no fato de os trabalhadores brasileiros estarem “produzindo menos do que deveriam”, mas de estarem fazendo isso em uma conjuntura geopolítica que, naquele momento, enfraquecia o discurso da elite financeira transnacional. O protecionismo e qualquer tipo de regulação econômica é arrogante porque fere a liberdade, não das pessoas, mas do capital. Rotular o trabalhador brasileiro de improdutivo é dar uma aparência central a uma dimensão que é acessória no âmbito da ideologia neoliberal defendida pela *The Economist*. A metáfora do sono patológico é o subterfúgio argumentativo que anuncia um possível futuro sombrio decorrente não da diminuição ou estagnação da riqueza produzida por trabalhador em relação o PIB – como se houvesse uma preocupação genuína com a qualidade de vida dos brasileiros – mas da possibilidade de afastamento do país do ideário neoliberal, distanciamento que, por sua vez, também não é bom para os negócios.

3.1.7 Outros dados sobre o trabalho no Brasil

A ideia de produtividade à qual *The Economist* recorre para fundamentar sua crítica, bem como o estereótipo do brasileiro improdutivo, infere que o brasileiro trabalha pouco – além, é claro, de não gostar de trabalhar. Na prática, entretanto, não

é isso o que demonstram pesquisas sobre a realidade do trabalho no Brasil em comparação com outros países.

A começar pelo limite legal, a jornada do brasileiro é de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais⁴⁶ (BRASIL, 1988, art. 7), enquanto o padrão dominante mundialmente, segundo dados compilados em 2005 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴⁷, é de 40 horas semanais (LEE; DEIRDRE; MESSENGER, 2009, p. 20). A maioria dos países industrializados⁴⁸ adota o padrão de 40 horas. É o caso de Estados Unidos, Áustria, Canadá, Finlândia, Itália, Japão, Noruega e Suécia. Boa parte dos países da América Latina – Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, e Uruguai (indústria) – permanecem no padrão legal de 48 horas. Na América Latina, o estudo da OIT aponta apenas o Equador como país a ter adotado o padrão de 40 horas. Entretanto, é importante salientar que esses limites são descumpridos com frequência:

[...] é possível argumentar que a semana de trabalho de 48 horas e a de 40 horas não passam de “tigres de papel”, porque apesar de estarem estabelecidas na legislação, na prática, são escassamente cumpridas. Não se passa um dia em que não se ouçam reclamações sobre extensas jornadas de trabalho em países em desenvolvimento como a China, e, também, surpreendentemente em alguns países industrializados (LEE, 2004, apud LEE; DEIRDRE; MESSENGER, 2009, p. 2).

Na prática, no Brasil, mais da metade da população (52,8%) trabalha mais do que a referência legal de 44 horas semanais. Cerca de um terço (33,7%) tem jornada efetiva entre 44 e 48 horas e quase um quinto (19,1%) enfrentam jornada superior a 48 horas semanais – apenas 23,1% mantinham jornada inferior a 35 horas por semana (LEE; DEIRDRE; MESSENGER, 2009). Os subsetores de hotéis e restaurantes e de transportes, armazenamento e comunicação são os que exigem mai-

⁴⁶ A C.F. de 1988 reduziu a jornada de trabalho no Brasil para 44 horas, distanciando-se do limite de 48 horas, em vigor desde 1934 (LEE; DEIRDRE; MESSENGER, 2009, p. 12).

⁴⁷ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que “tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2015).

⁴⁸ O Reino Unido tem limite de jornada total de 48 horas (LEE; DEIRDRE; MESSENGER, 2009, p. 20), mas a jornada efetivamente trabalhada (média) é de 40,7 horas por semana (Ibid. p. 32) – em caso de necessidade, como, por exemplo, para enfrentar uma despesa inesperada ou concretizar um plano de vida, os empregados podem trabalhar mais do que isso (PASTORE, 2008). Já a França adotou a jornada de 35 horas semanais como padrão (LEE; DEIRDRE; MESSENGER, 2009, p. 40). A Finlândia possui jornada de 37,1 horas e a Holanda de 38,4 horas (Ibid. p. 25).

ores jornadas médias efetivas de seus trabalhadores, com 48,8 e 48,7 horas, respectivamente (SABOIA, 2002, p. 13, apud LEE; DEIRDRE; MESSENGER, 2009, p. 91).

Na média geral, de acordo com dados de 2008, o brasileiro trabalha 40,9 horas semanais (IBGE: PNAD 2008). Embora o índice seja menor que a jornada máxima prevista na legislação trabalhista, esse mesmo levantamento, em consonância com os dados publicados pela OIT três anos antes, demonstra que um em cada três brasileiros trabalha mais que 44 horas semanais e que um em cada cinco vai além das 48 horas por semana (Ibid). Apenas a título de comparação, a incidência de longas jornadas (acima de 48 horas semanais) na Rússia, Noruega e Holanda é de apenas 3,2%, 5,3% e 7%, respectivamente (LEE; DEIRDRE; MESSENGER, 2009).

Desde o advento da indústria, que também interferiu na configuração do trabalho em outros setores da economia, a redução das longas jornadas é um pleito recorrente da classe trabalhadora. Basta lembrar o relato marxiano a respeito da introdução da maquinaria no processo produtivo e do aprisionamento do trabalho nas fábricas, processo que, em seu início, abarcava famílias inteiras de proletários (MARX, 1975). Os longos dias de trabalho (início do período industrial) provocam reações sociais, que culminam em legislações que regulavam e até mesmo encurtavam as jornadas máximas, o que, na sequência, implicava na intensificação do trabalho – em uma jornada menor era preciso produzir mais. Em outras palavras, verificou-se que as sucessivas reduções de jornada tinham como efeito o aumento (e não a diminuição, como era de se esperar) da produção.

Em manufaturas, por exemplo, na cerâmica, onde o papel desempenhado pela maquinaria é nenhum ou insignificante, a introdução da lei fabril demonstrou de modo flagrante que a mera redução da jornada de trabalho eleva maravilhosamente a regularidade, uniformidade, ordem, continuidade e energia de trabalho (Ibid. p. 42).

Nesse sentido, o estabelecimento de jornadas máximas de trabalho, a partir do século XIX⁴⁹, coincide com o antigo pleito da classe trabalhadora, pois adquire papel estratégico à medida que atende a outros aspectos da vida em sociedade.

A jornada de oito horas e, conseqüentemente, a semana de 48 horas, era demanda-chave da classe trabalhadora em todo o mundo antes do advento

⁴⁹ A primeira redução de jornada ocorreu na Inglaterra, em 1832, quando o tempo trabalho no dia foi reduzido para 12 horas (MARX, 1975, p. 42).

da OIT (...). Para os trabalhadores, a extensão e a aplicação generalizada da jornada de oito horas significavam uma reforma de valor incomparável: uma oportunidade de participar da distribuição da nova riqueza gerada pela indústria moderna e de receber tal participação na forma de horas de lazer. De modo geral, reconhecia-se a necessidade de salvaguardar a saúde e o bem-estar dos trabalhadores; havia evidências de que jornadas excessivas podiam ser danosas à eficiência econômica e à boa condição física e moral dos trabalhadores, além de serem incompatíveis com a democracia política. Finalmente, havia, em diversas áreas, um sentimento de que normas internacionais relativas a horas de trabalho podiam ser um meio eficaz para limitar a possibilidade de concorrência desleal. Refletindo essa tendência da opinião mundial, a adoção da jornada de oito horas de trabalho e da semana de 48 horas constituiu objetivo primário da OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1958, p. 3, apud. LEE; DEIRDRE; MESSENGER, 2009, p. 1).

Esse modelo inicial da semana de 48 horas de trabalho é importante porque consiste no padrão legal mais próximo do ponto além do qual o trabalho regular se torna insalubre, ponto este identificado na literatura médica como 50 horas (SPURGEON, 2003, apud. LEE; DEIRDRE; MESSENGER, 2009, p. 46). A probabilidade de tais riscos varia dependendo de como as cargas horárias são organizadas, da natureza do trabalho e das características dos trabalhadores individuais, mas existem evidências de que jornadas mais longas do que 48-50 horas por semana podem expor os trabalhadores a riscos potenciais à saúde (Ibid.).

A questão de se trabalhar muito ou pouco não diz respeito apenas à quantidade de horas em que a pessoa permanece no trabalho durante o dia ou semana. É preciso levar em conta o tipo e a intensidade da atividade laboral. No Brasil, entretanto, em detrimento da saúde do trabalhador, esses aspectos não são considerados centrais nas negociações.

O tempo de trabalho é um dos principais temas de negociação coletiva no Brasil, se não no mundo. Engana-se quem considera que a negociação restringe-se à sua duração, pois ao se analisarem os acordos e convenções coletivas de trabalho assinados no país, nota-se que muitos outros aspectos são por eles tratados, como licenças, intervalos, controle de ponto, adicionais e critérios de prorrogação de jornada. No entanto, nota-se, também, que outras questões que poderiam fazer parte de um contrato coletivo estão praticamente ausentes do processo de negociação, como a que se refere à intensidade do tempo de trabalho (DIEESE, 2012, p. 266).

Ausentes das negociações de forma explícita, a questão do aumento da intensidade do trabalho está nas entrelinhas dos acordos, como, por exemplo, nos relacionados aos lucros e resultados (PLR). Sabe-se que as metas de produção, produtividade ou absenteísmo podem frequentemente levar ao aumento do ritmo de

trabalho e, conseqüentemente, das doenças e acidentes de trabalho (DIEESE, 2012, p. 278).

Também a questão da polivalência tem sido apontada no Brasil e em outros países (DURAND, 2004; LINHART e MOUTET, 2005) como de grande impacto no processo de intensificação do tempo de trabalho. Isto porque o rodízio de função leva o trabalhador a estar sempre no setor ou na função em que a demanda está mais forte, mantendo-se assim o trabalho em ritmo acelerado, o tempo todo, com redução dos intervalos de descanso e recuperação, denominados pelo empregador como “tempos mortos” (DIEESE, 2012, p. 279).

Essa intensificação, neste início de século, não está, apenas, confinada nos limites físicos do ambiente de trabalho, na fábrica, escola, escritório, empresa, reparição, etc. Conforme pontua Pochmann (2009), especialmente no que diz respeito ao Brasil contemporâneo, muitos trabalhadores residem cada vez mais longe do seu local de trabalho, gastam verdadeiras jornadas para chegar a ele, e, ainda, devido ao avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e da telefonia móvel, mesmo ausentes do ambiente laboral continuam ativos. As diferentes formas de trabalho imaterial não são reconhecidas e, muito menos, remuneradas.

Enquanto a elite dominante aguarda o ressurgimento de outros mártires de Chicago, a intensificação brutal do trabalho prossegue. Todos, hoje, trabalham muito mais que há duas décadas. Isso porque, ao se fazer mais em menos tempo (maior produtividade) e cada vez mais longe do local de trabalho (via internet e celular), se permanece plugado no trabalho quase 24 horas por dia: acorda-se com o trabalho, sonha-se com o trabalho. A produtividade do trabalho imaterial não é considerada ainda nas negociações salariais travadas pelos sindicatos, tampouco alimenta a utopia de se trabalhar muito menos que as possibilidades anteriormente abertas pela sociedade industrial. Especialmente no Brasil, entre outros países prisioneiros do atraso, nem mesmo a jornada de 40 horas semanais se entende como algo possível de acordo com o parâmetro de modernidade (POCHMANN, 2009, p 11).

Os arranjos sociais, entretanto, não precisariam ser da forma como estão configurados hoje. A humanidade tem condições de reduzir o peso da chamada “atividade laboral heterônoma”, forma de trabalho que expressa, apenas, “a condição de sobrevivência humana” (POCHMANN, 2009, p. 9), e pautar-se por uma noção de “trabalho autônomo”, que é aquele “voltado à organização emancipatória, socialmen-

te útil e criativa da sociedade" (Ibid. p. 9). Nesse sentido, tecnicamente, seria possível reduzir o tempo de trabalho para 5% do tempo total de vida de um trabalhador⁵⁰:

Para isso, o ingresso na vida laboral deveria ser postergado para além dos 25 anos de idade e a jornada semanal chegar às 12 horas. O que já é tecnicamente possível encontra pela frente uma enorme barreira atrelada à ignorância, à mesquinhez e à mediocridade histórica, que continuam impedindo a proliferação de diversas modalidades emancipatórias da condição de trabalho humano. Nos mesmos termos em que não mais de 1,5 milhão de clãs familiares centralizam quase 2/3 da riqueza de todo o mundo, concentrada pela unificação do poder econômico de um grupo de pouco mais de mil corporações transnacionais, as classes trabalhadoras continuam a ser condenadas à exclusiva luta pela sobrevivência (POCHMANN, 2009, p 11).

Com base nesses dados e reflexões, é possível refutar a ideia que funciona como pano de fundo da abordagem da *The Economist* sobre a produtividade do brasileiro, o preconceito de que ele trabalha pouco. A maioria dos brasileiros trabalha mais e, talvez, mais intensamente, que a maioria dos trabalhadores de países desenvolvidos. Nesse sentido, fica nítido o equívoco presente na tentativa de responsabilização exclusiva da classe trabalhadora brasileira pelos maus resultados obtidos pelo país no quesito produtividade. Além do ato laborativo em si, há diversos fatores que interferem neste resultado, como será discutido em outros momentos nesta dissertação.

De qualquer forma, salienta-se que a utilização do índice de produtividade para tentar demonstrar a eficiência ou a quantidade de trabalho da população economicamente ativa de um país é inadequada. Por exemplo, considerando as imagens e relatos que cotidianamente nos chegam do oriente, quem, em sua consciência, poderia afirmar que o brasileiro trabalha mais, produz mais, é mais produtivo que o trabalhador chinês? No entanto, os mesmos critérios utilizados para medir a produtividade do brasileiro, considerada baixa em relação à dos trabalhadores de países ricos, indicam, em 2015, que ele é mais produtivo que o chinês, sim, e também mais produtivo que o trabalhador indiano (ROLLI; FAGUNDES, 2015). Utilizando esse índice da mesma forma, também seria possível dizer que trabalhador do Qatar é o mais eficiente do mundo⁵¹, pois, desconsiderando a exploração das enor-

⁵⁰ Hoje este tempo diz respeito a cerca de 1/5 do tempo total de vida (POCHMANN, 2009, p 10).

⁵¹ De acordo com a *Conference Board*, a população ocupada do Qatar produziu, em média, de 2009 a 2013, US\$ 152.660 por ano. Os EUA estão em segundo lugar, com média anual de US\$ 112.312 por trabalhador. O Brasil tem índice de US\$ 19.599 e a China de 17.025. O estudo utiliza dólares em

mes jazidas de petróleo daquele país e o número relativamente reduzido de trabalhadores necessários para a produção dessa mercadoria tão valiosa – além, é claro, do baixo índice populacional –, a divisão do seu PIB pela população economicamente ativa é a mais elevada do planeta.

Em síntese, a geração de riquezas e o aumento da produção não estão relacionados, apenas, à quantidade ou à intensidade de trabalho.

Aliás, ao se pensar a riqueza, é possível afirmar que ela não possui tantas ligações diretas com o trabalho como se imagina. Para Castel (2013, p. 227), as duas categorias são completamente desconexas, pelo menos até o advento da modernidade, quando o quadro se apresenta de maneira diferente, mas resguarda certas homologias com períodos históricos precedentes.

A descoberta da necessidade do trabalho certamente não data do século XVIII. Tem suas raízes na maldição bíblica, e a condenação da ociosidade é uma constante de toda a pregação religiosa e moral, pelo menos para os que dependem desse tipo de trabalho que, literalmente, "faz suar" - "ganharás teu pão com o suor do teu rosto" - o trabalho manual. E a isenção de que gozam as ordens dominantes, longe de refutar a obrigação do trabalho, reforça sua necessidade. A isenção do trabalho manual é o privilégio por excelência, ao passo que, ao contrário, a obrigação do trabalho é a única maneira pela qual podem pagar sua dívida social todos os que não possuem nada além da força de seus braços. Mas o fato de ser a lei ineludível para o povo não significa que o trabalho seja a origem da riqueza. É antes, até o período moderno, a contrapartida do fato de encontrar-se fora da riqueza". (CASTEL, 2013, p. 226).

Nesse raciocínio, a riqueza é, então, o resultado de relações desiguais, sejam elas roubos, negociações injustas, expropriações (de nações dominadas por nações dominadoras), etc.

O trabalho não mantém uma relação visível com a riqueza e, menos ainda, a riqueza com o trabalho: via de regra, os mais ricos trabalham menos ou absolutamente não trabalham. O trabalho, ao contrário, é com frequência o quinhão dos pobres e dos que ganham pouco, reduzidos à necessidade de trabalhar a matéria ou cultivar a terra para sobreviver. É, ao mesmo tempo, uma necessidade econômica e uma obrigação moral para os que nada têm, o antídoto contra a ociosidade, o corretivo para os vícios do povo (Ibid., p. 227).

Uma vez que o trabalho "[...] representa o meio necessário de suprir as necessidades de todos os que não são socialmente dotados" (CASTEL, 2013, p. 228), naturalizar a necessidade de se trabalhar cada vez mais, gastar mais tempo de vida para enriquecer a outros, é um comportamento que se espera do brasileiro e que interessa aos segmentos sociais mais elevados, especialmente os "25% da população" que, neste início de século, "concentram 75% da produção mundial" (POCHMANN, 2009, p. 17).

3.2 FOLHA DE S. PAULO

A *Folha de S. Paulo* é um dos maiores jornais de circulação paga do Brasil. Assumiu a liderança comercial entre os diários nacionais de interesse geral na década de 1980, especialmente a partir de 1984, quando passou a defender eleições diretas para presidente (FOLHA DE S. PAULO, 2015). De 2002 a 2013 foi o jornal de maior tiragem diária média em praticamente todos os anos, exceto em 2010 e 2011 – intervalos em que foi superada pela publicação mineira Super Notícia, da Sempre Editoria S/A – quando ficou com o segundo lugar no ranking dos jornais com maior tiragem (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2015).

O impresso é organizado em cadernos temáticos e suplementos. Seu conteúdo é acessível pela internet por meio de um *site* multimídia e também pela versão digital do jornal, criada para fruição, mediante assinatura, em dispositivos como *tablets* e *smartphones*. Esta versão digital, em 2013, de acordo com dados colhidos entre janeiro e dezembro, alcançou a média diária de 54.931 assinaturas, o que a colocou na 22ª posição entre os jornais brasileiros mais consumidos (contando tanto impressos como digitais), o que corresponde a um crescimento de 40% em relação ao ano anterior. Os dados indicam uma tendência de aumento de assinaturas de conteúdo *on-line* e de estabilização, na faixa dos 290 a 300 mil exemplares, do impresso (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2015). Além disso, a *Folha de S. Paulo* possui o site mais acessado entre os jornais brasileiros. No mês de maio de 2012, mesmo após passar a cobrar pelo acesso frequente ao conteúdo, o portal contabilizou cerca de 252 milhões de visitas a suas páginas, de acordo com medição realizada pela Omniture, empresa especializada no acompanhamento de *sites* (FOLHA DE S. PAULO, 2012).

A publicação pertence ao Grupo Folha, um conglomerado de mídia detentor da maior empresa brasileira de conteúdo e serviços de internet (UOL) e da maior gráfica comercial do Brasil (Plural). O conjunto de empresas (QUADRO 1) gera cerca de nove mil empregos diretos e sete mil indiretos e, em 2010, às vésperas de completar 90 anos de fundação, bateu recorde de faturamento, totalizando receitas totais de R\$ 2,7 bilhões e lucros de R\$ 600 milhões (GRUPO FOLHA, 2015).

Empresa/Negócio	Ramo
Folha de S. Paulo	Jornalismo diário (impresso, internet e dispositivos móveis)
Jornal "Agora"	Jornalismo diário (popular).
Jornal "Valor Econômico"	Jornalismo econômico (parceria com Organizações Globo)
Alô Negócios	Jornal de Classificados (em Curitiba-PR)
Datafolha	Instituto de pesquisas
Publifolha	Editora de livros
Livraria da Folha	Livraria virtual
Folhapress	Agência de notícias
CTG-F	Parque gráfico
Transfolha	Transportadora e distribuidora de produtos
FolhaGráfica	Impressões
SPDL	Distribuição e logística (em parceria com o "O Estado de S. Paulo)
UOL	Portal de conteúdos
Plural	Gráfica
Núcleo	Publica revistas e guias que circulam encartados na Folha de S. Paulo e também as revistas Serafina, São Paulo e o Guia Folha, além de publicações anuais, como a revista Top of Mind.

Quadro 1 – Negócios do Grupo Folha
Fonte: GRUPO FOLHA (2015)

A origem do jornal remonta ao ano de 1921, quando foi fundada a "Folha da Noite", um periódico voltado à classe média urbana que emergia de uma sociedade ainda baseada na monocultura do café (GRUPO FOLHA, 2015). Foi criada por cinco jornalistas funcionários de "O Estado de São Paulo". Eles utilizaram a estrutura do jornal para produzir, como proprietários, outra publicação, constituindo uma relação que mais se assemelhava a um tipo de compadrio do que a uma competição capitalista (TASCHNER, 1992). Em seu primeiro número, o jornal foi apresentado por Júlio de Mesquita Filho por meio de um editorial em que a publicação assumia explicitamente postura oportunista, adiantando aos leitores que poderia mudar de opinião se os fatos assim exigissem. A justificativa era a de que "a coerência em relação a atitudes tomadas no passado não deveria servir de pretexto à estagnação da razão" (DUARTE, apud TASCHNER, 1992). De qualquer forma, esse posicionamento per-

mitiria uma flexibilização de linha editorial inexistente nos periódicos brasileiros até então, o que representa um fator crucial para a constituição de uma imprensa com os parâmetros descritos por Adorno (2002) para uma indústria cultural, no sentido de que uma mensagem que se assemelha a uma mercadoria serve ao mercado e não necessariamente às opiniões do dono do jornal. Aos poucos, a publicação foi se diferenciando da concorrência, seja pela aparência e linguagem mais leve, que contrastava com o tom austero dos demais jornais, e também por fomentar a segmentação de público, por meio de conteúdos destinados às mulheres, páginas esportivas, reportagens policiais, etc. Esse conjunto de fatores fez com que a Folha da Noite atingisse sucesso comercial (TASCHNER, 1992). Com um tom mais sóbrio, em 1925 surge a Folha da Manhã, enquanto a da Noite continuava investindo em conteúdos populares.

A orientação política e editorial das Folhas não foi constante ao longo dos anos 1920. Inicialmente, foram antioligárquicas, mas, aos poucos, acabaram na defesa do governo, em uma posição contrária à Aliança Liberal.

[...] Oscilaram entre assumir a causa da classe operária e tratá-la como mercado de consumidores. Falaram em nome dos funcionários públicos, mas não foram seus porta-vozes. Cortejaram as classes médias sem que se identificassem com ela. Foi assim que a concepção de imprensa como 'a maior de todas as advocacias' se imbricou com a lógica da mercadoria. O jornal ora espelhava as opiniões dos donos, ora se curvava ante a preocupação de "atender ao mercado". De resto, essas ambiguidades eram perversamente coerentes com o editorial de apresentação da Folha da Noite, no qual, como já vimos, o oportunismo era erigido em virtude. As Folhas não nasceram como jornais de uma causa. E isso era um dos traços que mais as aproximava da imprensa moderna. (Ibid. p. 47).

A primeira fase da história do Grupo Folha se encerra em 1930, quando os jornais são empastelados, têm a circulação suspensa e, logo em seguida, são vendidos a novos proprietários. Nesse sentido, segundo TASCHNER (1992, p. 49), eles representam uma imprensa de transição, em vários sentidos:

Seu produto é uma mercadoria, mas envergonhada de sua condição. Elas fazem parte de uma empresa, mas uma empresa nascida de modo aventureiro, precário, com patrões sem capital e assalariados sem salário. Elas não nasceram para defender uma causa específica, mas a ideia da missão da imprensa não está ausente do conceito que seus donos têm a respeito de seu produto. Os padrões de relações entre os concorrentes também não estão ainda plenamente estabelecidos como tais. O jornal tem anúncios. Mas eles pesam nas receitas muito menos do que a venda aos leitores. Ao mesmo tempo, o próprio setor de publicidade ainda está em vias de ser organizado, e, junto com ele, as suas relações com os meios de comunica-

ção. Por outro lado, as Folhas trazem características importantes, quando se pensa em conjunto o processo que desembocou em uma imprensa de indústria cultural: a preocupação de atingir um público de composição social heterogênea [...].

Os despojos das Folhas foram adquiridos por Octaviano Alves de Lima e, em 1931, o nome da empresa é alterado para Folha da Manhã S.A. A partir daí, os jornais passam a, primordialmente, fazer a defesa dos interesses do seu dono, fazendeiro ligado ao comércio do café. Abandonando a centralidade da cobertura de temas urbanos e populares, a linha editorial assume perspectiva agrarista. Passam a defender a divisão internacional do trabalho e um projeto de desenvolvimento capitalista para o campo. São anti-industrialistas e se mostram contrários a qualquer tipo de protecionismo estatal, criticando veementemente a maior centralização de poder e ampliação de seu aparato, algo que caracterizou o período histórico inaugurado em 1930. A defesa feita é a de um Estado de cunho liberal.

No que tange às relações de classes, eram anticomunistas; antipopulistas e antipopulares: primazia do liberalismo oligárquico, com sua face excludente e autoritária. Assim, estiveram à direita da orientação assumida pelo Estado pós-1930, que aceitou a presença dessas classes na cena política, embora tentasse mantê-las sob controle [...]. Mas a maior preocupação das Folhas nesse período era o café. O resto era considerado secundário. Enquanto a censura não se abateu sobre a imprensa, as Folhas defenderam essa mensagem no plano político. (TASCHNER, 1992, p. 52)

A prova definitiva de que, nesse segundo período, as Folhas eram jornais de causa são explicitadas logo que elas voltaram a circular, em editorial publicado em 15 de janeiro de 1931 no matutino e uma semana mais tarde no vespertino: "A Folha da Manhã, assim como a Folha da Noite que reaparecerá na próxima semana, não terá compromissos outros senão os que assume perante os leitores, de propugnar pela causa da lavoura, que deve ser considerada a causa de S. Paulo e do Brasil". (FOLHA DA MANHÃ, apud TASCHNER, 1992).

Alves de Lima vende as Folhas em 1945, sem alcançar os resultados esperados por meio dos jornais, e desiste do jornalismo. A nova diretoria, composta por José Nabantino Ramos, Clovis Queiroga e Alcides Ribeiro Meirelles, toma posse em 10 de março do mesmo ano e uma visão mais voltada ao jornalismo como negócio em si volta a nortear a empresa, que, nesta terceira etapa, anuncia ser defensora da agricultura e da pecuária, demonstrando, também, preocupação com a imparcialida-

de e independência (de partidos políticos e grupos econômicos) e passando a defender algo mais amplo e vago, o regime democrático (TASCHNER, 1992, p. 62):

O regime democrático é a maneira pela qual se designa o capitalismo, no plano da aparência, aí sim fazendo o interesse particular de classe (mas não de uma fração de classe, apenas) passar por interesse geral, na medida em que se confunde o modo de produção com um de seus regimes políticos possíveis). Além disso, após a queda dos regimes totalitários em 1945, e com o advento do Estado Novo, ser democrata não diferenciava ninguém.

Essa fase foi de transformações em diversos aspectos. As Folhas assumiram caráter empresarial sólido. Foi na gestão de Nabantino, por exemplo, que o jornal investiu em melhorias significativas em seu parque gráfico, bem como iniciou uma diversificação dos negócios. Do ponto de vista da orientação político-ideológica, também há mudanças de postura que pavimentam, pragmaticamente, o caminho rumo à emergência de um grande conglomerado midiático, com o surgimento de traços democráticos, intervencionistas e pós-liberais (MOTA e CAPELATO, apud TASCHNER, 1992). Também surge uma preocupação com aspectos sociais, tendo em vista que os discursos que embasam os editoriais do jornal nesta época procuram, ainda que de modo vago e até contraditório, defender princípios que minimizem os efeitos mais perversos da desigualdade social. As Folhas passam a falar em “combate a todas as formas de exploração do povo”; “melhoria da condição de vida dos funcionários públicos e trabalhadores em geral para haver verdadeira paz social”; “necessidade de o Estado proteger os menos capazes, em nome da dignidade humana” (TASCHNER, 1992). A principal característica desta etapa, no entanto, é que, neste momento, as Folhas deixam de ser porta-voz de um setor de classe específico, passando a representar os interesses da classe dominante em seu conjunto e do modo de produção capitalista em uma versão não selvagem (TASCHNER, 1992, p 71):

Nesse sentido, apesar de serem uma miscelânea em termos ideológicos, esses princípios mencionados se articulam em um todo que guarda certa coerência. A defesa do “interesse público” e a preocupação com a independência em relação a partidos não privilegia nenhum setor de classe em especial. Mas não é indiferente em relação à existência de uma estrutura de classes e não tem a menor intenção de removê-la.

O interesse público é pensado nos quadros de um sistema baseado na “livre iniciativa privada”, no qual o Estado deve “estimular as classes produtoras”, e sanar “suas deficiências, por meio do planejamento”. Dos trabalhadores se exige “disciplina, produção e eficiência. Aqui está sancionada a estrutura de classes e o modo de produção capitalista”.

Em 1960, por questões econômicas, Nabantino unifica os três jornais. Dois anos mais tarde, juntamente com a Gráfica Impress, eles são vendidos para Otávio Frias de Oliveira, empresário ligado ao capital financeiro, e Carlos Caldeira Filho, do ramo da Construção Civil. A estrutura e a lógica empresarial já estavam montadas, porém faltava a sua consolidação para que o empreendimento midiático se convertesse em um representante típico da indústria cultural. Isso, de fato, ocorre nesta quarta fase da história do Grupo Folha, que se estende até hoje. Tal consolidação só é possível devido a uma soma de fatores, que vão desde a existência de capital para investimentos no negócio jornalístico até a conjuntura política.

Depois do golpe militar de 1964, as empresas de comunicação que se opunham ao governo padeceram economicamente, enquanto as que se mantiveram neutras ou apoiaram a ditadura encontraram facilidades para a ampliação dos seus negócios. Os veículos apoiadores gozaram de crescimento nas vendas e incremento do mercado publicitário então emergente, até mesmo porque o estado totalitário era um grande anunciante. Também viram ser facilitadas as aquisições de publicações ou negócios já consolidados no mercado, além de terem se beneficiado de financiamentos, nacionais e internacionais, destinados à modernização da infraestrutura ou diversificação de negócios, medidas oligopolizantes consideradas cruciais pelo mercado de comunicação social para os anos vindouros. Um exemplo desse processo foi o que aconteceu com o jornal Última Hora, criado por Samuel Wainer em 1951 em São Paulo para difundir, junto às classes populares principalmente, uma mensagem favorável à Getúlio Vargas. A publicação concorria comercialmente com outros diários e, pensada para se estruturar em forma de rede, com títulos em diferentes estados do Brasil, obteve, inicialmente, sucesso de vendas, o que provocou a ira de grupos políticos que se opunham ao populismo varguista, que passaram a promover boicotes a esse grupo de jornais. Exilado e descapitalizado, Wainer vendeu a Última Hora por um preço irrisório para a Folha da Manhã, que assumiu as dívidas trabalhistas e continuou a publicação do jornal, porém sem a mensagem getulista (Ibid.). Situações semelhantes ocorreram com outras empresas e grupos. A consolidação dos veículos e iniciativas comerciais do Grupo Folha – e de outros conglomerados de mídia no Brasil, como a Globo e a Editora Abril – coincide com o advento da Ditadura Militar (Ibid. p. 159):

A utilização da conjuntura política e econômica como elemento de cálculo fica visível, tanto se levarmos em conta a estratégia em relação aos produtos, quanto na definição das prioridades da empresa em cada momento. Assim, na crise de início dos anos 60, Frias e Caldeira formaram o conglomerado; no período da aceleração econômica, dos incentivos do governo e da escalada do autoritarismo investiram mais na renovação dos equipamentos; na "abertura" voltaram-se mais para as redações; na recessão do início dos anos 80 começaram a cuidar melhor do marketing e da publicidade, e assim por diante.

Ainda hoje os princípios e valores expressos da *Folha de S. Paulo* são semelhantes aos assumidos em sua terceira e quarta fases. Ela advoga pela "independência econômica e editorial; compromisso com o leitor; ética; defesa da liberdade de expressão; defesa da livre iniciativa; pioneirismo; respeito à diversidade" (GRUPO FOLHA, 2015). Esse conjunto de pressupostos embasam os conteúdos disseminados pelo conglomerado e também revelam um posicionamento axiológico e ideológico. Enquanto empresa, com ambição não apenas de lucrar, mas de lucrar mais, de ser ou continuar sendo a maior de seu segmento, o jornal continua a se encaixar ao contexto capitalista de forma objetiva, sendo um de seus agentes, não apenas incorporando, mas institucionalizando, em seus discursos e defesas, pressupostos liberais ou neoliberais. Fala-se em independência, defesa da liberdade, e compromisso com o leitor, quando, de fato, o compromisso mais forte e duradouro é com o capital.

Nesse sentido, o manto da imparcialidade e da independência ao qual recorre a empresa até hoje dá margem para posicionamentos pragmaticamente oportunistas, que se adequam aos ventos da conjuntura política, econômica e social. Assim, tal qual ocorreu em meados do século passado, a empresa precisou se adaptar à realidade digital do século XXI, mantendo-se líder de mercado e ainda auferindo lucros consideráveis, além de continuar desempenhando seu papel de porta voz do capitalismo monopolista, com a característica de, nas últimas décadas, ser um dos principais canais de informação das camadas sociais mais elevadas do país. Pelo menos é o que demonstra pesquisa realizada pelo Datafolha em 2011 com cerca de sete mil entrevistados. Quase metade do total dos leitores da *Folha de S. Paulo* (41%) faz parte da classe A – contra 3% da população brasileira em geral (FOLHA DE S. PAULO, 2011). O público também tem altos índices de escolaridade: 75% possuem ensino superior e 24% pós-graduação, enquanto no Brasil esses índices estão entre 13% e 2%, respectivamente. A pesquisa ainda indica que boa parte dos consumidores absorve os valores e princípios da publicação. Entre os leitores assí-

duos, 83% a consideram imparcial; 86% a veem como pluralista e 88% afirmam que ela é equilibrada. Além disso, "a maioria avalia que o veículo traz prestígio e é essencial para entrar no mercado" (Ibid.).

Ao expressar as suas diretrizes institucionais, o Grupo Folha (2015) explicita a visão empresarial de "consolidar-se como o mais influente grupo de mídia do país". Nos dizeres de sua missão, continua a se destacar o caráter empresarial e político do negócio jornalístico (GRUPO FOLHA, 2015):

Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania.

No que tange especificamente ao apartidarismo, a cobertura contemporânea do jornal desmente a sua missão institucional. Mesmo que não defenda de forma categórica um ou outro partido, sua postura editorial é antigovernista, contrária aos governos petistas e às suas principais lideranças. Desde 2011, o jornal tem entre os seus colunistas um dos principais nomes da oposição, o senador Aécio Neves (PSDB), candidato derrotado à presidência nas eleições de 2014. Os textos dele são publicados às segundas e, via de regra, criticam, de forma voraz, o governo e, em especial, a presidente.

De forma geral, entretanto, não há como afirmar peremptoriamente que o jornal publique informações com base em apenas uma linha ideológica. Pelo contrário. No seu quadro de colunistas há pessoas das mais diferentes formações profissionais e matizes políticas. Isso não significa, porém, que o jornal consiga ser polifônico, ou, para usar um termo presente na declaração de seus princípios editoriais, plural, haja vista que, prioritariamente, a publicação favoreça a disseminação de enunciados favoráveis ao mercado, não chegando a silenciar, mas dando menor relevância a discursos alternativos a esta lógica. O jornal se adequa às exigências conjunturais, demonstrando grande capacidade de adaptação a diferentes circunstâncias. Isso explica, por exemplo, porque a empresa, beneficiada durante a ditadura militar, passou a apoiar a redemocratização. Caso se mantivesse omissa neste período, seus produtos perderiam valor enquanto mercadoria frente ao enfraquecimento de sua imagem enquanto veículo de comunicação atrelado a um regime de exceção.

Nesse sentido, é preciso ler a *Folha de S. Paulo* – não apenas ela, mas os demais jornais comerciais – levando em conta o seu pertencimento à indústria cultural, ou seja, considerando-a como uma organização que tem por fim primordial a obtenção de lucros por meio da comercialização de conteúdos jornalísticos e da captação de receitas publicitárias. Por ser parte importante do capitalismo, incorpora, defende e dissemina os valores e interesses desse modo de produção, valorizando discursos e atitudes que vão ao encontro dessa lógica, especialmente os que mantêm ligações com a ideologia hegemônica entre a elite financeira global (neoliberal), ao passo em que desqualifica ou até mesmo condena as mensagens e ideias contrárias a ela.

3.2.1 “Brasil improdutivo”: trabalhador desconsiderado

Publicado em 22 de abril de 2014, três dias após o texto da revista britânica, o editorial “Brasil improdutivo”, da *Folha de S. Paulo* (FOLHA DE S. PAULO, 2014 a), faz de maneira direta aquilo que *The Economist* constrói a partir de enunciados que reforçam a imagem de um trabalhador sem apreço às atividades laborais. *The Economist* diz que o “brasileiro” é improdutivo e no decorrer da argumentação depreende-se que o que se quer dizer é, na realidade, que todo o país o é – e, portanto, precisa deixar de ser, por meio da inexorabilidade da aceitação de uma agenda neoliberal por parte do estado brasileiro.

No editorial da *Folha*, por sua vez, desde o título, é o Brasil como um todo, de forma direta, que é improdutivo. Apesar de conter referências e comentários ao texto primário, não se fala explicitamente em trabalhador. Aparecem apenas uma vez as expressões “trabalho” e “empregado” em uma frase do oitavo parágrafo: “O produto anual do trabalho de um empregado brasileiro está na casa de US\$ 20 mil [...]” (FOLHA DE S. PAULO, 2014).

Referências indiretas às provocações da *The Economist* dialogam com o sentimento de indignação que a reportagem provocou nos leitores brasileiros. Isso pode ser percebido logo na abertura do editorial: “Não faltará quem se agaste, por aqui, com o tom um tanto derrisório da reportagem desta semana na revista britânica ‘*The Economist*’ sobre a economia do Brasil” (Ibid.). Ao dizer que a reportagem versa sobre a “economia do Brasil” e não sobre a “gloriosa improdutividade do trabalhador

brasileiro”, mote utilizado pelo texto primário deste *corpus*, a Folha vai sem rodeios ao âmago da questão levantada pela publicação britânica.

Depreende-se, ainda, que o editorialista não se considera, ele mesmo, um trabalhador, como se à “classe-que-vive-do-trabalho”, utilizando a expressão usada por Antunes (1999), pertencessem apenas as pessoas inseridas no contexto do trabalho material. Forma de trabalho que não está circunscrita à produção direta de valores de troca⁵², o jornalismo, enquanto manifestação de trabalho imaterial – bem como os seus jornalistas-trabalhadores, profissionais que vivem da venda de uma força de trabalho “dotada de maior dimensão intelectual” (ANTUNES, 199, p. 125) –, está, em diversos sentidos, imbricado com a realidade do trabalho material, que, na contemporaneidade, tem assumido prioritariamente a função de gerador de valores de troca. Desse modo, não faz sentido considerar como premissa válida a clivagem entre essas duas dimensões marxianas de trabalho (material e imaterial), o que equivale a dizer que os trabalhadores de ambas as dimensões são, igualmente, trabalhadores. O que os diferencia são as formas de participação no processo de acumulação de valores de troca (acumulação de capital). Uns geram valores de troca de forma direta e os outros de maneira indireta, mas não há, em tese, diferença significativa entre eles a ponto de ser necessário considerar uns mais trabalhadores que outros – ou uma classe trabalhadora (trabalho material) e uma classe não trabalhadora (atividades imateriais, como o jornalismo). Ambos as dimensões são importantes para o processo de metabolismo social do capital, ambas estão inseridas em sua lógica, contribuindo para a sua reprodução.

No quarto parágrafo do editorial, mais uma vez comentando o mal estar causado pela análise estrangeira, especula-se que o incômodo reside no fato de que ela “não se limita a juízos de valor”, para logo em seguida apresentar uma série de dados técnicos sobre a economia nacional que não apenas aceitam, mas reforçam a crítica estrangeira. Mais à frente, no décimo parágrafo, outra menção monológica a esse embate discursivo, mais uma vez, oblitera o protagonista da discussão, o trabalhador brasileiro, destacando a dimensão macroeconômica brasileira, concluindo que a análise sobre a improdutividade brasileira não deveria acabar apenas em indignação, mas que esta precisa ser transformada em brio, algo muito mais produtivo.

⁵² Produção de mercadorias, no âmbito marxiano do termo, ou seja, no contexto do trabalho produtivo.

Tal conclusão funciona como um chamado à produtividade, uma aceitação, sem embate, da crítica, seguida de um direcionamento para um recomeço, porém pelos caminhos da produtividade. Ao concordar que o outro está certo, dando a ele ainda novos elementos para o reforço de um discurso que por si só já era extremamente monológico, o editorial reforça a ideia de que o estrangeiro é bom e o nacional (brasileiro) ruim. Também atua no intuito de interditar o debate, forçando um consenso, haja vista que se “todos” os interlocutores concordam o diálogo pode tomar outro rumo, assumir outro tema. Tentar finalizar um tema é tentar provar a exatidão, a veracidade ou a superioridade do argumento que se defende. É reduzir o espaço de vozes dissonantes, que, se existentes, aqui estão silenciadas.

3.2.2 Unidimensionalidade da macroeconomia neoliberal

A escassez de referências ao trabalhador brasileiro, tema aparentemente central no texto de abertura do *corpus* deste estudo, contrasta com o tom predominantemente economicista que permeia o editorial da Folha. Como dito anteriormente, há uma obliteração completa de qualquer outra dimensão da realidade objetiva e mesmo de qualquer embasamento ou discussão sobre outras perspectivas macroeconômicas que não seja a neoliberal. Compara-se o investimento brasileiro em infraestrutura com os demais países em desenvolvimento, bem como a velocidade para a emissão de patentes no Brasil com o ritmo de emissões dos Estados Unidos, Japão e China. Porém, não são considerados outros aspectos além do desenvolvimento econômico visto pelas óticas desse ideário. O editorial reforça a ideia de que é necessário aumentar a produtividade do trabalhador, entendida como a “chave” de todo o atraso brasileiro, mas não apresenta qualquer questionamento sobre as condições de trabalho dessas pessoas, sobre a qualidade dos empregos, a função social da atividade laborativa, o respeito aos direitos trabalhistas, entre outros sentidos que emanam do trabalho. A posição neoliberal está fechada. Não dialoga com as outras. Quer se impor pela autonomização à ideologia hegemônica, saindo vencedora de um embate que ela mesma impede que ocorra.

No entanto, para além do manto da discussão macroeconômica, visto por grande parte da imprensa como o aspecto mais relevante da vida em sociedade – sintetizado pelo senso comum de que “se a economia vai bem, tudo vai bem” –, há

inúmeras concretudes tão ou mais importantes para a maioria das pessoas. Para os detentores da força de trabalho, não há, de forma natural, uma preocupação direta e constante sobre o desempenho das bolsas, sobre a produtividade do trabalho ou mesmo sobre o desempenho do Produto interno Bruto (PIB). O que há são angústias sobre os reflexos da macroeconomia na vida cotidiana, como o poder de compra dos salários, etc. A economia é apenas um aspecto da vida material – não é “o” aspecto, como subentende o editorial.

Além disso, a ideologia neoliberal fornece uma maneira de se compreender as relações econômicas e sociais. É uma ideologia que se pretende universal, mas que não é. Há outras possibilidades, apesar do esforço monológico em tentar escondê-las.

3.2.3 Dados incontestes

Se o texto pudesse ser dividido em partes, seriam quatro as fundamentais para se depreender a totalidade da argumentação. A primeira delas, composta pelos seis primeiros parágrafos, diz respeito ao que o editorialista denomina de “completo atraso nacional”. Após esse prólogo, apresenta-se a questão crucial, a mesma trazida pela *The Economist*, a “chave do atraso”: a produtividade (sétimo e oitavo parágrafos). O nono parágrafo é um reflexo dessa alegada conjuntura de atraso somado à improdutividade, algo que, segundo o texto, manifesta-se no baixo desempenho brasileiro no quesito exportação de mercadorias. A quarta parte fundamental é a conclusão, que, como dito anteriormente, invoca as pessoas a transformarem o sentimento de indignação pela crítica em brio, algo que, na opinião do jornal, seria “muito mais produtivo” – se é necessário criar brio, depreende-se, então, que, na posição do jornal, esse valor é inexistente ou de baixo nível nos brasileiros. Tal qual o texto primário do *corpus* desta pesquisa, o editorial é estruturado de forma a valorizar a utilização de dados técnicos sobre a economia, informações que sempre aparecem como justificativa do quadro conjuntural que se pretende desenhar. Ressalta-se que esses índices e informações são apenas apresentados como álibis a posições axiológicas do jornal. Não há explanações significativas sobre eles e o leitor, necessariamente, precisa recorrer a conhecimentos prévios sobre os conceitos empregados,

bem como proceder a um exercício de nexos causais entre dados concretos da realidade econômica e seus efeitos na dimensão socioeconômica.

Reitera o jornal que o Brasil investe só 2,2% em infraestrutura enquanto a média do mundo em desenvolvimento é de 5,2%. Do número de patentes concedidas pelos EUA, uma parcela ínfima é de invenções brasileiras. Também no que diz respeito à inovação, o Brasil, relata o editorial, é retardatário, haja vista que uma patente brasileira demora de cinco a dez vezes mais tempo para ser emitida do que em países como EUA, Japão e China. Todos esses fatores somados seriam responsáveis por criar um ambiente desfavorável para novos investimentos internacionais (FOLHA DE S. PAULO, 2014 a).

No que tange à questão da produtividade, mais uma vez a informação apresentada é resgatada do texto primário. A comparação entre o produto anual do trabalho de um empregado brasileiro na atualidade (US\$ 20 mil) com o mesmo índice na década de 1960 (US\$ 15 mil) e com os respectivos índices sul coreanos (menor que o do Brasil em 1960 e de quase US\$ 70 mil nos dias de hoje) e chineses é a mesma feita pela revista britânica. Isso indica concordância com a análise estrangeira, haja vista que os dados foram utilizados com os mesmos fins argumentativos – que são o de provar, matematicamente, que o trabalhador brasileiro produz pouco. Mas essa posição é expressa de maneira ainda mais explícita no sétimo parágrafo: “A chave do atraso, como aponta com exatidão a revista britânica, está na produtividade”. Assim, a crítica da revista, portanto, não é apenas crível ou sensata, mas também exata, precisa e, então, não haveria argumentos para questioná-la.

Com tamanho atraso, agora devidamente mapeado, e com a sua razão causal já delineada, apresenta-se um reflexo direto, mais uma vez com números aparentemente inquestionáveis, da ineficácia nacional: o país perde espaço em exportações para os chineses até mesmo na vizinha Argentina, parceira de Mercosul. Por final, o texto é concluído com a máxima de que a indignação nada pode contra essas “cifras acabrunhadoras”, uma expressão muito semelhante ao dito popular que enuncia que “contra fatos não há argumentos”.

A lógica do editorial é a de que, exatos, os dados apresentados refletem uma realidade concreta, objetiva e cristalina, isenta de subjetividades e opacidades, servindo como o início, o meio e o fim de toda a estrutura argumentativa. O trabalhador brasileiro é improdutivo porque o produto anual do seu trabalho, quando comparado com o de países ricos ou com nações que também estão em vias de de-

envolvimento, avança em ritmo muito menor. Perde-se tempo e dinheiro no Brasil porque “o trânsito é infernal”, há muita burocracia e o custo e a qualidade dos serviços, tanto públicos quanto privados, são inadequados. Como praticamente não há inovação, também não há perspectiva de melhora na produtividade.

A utilização de tantos dados técnicos, algumas vezes apenas despejados na página do jornal, sem interpretação ou análise apropriada, tem, na verdade, mais a função de legitimar uma posição axiológica preliminarmente estabelecida do que, de fato, discutir os dados ou até mesmo a tese defendida. Soltos, o leitor precisa amar-
rá-los com conhecimentos prévios – o interlocutor ideal é aquele que partilha dos mesmos signos e posições axiológicas.

3.2.4 Improdutividade como “origem do atraso”

Ao reforçar a ideia de que a origem de todo o atraso brasileiro surge a partir da improdutividade, o editorial incorre em um reducionismo gritante, inclusive no que diz respeito ao texto primário deste *corpus*. Nessa linha de raciocínio, toda a culpa pelo subdesenvolvimento brasileiro é jogado sobre a classe trabalhadora, sendo obliterada completamente a responsabilidade de outros grupos sociais e instituições. Também não entram nessa conta os diversos aspectos socioculturais e infraestruturais que influenciam direta ou indiretamente o panorama econômico. Não há nenhuma inferência a questões como luta de classes e má distribuição de renda, da mesma forma que não são consideradas as formas de organização política e econômica no Brasil, que, historicamente, privilegiam determinados segmentos em detrimento de outros.

Ora, se “o” problema nacional é, fundamentalmente, de produtividade, então, se de um dia para o outro, este indicador fosse equiparado ao das nações desenvolvidas ou ao dos países em desenvolvimento citados então tudo estaria resolvido. Se o produto anual do trabalho aumentasse, isso teria impacto positivo direto no “trânsito infernal”, na “morosidade da burocracia”, “no custo e na qualidade incompatíveis dos serviços públicos ou privados”. Da mesma forma, se o país se tornasse mais ágil na concessão de patentes, seria automática a atração de investimentos estrangeiros.

Por trás da ideia de que as coisas no Brasil são ruins porque se trabalha pouco, há uma miríade de interesses mais vinculados ao capital que ao trabalho. O aumento da produtividade é ótimo para os detentores do capital, especialmente para as elites financeiras, mas não necessariamente positivo para quem vive da venda da força de trabalho. E isso é histórico. Marx (1975), ao analisar os impactos da inserção da maquinaria moderna no capitalismo industrial, constrói um relato sobre como o aumento da produtividade no sistema capitalista resulta na obtenção de mais lucros para os detentores do capital e em menor qualidade de vida para os trabalhadores. Nesse sentido, ao contrário do que se poderia imaginar, o desenvolvimento técnico (aumento da produtividade) serviu não para trazer benefícios ao trabalhador, mas para aumentar a produção do capitalista, aumentando a sua mais valia. Assim, com a inserção de máquinas nas indústrias, ocorreu uma diminuição do tempo que o trabalhador trabalha para garantir a manutenção e reprodução da vida e um aumento do tempo em que ele trabalha para aumentar os lucros do patrão, ou seja, houve aumento da mais-valia.

Tendo em vista que a natureza das relações de trabalho no sistema capitalista permanece intacta, o relato marxiano contribui para a reflexão de que é um engodo considerar que o aumento da produtividade implicaria, de forma direta, uma superação de “todo o atraso”. Pelo contrário, a história mostra que tal resultado produziria aumentos significativos de lucratividade, que não seriam, necessariamente, repassados à totalidade da sociedade. O avanço de poucos, nesse caso, é o atraso da maioria. Assim, fica fácil notar o tom patronal na voz do editorial, que se manifesta em defesa de um grupo social, que certamente não é o dos trabalhadores assalariados de quem se cobra mais trabalho.

Sendo a Folha de S. Paulo uma publicação brasileira, poderia dar menos foco aos índices de produtividade do trabalho e mais à ausência de qualificação, à concentração de renda, aos baixos salários, ao déficit de moradias e à baixa qualidade do transporte público destinado a esse trabalhador, fatores que interferem diretamente em sua qualidade de vida e têm relação com a produtividade e, por que não considerar, com a satisfação na vida e na atividade laborativa cotidiana. Assim o jornal demonstraria que a produtividade desse trabalhador não depende somente dele, mas está relacionada às condições gerais de sua existência – nesse sentido, valeria também uma comparação com a realidade do trabalhador de outros países: as dificuldades do brasileiro são as mesmas do japonês, do britânico, do francês?

3.2.5 Dialética monológica: improdutividade, indignação e brio

O monologismo do editorial da *Folha de S. Paulo* se torna latente quando, após apresentar os tais dados supostamente inquestionáveis (décimo parágrafo), o editorialista afirma que “contra essas cifras acabrunhadoras a indignação nada pode”. Em um tom sereno, quase solene, a exortação oficial do jornal é uma tentativa de abafar as vozes dissonantes. Afinal de contas, não há como questionar os números, que refletiriam a realidade. Dessa forma, prossegue o texto, é “imperativo” transformar indignação em brio, este sim, um sentimento produtivo. Tal resposta ecoa como um chamado ao trabalho, mas não qualquer trabalho, e sim uma ação laborativa suficientemente produtiva. Por meio de uma enunciação floreada, o editorialista parece querer dizer “parem de reclamar e trabalhem”, indicando apenas ao final da argumentação a possibilidade de ter considerado um interlocutor trabalhador (e não muito produtivo).

A palavra brio remete à noção de honra, de altivez, a uma ideia de sentimento da própria dignidade, de amor-próprio, coragem, bravura. É um vocábulo do universo moral. Uma pessoa sem brio, então, seria alguém despido de valores. Se há a necessidade de transformar indignação em brio, então são vislumbradas pelo menos duas possíveis motivações: ou o brasileiro não tem brio ou haveria nele pouco desse nobre sentimento. Então uma dose extra é necessária. É preciso que a indignação, reação equivocada, inútil, desqualificada, seja convertida em algo puro e bom: brio. Com uma única palavra, a *Folha de S. Paulo* transforma o trabalhador brasileiro em imoral, como se ele fosse improdutivo apenas por gosto, pela escolha de uma opção (o ócio) em detrimento de outra (trabalho duro, produtividade). Mais uma vez reforçando o discurso da *The Economist*, o editorial potencializa o estereótipo do brasileiro culturalmente preguiçoso, construção discursiva que, desde a colonização europeia do século XVI, tenta conferir ao país e ao seu povo uma identidade nacional pelo não trabalho. Nesse aspecto, ser brasileiro, então, seria ser improdutivo, valorizar o ócio: “poucas culturas oferecem receita melhor para aproveitar a vida” (THE ECONOMIST, 2014 a).

Além disso, a palavra “imperativo” – “é imperativo transformar ócio em brio” (FOLHA DE S. PAULO, 2014) – exprime uma ordem, impõe, define algo a ser segui-

do, enforma uma voz voltada a dar um ponto final no diálogo. Enunciações autoritárias como essa caracterizam o que Bakhtin (2011) classifica como discurso monológico, visto como uma negação da isonomia entre as consciências em relação à verdade. Um monólogo, como este editorial da *Folha de S. Paulo*, é o plano de uma só consciência, no qual não há espaço para qualquer tipo de embate discursivo.

Chamamento ao “trabalho produtivo”, imposição de uma versão única e fechamento para o diálogo são ingredientes que temperam o editorial. Percebidos em conjunto, apontam para uma união institucional entre veículo de comunicação e capital – ou, no mínimo, para uma conveniente coincidência axiológica no que tange às defesas macroeconômicas, o que, ao final das contas, tende a surtir os mesmos efeitos. Dessa forma, consolida-se um raciocínio aparentemente dialético que interessa somente a uma parte dos participantes do diálogo. Da tese do trabalhador improdutivo, surge, naturalmente, a antitética indignação trabalhadora, que, como uma luva a ser vestida pelas mãos do capital, precisa ser convertida em algo que lhe garanta produtividades: brio.

3.2.6 Reforço analítico: o descaso com a inovação

Uma justificativa presente no editorial se destaca por não estar contida na reportagem publicada pela revista. O acréscimo argumentativo diz respeito ao “descaso nacional com a inovação”, apontada como a “mãe verdadeira do aumento sustentável de produtividade”. Os dados são retomados de uma matéria publicada dois dias antes, que relatava a demora por parte do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) em conceder patentes. Enquanto nos países desenvolvidos esse prazo não passa de três anos, no Brasil, segundo o jornal, uma patente pode demorar até 14 anos para ser emitida, o que estaria prejudicando empresas que investem em inovação, impossibilitando-as de vender suas ideias e as deixando desprotegidas quanto ao risco de terem seus produtos copiados (FOLHA DE S. PAULO, 2014 b).

Para além de um reforço à tese defendida inicialmente pela *The Economist*, esta passagem traz indícios inequívocos de que a questão da produtividade não diz respeito apenas ao baixo rendimento do trabalhador. De maneira sistêmica, há também a influência da política econômica nacional, do corporativismo presente nas ins-

tituições públicas, e também do próprio setor produtivo, seja por ação ou omissão. Assim, seria no mínimo injusto (por parte da revista britânica) destacar apenas uma parte da equação.

Nesse sentido, este trecho também poderia explicar a mudança de enfoque trazida pelo editorial. Como que em um ajuste analítico, o foco sai aos poucos da figura do trabalhador e é ampliado para o seu país, este, sim, em seu conjunto, improdutivo.

3.2.7 Patriotismo às avessas

O editorial da *Folha de S. Paulo* é um reforço da crítica feita pela *The Economist*, uma defesa a ela ou, mais especificamente, ao que ela diz. Ao compartilharem do mesmo discurso, ambas as publicações demonstram atuar no mesmo universo ideológico, axiológico e político. De uma publicação genuinamente brasileira, o senso comum consideraria natural esperar por uma defesa dos interesses nacionais. No entanto, como foi evidenciado, não é isso que ocorre. O que há é uma blindagem discursiva, um muro construído para se interditar o debate para, aparentemente, beneficiar a tese central defendida pela reportagem estrangeira.

Dois rótulos operam de forma marcante neste editorial. Um é a imagem de um “Brasil improdutivo”. Outro é a de um “Brasil atrasado”. Enquanto produtos ideológicos, estas adjetivações adquirem significados específicos que transcendem aos sentidos que lhes poderiam ser atribuídos literalmente, refletindo e refratando uma realidade que é exterior tanto ao país em si quanto às qualidades negativas a ele atribuídas. A crítica a um Brasil que poderia estar produzindo mais corresponde aos interesses de quem poderia se beneficiar diretamente do aumento da produtividade. Sob a defesa de um Brasil mais produtivo está um anseio de um país mais lucrativo para o capital, que não necessariamente seria um país melhor para a maioria das pessoas.

Abafando outras vozes, o editorial da *Folha* dialoga com os argumentos da revista britânica, assumindo-os e demonstrando a posição axiológica do jornal. O texto está autorizado para ser lido como sendo a posição formalizada da empresa jornalística. Fala a todos os públicos – inclusive às pessoas assalariadas, trabalhadores de diversos ramos e setores da economia que poderiam ser enquadrados na

categoria “trabalhador improdutivo” utilizada pela *The Economist* –, mas sua voz, tomada por um tom técnico-economicista, vai ao encontro dos interesses dos detentores do capital. E, ao fazer essa defesa, incorre em uma espécie de “patriotismo às avessas”, pois, ao comparar o Brasil com outros países, vê-se obrigado a condenar o nacional e incensar o estrangeiro. Ao final e ao cabo, na defesa dos interesses do capital e movido pelo antipetismo, o texto acaba por se posicionar contra o Brasil e a favor do capital. Em síntese, é um projeto ideológico que recupera um discurso para, tão somente, reforçá-lo. A estrutura discursiva é montada para credibilizar ainda mais o discurso britânico, enaltecendo-o.

3.3 GAZETA DO POVO

O jornal *Gazeta do Povo* é o diário de maior circulação no Paraná e pertence a um dos maiores conglomerados de mídia do país, o *Grupo Paranaense de Comunicação* (GRPCOM). Além deste, o *Grpcom* ainda possui o jornal *Tribuna*; o portal de notícias *Paraná Online*; as rádios *98FM* e *Mundo Livre FM* (Curitiba e Maringá); a unidade móvel de alta definição *HDView*, além de uma cadeia composta por oito emissoras de TV afiliadas à *Rede Globo* e um instituto criado para a gestão de projetos e programas sociais (GRPCOM, 2015). A formação e a consolidação desse grupo de mídia possuem semelhanças com a história do *Grupo Folha*. Ambos foram criados a partir de um jornal diário principal em um contexto histórico semelhante. Passaram por cenários econômicos e políticos análogos e, via de regra, devido à linha editorial e posicionamento político, souberam aproveitar as diferentes conjunturas para impulsionar e diversificar os negócios, especialmente a partir da década de 1960. No que tange especificamente à *Gazeta do Povo*, que ao longo dos anos se esforçou para construir uma imagem de jornal “independente” e “apolítico”, a exemplo da maior parte dos jornais paranaenses, ela nasceu e se manteve atrelada a interesses políticos e econômicos (OLIVEIRA, 2004).

Em exemplo curioso dessa assertiva pode ser buscado nos textos que remetem à criação do jornal. No dia 20 de janeiro de 1921, o advogado Benjamin Lins fez circular o manifesto de fundação do diário que, ao lado de De Plácido e Silva, passaria a editar ainda naquele ano. Esse texto já falava em independência e imparcialidade (LINS, apud OLIVEIRA, 2004, p. 88):

Não pertenço, não quero pertencer a nenhum dos grupos políticos que militam no Estado. A política pessoal, circunscrita a adoração fetichista de qualquer individualidade, como tem ocorrido nos últimos tempos da República, não só não me cativa, como é de tal forma contrária a minha índole que mal entendo que haja alguém capaz de se circunscrever a atividade tão inferior (...). Não tem, pois, nenhum fundamento notícia propalada de que o jornal que redigirei se destina ao lançamento ou defesa de qualquer candidato à Presidência do Estado. Será escoimado de vícios políticos, viverá por si, do povo, para o povo.

Publicada em 3 de fevereiro de 1919, a primeira edição do jornal, no entanto, desmentia essa promessa e trazia um texto de primeira página que defendia de maneira proselitista a candidatura de Ruy Barbosa à presidência da República: "[...] ninguém o iguala em merecimentos; ninguém é tão querido pelo povo, ninguém é tão venerado pelas multidões; ninguém tem prestado a este país tão elevados serviços, ninguém quer o Brasil com tanta intensidade e tanto carinho" (GAZETA DO POVO, apud CUNHA, 2009). Logo após o lançamento, Plácido e Silva assumiu a direção do jornal, cargo que ocupou até 1962. A análise de edições antigas do diário aponta para ligações próximas entre a estrutura do periódico com uma dezena de ricas famílias locais, que compraram cotas de uma sociedade limitada para que fosse viável a instalação da gráfica. Nos termos do próprio jornal em sua edição comemorativa aos seus 73 anos, publicada em 1992, Benjamin Lins e Plácido e Silva contavam com o apoio das classes "conservadoras do Paraná", na época formadas pelos proprietários dos grandes engenhos de erva mate e industriais da madeira (OLIVEIRA, 2004).

Em 1962, Plácido e Silva passa o controle do jornal, afetado por uma grave crise financeira, a Francisco Cunha Pereira Filho e a seu sócio, Edmundo Lemanski. Os novos proprietários teriam levado dez anos para alcançar o equilíbrio financeiro da empresa. Em 1973, em sociedade com o empresário Roberto Marinho (Rede Globo), eles adquirem a *TV Paranaense (Canal 12)*. A sociedade com os Marinho foi desfeita apenas em 2002, quando o grupo paranaense assumiu a totalidade da emissora. Nos anos seguintes, foram criadas ou compradas mais sete emissoras, cuja cobertura abrange todo o Paraná (Ibid.). A integração das unidades foi consolidada em novembro de 2000 com a criação da *Rede Paranaense de Comunicação (RPC)* – em 2010 a empresa passou a se chamar *Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM)*, 2015).

Para Oliveira (2004), a consolidação comercial deste grupo de mídia ocorre, principalmente, devido a dois fatores. Primeiro, porque, com o passar dos anos, a *Gazeta do Povo* se consolidou como o principal jornal de classificados e anúncios imobiliários de Curitiba. Depois, a retransmissão do sinal da *Rede Globo*, que deteve e ainda mantém notória supremacia no mercado de televisão no Brasil, contribuiu para alavancar ainda mais as vendas do jornal, que, por sua vez, investia na modernização de equipamentos. Em 1995, por exemplo, depois da *Folha de S. Paulo*, foi o segundo jornal brasileiro a disponibilizar seu noticiário na internet.

Outro aspecto que caracteriza o *Grpcom*, como já comentado anteriormente, é a diversificação dos negócios de mídia e a tendência à oligopolização do mercado local de comunicação. Assim, por exemplo, em 2011, ele adquire do *Grupo Paulo Pimentel* os principais concorrentes da *Gazeta do Povo*, os jornais *Tribuna do Paraná* e *O Estado do Paraná*, bem como o portal de notícias *Paraná-Online*.

A leitura da missão, visão e valores institucionais da empresa não deixa transparecer seu posicionamento ideológico de forma nítida, a não ser a característica de ela ser pertencente ao que poderia ser considerada uma indústria cultural local, haja vista a grande margem de interpretação e adaptabilidade desse tipo de enunciado sobre o qual se sustentariam suas práticas comerciais e sociais. Assim, o *Grpcom* afirma ter a missão de "Promover, com a comunicação, o desenvolvimento da nossa terra e da nossa gente", concentrando suas ações no Paraná e assumindo o desafio de "ser o maior e o melhor provedor de informação, serviço e entretenimento do estado" (GRPCOM, 2015). Afirma também a manutenção de "compromissos junto ao mercado", entre eles o de "participar ativamente da vida dos paranaenses, buscar exercer a função de braço direito da comunidade e contribuir para o desenvolvimento do Paraná" (Ibid). Desses enunciados, empreende-se fundamentalmente o anseio pela manutenção da liderança comercial no mercado de comunicação, demonstrando, tal qual a *Folha de S. Paulo*, potencialidade de adaptação às intempéries conjunturais.

Editado em forma de cadernos e suplementos, com espaços noticiosos e opinativos, as páginas da *Gazeta* contém as mais variadas versões e opiniões sobre os fatos do cotidiano. Porém, a leitura de suas capas, manchetes e editoriais – textos que representam o posicionamento editorial da empresa jornalística – demonstram a hegemonia de um pensamento conservador atrelado à direita política, defensor das classes sociais mais elevadas, e simpático aos pressupostos do neoliberalismo.

lismo. Nesse sentido, especialmente em períodos pré-eleitorais, ela dá vazão a afirmações ou insinuações que fortalecem os discursos de oposição às minorias, aos movimentos sociais, à esquerda política, de forma geral e, de maneira específica, ao Partido dos Trabalhadores e suas lideranças, bem como ao pensamento que o jornal costuma chamar de “lulopetismo” – uma alusão às bandeiras defendidas pelo Partido dos Trabalhadores e pelo ex-presidente Lula. Assim, das leituras do jornal, especialmente dos seus editoriais, emergem posições monológicas, que podem dificultar o diálogo com interlocutores que cultivem posições diferentes das que a publicação aprecia. Por exemplo, na opinião do jornal, a presidente Dilma Rousseff é a autoridade que escolhe como interlocutora apenas a parcela da sociedade que seria beneficiária do seu governo, inclusive o MST, movimento que seria “violador contumaz da ordem pública e do direito à propriedade” (GAZETA DO POVO, 2015 a). O líder sem-terra João Pedro Stédile, por sua vez, “é hoje um dos principais arautos do marxismo bolivariano e fiel defensor da ditadura comandada por Nicolás Maduro na Venezuela” (Ibid). Já o presidente do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, é tachado de totalitário por defender – nas palavras do próprio jornal – “o controle da informação no Brasil” (GAZETA DO POVO, 2015 b), enquanto a luta de classes é considerada um conceito “anacrônico” (GAZETA DO POVO, 2014 a)⁵³.

Do ponto de vista da economia, o jornal diz que os governos de FHC e Lula foram bem sucedidos por observarem quatro aspectos caros à ideologia neoliberal: “o combate constante à inflação, a privatização de empresas estatais alheias às funções clássicas do Estado, o equilíbrio das contas públicas e a abertura ao exterior” (GAZETA DO POVO, 2015 c). Já o governo de Dilma Rousseff teria sido mal sucedido por ter renegado premissas como essas. Para o jornal, o Brasil até tem condições de retornar ao caminho do crescimento econômico e do desenvolvimento social, tendo que, para isso, “[...] retomar a austeridade fiscal, tornar prioridade o controle da inflação, melhorar a legislação de investimento privado na infraestrutura, desobstruir o caminho dos empreendedores e entender o papel fundamental do setor privado no crescimento da economia [...]” (GAZETA DO POVO, 2014 b) – e uma das tare-

⁵³ Não se trata, aqui, de entrar no mérito de cada uma dessas questões destacadas – que exigiriam discussões mais aprofundadas –, mas apenas de citar alguns exemplos que mantêm relações com os interlocutores arrolados no editorial a ser analisado a partir da presente seção, bem como com os temas tratados ou vinculados ao referido texto. Tais citações não têm a pretensão de definir o que pensa, exatamente, a empresa sobre o respectivo tema destacado, mas de pinçar alguns enunciados já publicados por ela a respeito desses mesmos assuntos. Ressalte-se que alguns desses enunciados, aliás, mostram-se frequentes em outros textos ou subtítulos publicados pelo jornal, principalmente em seus editoriais.

fas urgentes para chegar a este fim é o aumento da produtividade do trabalho (GAZETA DO POVO, 2015 c).

Em suma, a forma como a empresa se estrutura e oferece o seu produto ao mercado, bem como os posicionamentos políticos que assume deliberadamente, culminando nesse tipo de enunciação, evidenciam o seu caráter de pertencimento à indústria cultural, bem como demonstram que as suas defesas e, portanto, as suas coberturas jornalísticas, não são isentas de ideologia, nem totalmente independentes e apolíticas como certo discurso baseado em uma suposta imparcialidade do jornalismo tenta fazer crer. É isso o que evidencia a leitura de seus editoriais, inclusive o que passaremos a analisar detalhadamente a seguir.

3.3.1 Contextualização: novos elementos para o debate

Assim como a *Folha de S. Paulo*, em 22 de abril de 2014, o jornal paranaense Gazeta do Povo também publicou um editorial a respeito da reportagem da *The Economist*. O texto recupera as críticas e usa as reações causadas pela publicação, que teriam sido diversas, “desde xenofobia a preconceitos regionais”, como ponto de partida para a sua argumentação. Desde o início, esforça-se em entender e explicar os porquês da crítica, apresentando novos elementos e interpretações e respondendo às reações negativas ao texto primário. Levando em consideração o fato de os dois editoriais terem sido publicados no mesmo dia, parte-se do pressuposto de que um não teria influenciado o outro.

No título do editorial paranaense, o foco volta a ser a produtividade do brasileiro. O subtítulo prenuncia o tom do discurso: “É melhor abandonar as mágoas e tentar entender por que afirmações como as da revista *The Economist* são feitas” (GAZETA DO POVO, 2014 c). Na sequência, contextualizando o episódio da publicação e as reações a ela, o jornal comenta que as afirmações foram duras e que até poderiam ofender o brio nacional, mas logo destaca que o importante é compreender os seus motivos.

O segundo momento da argumentação, que será detalhadamente analisado a seguir, é dedicado à apresentação de novos elementos e de uma contextualização um pouco mais aprofundada do tema. Destaca-se, de antemão, que, apesar de, ao final, acabar concordando com a crítica da revista britânica, a forma argumentativa

utilizada pela *Gazeta do Povo* não reaproveitou as estruturas lógicas e frasais do texto primário, constituindo, assim, em um novo texto, com um novo tom, no qual ecoam, de maneira forte, os enunciados contidos na reportagem da *The Economist*, mas também são encontrados indícios de uma voz autoral peculiar específica e diversa, em boa parte. Os discursos contidos no editorial da *Gazeta do Povo* revelam que o posicionamento axiológico deste jornal é próximo do verificado na revista britânica e também do da *Folha de S. Paulo*. Porém, como será discutido a seguir, o jornal paranaense não se limita a reproduzir os enunciados de outrem como acabou fazendo o diário paulista.

3.3.2 Lições de economia para o grande público

A linguagem utilizada pelo editorial da *Gazeta do Povo* é acessível ao grande público. Mesmo tratando de um assunto que facilmente pode degradingolar para uma discussão estritamente técnica, o texto busca explicar de forma simples os índices e jargões necessários para a compreensão da crítica britânica. Nesse sentido, a produtividade é explicada por meio da metáfora de um homem que vive só em uma ilha e que sobrevive apenas das frutas que colhe e dos peixes que pesca. Explica o jornal que a produtividade seria a relação entre os alimentos obtidos e o número de horas trabalhadas para obtê-los. Ampliando esse raciocínio para um país, o índice seria dado pela divisão do conjunto das riquezas produzidas (PIB) pela quantidade de horas trabalhadas pela população. Do quociente dessa divisão chega-se à questão central do texto. No Brasil, a produtividade do trabalhador gira em torno de US\$ 12, enquanto nos Estados Unidos ela beira a casa dos US\$ 58.

Os motivos que fazem a produtividade do brasileiro ser um quinto da produtividade do norte-americano passam a ser o foco da argumentação. Após identificar um possível estranhamento a tamanha desigualdade, uma vez que há poucas diferenças entre um piloto brasileiro e um norte-americano ou entre um caminhoneiro de um e de outro país, adianta-se que as razões são várias e estariam ligadas aos fatores que determinam a produtividade. Esses elementos seriam relacionados ao capital físico, aos recursos naturais, capital humano, conhecimento tecnológico e eficiência gerencial pública e privada. Assim o foco discursivo sofre um deslocamento, saindo da culpabilidade exclusiva do trabalhador e discutindo as estruturas que dão ou não suporte à produção.

3.3.3 As razões do atraso

Enquanto o editorial da *Folha de S. Paulo* caracterizava a baixa produtividade brasileira como “chave do atraso” nacional (FOLHA DE S. PAULO, 2014 a), o da *Gazeta do Povo* a entende como o resultado de um processo mais complexo, que envolveria fatores de naturezas distintas. Percebe-se que, apesar de não se manifestar abertamente a respeito, a *Gazeta do Povo* descarta a noção latente na reportagem da *The Economist*, e oculta no editorial da *Folha*, de que a improdutividade seria um traço da personalidade do trabalhador brasileiro. Ao contrário, diz que não haveria diferença considerável entre um trabalhador especializado em determinada área daqui e outro semelhante de lá. As diferenças residiriam no contexto em que esses profissionais atuam.

Os trabalhadores são mais produtivos quando dispõem de melhor infraestrutura e melhores máquinas e ferramentas. Um motorista de caminhão nos EUA chega a fazer dez viagens por mês transportando soja, enquanto um brasileiro faz apenas três. O brasileiro dispõe de um caminhão inferior, trafega por estradas piores e perde muitos dias nas filas dos portos. (GAZETA DO POVO, 2014 c).

Outro aspecto que impacta na produtividade de um país, segundo o jornal, diz respeito aos recursos naturais disponíveis. O país abundante em recursos naturais terá mais facilidade em elevar a produtividade, enquanto os que são pobres nesse quesito tendem a enfrentar dificuldades. Sendo, ao mesmo tempo, um país rico em recursos naturais e com baixos índices de produtividade, o Brasil parece ser uma exceção à regra, contradição que recebeu destaque no penúltimo parágrafo e que será abordada a seguir em seção específica.

O terceiro e o quarto fatores determinantes da produtividade dizem respeito, respectivamente, ao capital humano e ao conhecimento tecnológico. Um depende do “nível educacional, treinamento e habilidades técnicas dos trabalhadores”, enquanto o outro influi diretamente no ritmo da produção. Em ambos os campos, afirma o jornal, o Brasil está muito atrás dos países desenvolvidos, incluindo, nessa análise, a iniciativa privada e o Estado. Nesse ponto, o editorialista reforça a crítica às responsabilidades do setor público: “Como é notório que o sistema público brasileiro é ineficiente, sua contribuição para a baixa produtividade é bastante grande”.

Dessa maneira, o editorial conduz o leitor a um problema que é cíclico e cuja solução não parece simples. A produtividade brasileira é impactada por fatores de diferentes naturezas que impedem que haja um maior crescimento. Por outro lado, por não haver crescimento, não se espera por melhorias nos índices que interferem na produtividade. Em suma, há improdutividade porque há ineficiência e há ineficiência porque há improdutividade.

3.3.4 Razões para desacreditar

Para explicar a produtividade, ou a falta dela, o texto utiliza relações simples de causa e efeito. Assim, determinados aspectos conjunturais seriam positivos ou negativos no fomento à produtividade. Onze desses fatores são elencados e confrontados à realidade brasileira. O editorial ressalta que apenas em um o país está em posição favorável. Nos demais, tomando por base as nações desenvolvidas, o Brasil está atrasado ou muito atrasado (QUADRO 2).

O aspecto positivo consiste na “sempre louvada abundância de recursos naturais do Brasil” (Ibid.). No entanto, apesar de ser possuidor dessas riquezas, o país possui baixo rendimento em todos os demais fatores que determinam a produtividade, o que explicaria a “baixa produtividade do brasileiro”.

É sempre louvada a abundância de recursos naturais do Brasil. O país dispõe de condições favoráveis para elevar a produtividade, mas, apesar de rico em recursos naturais, o país é pobre em capital físico (rodovias, ferrovias, hidrovias, armazéns, portos, aeroportos, telecomunicações e demais itens de infraestrutura); o capital humano tem baixo nível educacional médio, baixa qualificação e as habilidades técnicas são, na média, precárias; e, somando a isso o atraso em matéria de conhecimento tecnológico, a baixa produtividade do brasileiro está explicada. Porém, há mais. Outros fatores negativos – como carga tributária pesada, sistema judicial lento, leis ruins e alta corrupção – também contribuem para a baixa produtividade. Sem falar das cidades congestionadas, da cultura da indisciplina e da política que privilegia o consumo em detrimento do investimento em capital físico. (GAZETA DO POVO, 2014 c).

Até a metade do parágrafo (“a baixa produtividade do brasileiro está explicada”) os quesitos que determinam a produtividade já haviam sido de, alguma forma, abordados. Aqui, eles reaparecem para se contrapor ao único fator positivo constatado. A reaparição conta com novos exemplos e demonstra a necessidade de

contrastar o país que o Brasil é com o que ele poderia ser. O editorialista reconhece que há espaço, condições naturais, basicamente, para crescimento (aumento da produtividade), mas as demais dimensões que interferem no incremento dessa produtividade barram qualquer possibilidade de avanço. A malha rodoviária é ruim, como também poderiam ser melhores os portos, aeroportos, hidrovias, etc. O mesmo se diz da preparação do trabalhador, possuidor de baixo nível educacional médio, baixa qualificação e habilidades técnicas reduzidas. No que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, o editorial se limita a reiterar que o conhecimento brasileiro é atrasado. Entretanto, não define o trabalhador em aspectos imateriais, descrevendo-o, por exemplo, como fez a *Folha de S. Paulo*, como ser sem “brio”, moral ou vontade para o trabalho. Em vez disso, destaca o fator da desqualificação técnica, que o mantém improdutivo.

Contrastando com a linha argumentativa seguida até então, na qual os exemplos citados eram acompanhados de algum comentário que ajudava a simplificar o raciocínio autoral, a partir deste ponto são elencados novos fatores para reforçar a ideia de subdesenvolvimento e de desesperança quanto ao aumento da produtividade. Esses novos elementos se assemelham à prescrição macroeconômica neoliberal, condenando a carga tributária elevada, a morosidade do Poder Judiciário, a alta corrupção e as leis ruins – não há elementos suficientes para se apreender quais leis o editorial considera ruins, mas, tendo em vista o posicionamento axiológico do texto como um todo, deduz-se que sejam do mesmo tipo das que já foram abordadas pelo texto primário, como o conjunto de leis trabalhistas e as que regulam determinados setores da economia, por exemplo.

Vilões da produtividade, a esses fatores também são acrescentadas outras deficiências nacionais já identificadas nos dois textos anteriores deste *corpus*: os congestionamentos urbanos, a cultura da indisciplina e a “política que beneficia o consumo em detrimento investimento em capital físico” (Ibid).

Com esses dados, fecha-se um quadro em que há mais motivos para desacreditar do que para esperar melhoras no desempenho produtivo brasileiro. Se, por um lado, o editorial é exitoso ao trazer novos elementos à discussão, deslocando o foco da análise de uma linha culturalista-ontológica relacionada à suposta improdutividade do brasileiro, por outro, ele também se torna limitado, pois continua considerando majoritariamente categorias do universo econômico. Mesmo as que poderiam ser melhor abordadas por outros vieses, como o sociocultural, por exemplo, são tra-

tadas apenas pelas lentes da macroeconomia, como é o caso, por exemplo, da chamada “cultura da indisciplina” ou da morosidade dos serviços públicos, aspectos que possuem traços históricos e, se explorados, poderiam dizer muito sobre a composição e organização social brasileira. De qualquer maneira, aqui, cabe um parêntesis. Quando evoca essa chamada “cultura da indisciplina”, o editorialista não fornece elementos para o leitor localizar de maneira apropriada a natureza deste aspecto considerado negativo para a produtividade. Existiria uma cultura trabalhadora baseada ou influenciada pela indisciplina e essa cultura faria os trabalhadores produzirem menos? Seriam os trabalhadores improdutivos propositalmente, oferecendo resistência ao processo de extração de mais-valia do ato laborativo? Sendo todo o texto baseado em raciocínios técnico-econômicos, este suposto traço cultural, mesmo aparentemente próximo a noções como “corrupção elevada” e “sistema judicial lento” – que são aspectos políticos concretos, porém perpassados por formas culturais –, fica ilhado, isolado, e por isso a sua relevância não aflora quando se considera a totalidade do editorial. Mas ao leitor fica a curiosidade: o que seria, afinal, essa cultura da indisciplina para a Gazeta do Povo?

Positivos	Negativos
Abundancia de recursos naturais	Baixo capital físico
	Capital humano mediano
	Atraso tecnológico
	Carga tributária pesada
	Sistema judicial lento
	Leis ruins
	Corrupção elevada
	Transporte ruim (congestionamentos)
	Cultura da indisciplina
	Política

Quadro 2 – Situação brasileira quanto aos fatores que determinam a produtividade.

Fonte: GAZETA DO POVO (2014 c).

De qualquer forma, o incômodo central do texto não está propriamente na crítica estrangeira de que os brasileiros são improdutivos ou de que o Brasil é improdutivo. O mal-estar não está ligado ao trabalho, seja ele ontológico, alienado ou produtivo. O desconforto, mais uma vez, está atrelado ao capital, ou, mais especificamente, à ausência de condições ideais para que ele se reproduza com a velocidade que almeja, haja vista que em nenhum momento emerge qualquer noção de expectativa de melhorias em índices sociais, em qualidade de vida. Quando o texto aborda a questão do nível educacional não se pensa em melhorar a vida as pessoas

que trabalham, mas em aumentar a produtividade, em suma, em fazer crescer o capital.

3.3.5 A improdutividade é a essência

Essa inquietação com a produtividade está ancorada na ideia de que sem ela um país não pode crescer – como se não houvesse limites para o crescimento do PIB – e revela uma espécie de vergonha pelo fato de o país estar sendo acusado de não fazer a lição de casa. Não se cruza a fronteira econômica na discussão sobre produtividade. Sendo uma questão em si mesma, ela revela apenas os interesses do capital, construindo muros em torno de si a fim de que o âmago da questão não seja pronunciado literalmente. O problema é que o Brasil não é produtivo. E não é por quê? Por diversos fatores. Explicam-se os motivos, mas não se fala em por quê, para quê ou para quem é preciso ser produtivo. É como se sobre essas questões, de tão óbvias, não precisassem ser emitidos novos enunciados ou retomadas enunciações para interpretá-las, como se os seus sentidos já estivessem antedados, fora de qualquer tipo de negociação. Assim, o editorial acusa o desconforto, mas não ousa duvidar da questão central da crítica estrangeira: “Pode-se não gostar do conteúdo e da forma como a crítica foi feita pela *The Economist*, mas não dá para ignorar que, na essência, ela está certa” (GAZETA DO POVO, 2014 c).

Essa conclusão pode ser traduzida como mais uma tentativa de silenciar as vozes que se levantam contra a supremacia do capital. Consiste em um monólogo que até aceita ressalvas, mas que, subordinado a uma lógica maior, não pode admitir conversões. O discurso unidirecional do desenvolvimento econômico neoliberal nos diz que, sendo um país improdutivo, só nos resta um caminho a seguir, que é o de retomar o crescimento, tendo no aumento da produtividade um de seus pilares. Essa voz, entretanto, omite que ao fazer isso aprisiona o trabalhador em uma eterna submissão a certo sistema, sugerindo-lhe que nela não há motivos para confrontos, embates, pois o caminho único do aumento constante da produtividade está traçado. “Certo em sua essência”, contra ele “não há como se indignar” (Ibid). Compelindo à docilidade o braço rebelde do trabalho (reduzindo a sua indisciplina), o capital adquire cada vez mais liberdade para se reproduzir. Assim, não há forças nem motivos para lutar contra essa lógica avassaladora, que toma as vozes dos jornais, adentra o

terreno da ideologia do cotidiano, fixa moradia nos lugares mais remotos das consciências. Produzir, produzir, mais e melhor: é preciso trabalhar cada vez mais e cada vez com mais afinco, pois sem aumento na produtividade não há riqueza e é preciso produzir riqueza, o país precisa crescer. Repetida aos montes em diversos canais, a mensagem parte das camadas especulativas do capitalismo e chega a toda cadeia produtiva, do empregado ao gerente, do autônomo ao empresário, hegemonizando a noção de que não há outro caminho senão o do crescimento econômico.

Ao dizer que a crítica está “certa na essência” o editorialista concorda com o que há de principal nas observações trazidas pela *The Economist*. Sendo ela uma porta-voz do discurso neoliberal, também o jornal assume os mesmos valores e posicionamentos defendidos pela revista. Assim, se o brasileiro é improdutivo, se seu país é improdutivo, então precisa urgentemente despertar para a produtividade, adotando, para isso, medidas liberalizantes – tais medidas, explícitas na reportagem, estão subentendidas no editorial da *Gazeta do Povo*.

Em síntese, quando se aprofundam os elementos da crítica, descortina-se uma vez mais os interesses presentes na discussão sobre a produtividade do brasileiro. A voz predominante neste editorial também é a do capital, mesmo que se perceba uma voz autoral mais peculiar. Ao se falar da produtividade do brasileiro, pouco se fala da realidade do trabalhador. Entra-se no âmago da discussão econômica, mas evitam-se discussões sociais. O indivíduo que trabalha mais uma vez é reificado. Aparece no texto como mero exemplo e é caracterizado apenas pelas características que o tornam relevantes para o capital: o motorista de caminhão, o piloto de avião, e não o sujeito que tem uma relação com o seu tempo e espaço, que possui família, que está inserido em uma cultura, que tem no trabalho a fonte da reprodução de sua existência e cuja atividade laboral pode representar para si mais do que uma simples contribuição para o acúmulo de capital alheio.

Estranho também é que o discurso se constrói contraditório, pois se centra na produção, mas critica a política de incentivo à cultura do consumo. Desse modo, é menos reacionário e atrelado ao capital, porém, ao enfatizar a produção, contradiz-se, visto que essa gera cada vez mais consumo. O discurso cai em uma armadilha sem se dar conta disso.

3.4 CARTA CAPITAL

A *Carta Capital* é uma publicação semanal da *Editora Confiança S/A*, que também edita as revistas *Carta na Escola* e *Carta Fundamental* – destinadas a professores do Ensino Médio e Fundamental –, além do anuário *As Empresas Mais Admiradas no Brasil*. Fundada em 1994 pelos jornalistas Mino Carta e Bob Fernandes, a revista se apresenta como “uma alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira” e ressalta o apreço pelo “jornalismo baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que se manifeste” (CARTA CAPITAL, a). A versão impressa tem periodicidade semanal de 65 mil exemplares e a digital já obteve mais de 270 mil *downloads* desde o seu lançamento em 2011 (Ibid.). O semanário, impresso e digital, é organizado em seções que abordam temas ligados à economia, negócios, política, tecnologia, saúde, assuntos internacionais, cultura, gastronomia, entre outros. Cada seção possui diferentes colunistas, o que indica que o semanário investe de forma especial em conteúdo opinativo. A revista possui um *site* na internet que aborda temas semelhantes às versões impressa e digital e que, em novembro de 2014, contabilizava 5,6 milhões visualizações e 2,6 milhões visitantes únicos.

Dos leitores de *Carta Capital*, a maioria são homens (64%) com idade entre 35 e 64 anos (59%) e renda familiar mensal superior a R\$ 7.650,00 (64%). Somando-se os leitores das classes A e B conclui-se que grande parte dos seus leitores (88%) está nos níveis mais elevados da pirâmide social. Também do ponto de vista da escolaridade média, o público leitor destoa da maioria da população brasileira: 82% possuem curso superior completo e 63% têm ou estão cursando pós-graduação, mestrado ou doutorado. Seus principais assuntos de interesse são política nacional (72%), seguidos de política global/mundial (69%) e economia global/mundial (65%) (Ibid).

Fundador, proprietário, diretor de redação e presidente do Conselho Editorial da *Editora Confiança*, o ítalo-brasileiro Demetrio Giuliano Gianni Carta (Mino Carta) é o principal nome da empresa. É ele, por exemplo, que fala em nome do veículo, assinando os seus editoriais. Tem experiência no mercado jornalístico brasileiro. Dirigiu as equipes de criação da *Revista Quatro Rodas*, do *Jornal da Tarde* e da *Revista Veja* e já foi diretor das revistas *Senhor*, *IstoÉ/Senhor* e *IstoÉ*.

No que tange à postura editorial, *Carta Capital* alinha-se ao pensamento de esquerda e, apesar de apontar falhas, equívocos ou omissões do governo, do PT e de seus representantes, demonstra, em diversas ocasiões, apoio aos governos petistas.

Na missão da *Editora Confiança*, de forma diferente das demais empresas jornalísticas cujos textos compõem o *corpus* deste estudo, aparece uma preocupação com os leitores ao passo em que são omitidos aspectos relacionados a relações comerciais ou mercadológicas: “Produzir por meio de suas publicações um jornalismo independente, que respeite a verdade factual, fomente o espírito crítico e contribua para o crescimento intelectual do maior número possível de indivíduos” (EDITORA CONFIANÇA, 2015). Sua visão empresarial dialoga com a noção de emancipação social: “Um povo bem informado é um povo consciente da cidadania”. E nos valores, destacam-se o respeito à individualidade, diversidade, à língua e à cultura.

A revista se esforça em demonstrar essas posições aos leitores e anunciantes, no intuito de agregar valor ao produto jornalístico (CARTA CAPITAL, 2015 a):

Qualidade é indispensável quando o objetivo é respeitar a audiência, na exposição da verdade factual, na fiscalização isenta do poder e na melhor lida com o vernáculo, diariamente aviltado por quem não sabe entender que jornalismo é uma forma importante e desafiadora de literatura. E no exercício do espírito crítico como motivador de vida inteligente. Nada disso resulta na intenção de impor ideias, e sim de estimular o espírito crítico dos próprios leitores na elaboração de opiniões independentes, do pensamento nosso ou de quem quer que seja.

A revista publica regularmente reportagens do semanário britânico *The Observer*, um dos mais tradicionais do Reino Unido (Ibid). Em parceria comercial semelhante, de 2008 a 2014, *Carta Capital* foi republicadora exclusiva do conteúdo da *The Economist* no Brasil, apesar da nítida discrepância ideológica entre as duas (CARTA CAPITAL, b). Mesmo assim, em vídeo produzido pela equipe da revista, com o objetivo de analisar a reportagem “50 anos de Soneca”, Mino Carta afirma que o acordo entre as duas publicações não configura conflito de interesses.

Não há conflito algum, porque o nosso acordo com a *Economist* não nos obriga a achá-los “Deus na terra”. [...] Nós, claramente, somos contra o neoliberalismo. Na nossa opinião, o neoliberalismo é o mal. É o próprio demônio, aliás. Dizia um frade capuchinho na semana santa em Roma, falando em frente ao papa, que aprovava essa avaliação. O problema do mundo é o dinheiro, segundo o capuchinho. Nós não somos a favor do neoliberalismo enquanto a *Economist* o apoia irrestritamente, me parece. Agora, não é a

primeira vez que nós não concordamos com eles. Frequentemente não concordamos. Mas reconhecemos que a *Economist* é uma revista excepcional, provavelmente a mais importante do mundo, aquela que surge sobre as mesas dos senhores do mundo, políticos, empresários, banqueiros, o diabo a quatro, na manhã de segunda-feira. Mesmo no Brasil, os senhores do poder leem a *Economist*. Fazem questão de lê-la. Então, não negamos a qualidade da revista, mas podemos não concordar com certas posições dela. Isso, a mim, me deixa absolutamente tranquilo (CARTA, 2014 a).

A crítica de Mino Carta ao neoliberalismo está presente em muitos de seus textos, inclusive no editorial de sua autoria escolhido para compor este *corpus*, como veremos na sequência. Para ele, o neoliberalismo é o responsável pela crise econômica internacional deste início de século e pelo aprofundamento das disparidades entre “quem tem alguma coisa, ou tem demais, e os que não têm coisa alguma” (Ibid.). Nesse sentido, por ora, sem entrar em uma discussão sobre a sinceridade presente neste posicionamento ideológico, cabe ressaltar que ele, na prática, configura-se em uma espécie de diferenciação de mercado. No Brasil, são poucos os veículos de circulação paga que assumem explicitamente uma visão político-ideológica e, mais raros ainda, são os que assumem uma postura esquerdista.

De qualquer forma, mesmo privilegiando discursos que condenam a radicalização capitalista preconizada pelo neoliberalismo, *Carta Capital* não consegue se livrar dos limites erguidos pelo capitalismo e acaba se movimentando no âmbito da lógica erigida por ele. Até pode apontar as falhas e distorções infraestruturais, mas mantém intacta a lógica mercadológica que possibilita a sua existência e, nesse sentido, não escapa de uma contradição diária, que é a de advogar pela superação de algo que a beneficia comercialmente. Em que pesem as peculiaridades já relatadas, a diferença dela para os demais veículos de comunicação comerciais é o teor da mensagem que propaga, pois o seu modelo de negócio é o mesmo das demais empresas da indústria cultural – dupla captação de receitas pela venda de conteúdo jornalístico e veiculação de mensagens publicitárias. Assim, mesmo mantendo a postura crítica “na fiscalização isenta do poder”, ela também acaba dando sua contribuição ao capitalismo.

3.4.1 Casa-grande e senzala: país de exploradores e explorados

Em 25 de abril, quase uma semana após a publicação da reportagem da *The Economist*, a revista *Carta Capital* se manifestou sobre as críticas feitas pelo

periódico britânico em um editorial de tom impessoal e narrador em primeira pessoa (CARTA, 2014 *b*). Quem expõe a opinião em nome do veículo é o fundador da revista, Mino Carta. Nos parágrafos iniciais, ao contrário dos demais textos analisados até aqui, logo se percebem inferências que demonstram simpatia ao governo. Corrigindo dados publicados no mesmo espaço em edições anteriores, o autor atribui aos governos recentes do PT o mérito pela redução da desigualdade social. No entanto, pondera que, mesmo tendo melhorado neste aspecto, o país continua sendo muito desigual.

Tal comentário, que serve de premissa para a análise da crítica estrangeira, é feito por meio do resgate de uma imagem que remonta ao período escravagista: “Nem por isso, a casa-grande e a senzala foram demolidas”. Sendo a casa-grande o local do latifúndio utilizado como residência do senhor de engenho, cercado de escravos para lhe servir em todos os sentidos imagináveis, e a senzala o lugar no qual ficava confinado, em situação precária, o conjunto dos escravos, o uso dessa metáfora tem a função de evidenciar que na composição social brasileira há um abismo entre exploradores e explorados que ainda não foi abolido. Assim, recupera-se um discurso de longa duração, sobretudo fazendo alusão à obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 2003), um clássico interpretativo do Brasil, ressaltando, desse modo, que o país é composto por uma sociedade muito desigual e há que se levar em conta essa historicidade negativa para se propor soluções. Para o editorialista, é sobre esta sociedade que a crítica britânica tenta interferir, abordando-a por meio de um relato repleto de preconceitos, banalidades, paixões neoliberais e até mesmo injustiças. Nesse sentido, reconhece o autor que a forma e o conteúdo da reportagem podem ofender o brio dos leitores, mas não é esta, entretanto, a sua própria reação. Aparentemente de forma proposital, demonstrando desdém para a crítica, sua atividade responsiva limita-se a cinco “objeções”, que, em seu conjunto, desqualificam o texto e o seu autor, ressaltando o contexto da enunciação e a imprecisão da noção de preguiça enquanto defeito nato do brasileiro.

3.4.2 O tom e a postura de desqualificação analítica

O editorialista diz que o tom da reportagem da *The Economist* é equivalente ao do “[...] elegante colonizador colhido no alpendre de sua casa-grande no momen-

to de se servir do chá das 5 (cinco) enquanto encara o mundo luxuriante ao seu redor, habitado por selvagens” (CARTA, 2014). Mais do que isto, o editorial também anota uma provável posição axiológica do repórter da publicação estrangeira: “Seu olhar oscila entre o desprezo e a condescendência irônica”. Com essas duas frases, ele retrata um autor caricatural, que, sendo de cultura diferente, impõe-se pela soberba, no afã de demarcar verticalmente o território, alçando a si mesmo ao topo e se distanciando dos “selvagens” nativos que estão abaixo. Porém, entre esses dois pólos, há ainda algum tipo de comunicação, uma vez que se percebe certa condescendência. A tolerância colonizadora reside no fato de o prescritor se dar ao trabalho de revelar aos nativos os segredos do crescimento. Já a ironia dessa condescendência diz respeito ao desencaixe entre o que se diz e o que se espera, uma vez que o que está sendo dito não corresponderia aos reais anseios de quem fala.

Em suma, com essa observação, o editorial insinua que *The Economist* não quer que o trabalhador brasileiro produza mais para que o Brasil cresça mais e, com isso, linear e diretamente, tudo melhor, como afirma, cotidianamente, o senso comum. Há um anseio oculto, alinhado aos interesses do capital, na afirmação de que o brasileiro produz pouco e, por isso, deveria estar produzindo mais: o desejo de, cada vez mais, aumentar o ritmo de reprodução do capital mesmo que isso signifique, e geralmente significa, uma exploração mais contundente do trabalho e da tecnologia. Nessa perspectiva, ficam obliterados dessa discussão qualquer outro sentido possível, qualquer dimensão que desloque o foco do acúmulo constante e crescente de riqueza por parte de poucos.

A segunda objeção do editorial tenta desconstruir a soberba estrangeira, atacando o autor: diz-se que o seu texto é ruim, muito diferente do bom padrão textual pelo qual, historicamente, *The Economist* é reconhecida. Assim, ao contrário da tradição literária inglesa, que prima pelo “senso de humor, fluência e imaginação impecáveis”, a reportagem é sofrível, com a frequência do “lugar-comum, do clichê e do estereótipo” (Ibid).

Ao minimizar o efeito causado em si pelo texto e, posteriormente, comparar seu autor à imagem do soberbo colonizador inglês, uma figura que, ainda por cima não escreve bem, o editorialista está iniciando a construção de um enunciado voltado à desqualificação da reportagem pela sua forma e também por seu conteúdo. Tal desqualificação é ampliada nas demais objeções, que questionam a posição a partir da qual verdadeiramente são emitidos certos enunciados, mas o padrão argumenta-

tivo é o mesmo: desqualificar para enfraquecer a crítica de outrem e, com isso, abrir caminho para que, aparentemente, emergja outro discurso.

3.4.3 Fundo político: a imprensa e o neoliberalismo

Embora de forma rápida e sem referências a passagens específicas da reportagem da *The Economist*, e diferentemente dos editoriais da *Folha de S. Paulo* e da *Gazeta do Povo*, *Carta Capital* cita a questão político-partidária que permeia a crítica sobre a produtividade do brasileiro. Segundo este editorial, a publicação britânica faz parte de uma corrente do jornalismo internacional “dedicada a sustentar impavidamente as práticas neoliberais” (Ibid). Mino Carta se posiciona contrariamente a esse ideário, acusando-o de ser responsável pelo enriquecimento de poucos e pelo empobrecimento dos demais. Diz ele que os integrantes dessa corrente midiática monitoram de forma ávida a economia brasileira. Atentas às ações governamentais, essas instituições, na perspectiva do editorial, tratam os governos petistas como se fossem socialistas à “moda antiga” (e, conseqüentemente, inconfiáveis). O editorial cita a própria *The Economist* como exemplo, lembrando o episódio em que ela solicitou a demissão do ministro da Fazenda (ver seção 3.1).

Nessa passagem, evidencia-se, novamente, a simpatia da publicação com o governo. O texto estabelece uma fronteira entre o quê “eles” dizem e o quê “nós” dizemos. Eles, a “tigrada” que sofregamente monitora a economia brasileira, corrente do jornalismo internacional que possui uma publicação (*The Economist*) “metida além da conta”, são colocados em oposição a um terceiro, os governos petistas (que recebem a simpatia do editorialista), responsáveis pelos passos à frente dados pelo país. Até este ponto do editorial, o leitor espera que, nos próximos enunciados, emergja uma defesa contundente do governo ou uma crítica mais forte a quem se contrapõe a ele com base no neoliberalismo. O que se segue, entretanto, são outros comentários ao contexto imediato que cerca a reportagem “50 anos de soneca”.

3.4.5 Contradições

No sexto parágrafo, surge um breve comentário sobre uma “relevante contradição” que estaria presente no texto da *The Economist*. Ele se fundamenta na

ideia de que, devido aos juros altos, o Brasil é internacionalmente reconhecido pelos especuladores como um ótimo lugar para ganhar dinheiro. Nesse sentido, seria contraditório, então, clamar pelo incremento na produtividade brasileira, uma vez que o ambiente, favorável ao capital especulativo (neoliberal), poderia perder a atratividade.

Recordo de uma frase de Delfim Neto pronunciada recentemente ao debater com Paul Krugman durante um evento promovido por *Carta Capital*. Disse ele que, para os especuladores (repito e sublinho, especuladores) internacionais, só a Santa Casa de Misericórdia é melhor do que o Brasil, com seus fantásticos juros. E não equivaleria este aspecto a uma poderosa mão na roda do neoliberalismo? (CARTA, 2014).

Esse enunciado parte da premissa de que os maiores defensores do neoliberalismo são investidores, agentes que aferem lucros a partir das oscilações do mercado. Sendo assim, se a conjuntura brasileira é benéfica ao capital internacional por que, então, atacá-la? A dúvida remete à noção político-ideológica do discurso. Se o governo é inconfiável, é preciso opor-se a ele, mesmo que isso contrarie interesses imediatos. Dessa forma, o embate discursivo tem referentes de ordem financeira (material), política (eleitoral) e ideológica – socialismo contra capitalismo ou, para parecer menos anacrônico, esquerda *versus* direita.

Esse embate se materializa nas laudas dos veículos de comunicação, muitos, ainda, sob a ideia de busca e de publicitação da imparcialidade⁵⁴. A língua é neutra, mas a linguagem, a forma pela qual os indivíduos recebem e utilizam as palavras, não. Há intenções discursivas. As palavras são usadas por algum motivo. Também nos enunciados de reportagens ou editoriais são empregadas de maneira a dar forma a propósitos específicos. Mesmo as enunciações cotidianas, banais, estão repletas de intencionalidades. Na perspectiva de quem fala, defender algo que, aparentemente, é contrário ao seu próprio interesse imediato, pode não ser algo contraditório, na medida em que a tese principal se agiganta perante a possíveis ganhos de curto prazo. Em síntese, para o argumento neoliberal, mais importante que continuar lucrando com os juros altos no Brasil em curto prazo é se livrar dos governos petistas, vistos como inimigos do capital. Essa medida é necessária para retornar o país aos trilhos do ideário neoliberal e garantir ganhos maiores em longo prazo.

⁵⁴ A noção de que, sendo imparcial, este veículo teria a capacidade de retratar a realidade “sem pender” para nenhum lado específico, ou seja, a concepção de que seria possível retratar essa realidade de uma forma próximo ao que ela de fato “é”.

Apesar de claramente caminhar nesse sentido, possibilitando os signos necessários para raciocínios como este, o editorial da *Carta Capital*, voltado ao texto e a quem o escreveu, livra *The Economist*, de maneira institucional, de comentários depreciativos.

3.4.6 A questão da preguiça: ontologiedades

A última observação do editorial da *Carta Capital* sobre a reportagem da *The Economist* diz respeito à suposta preguiça do brasileiro, indicando que seria este o ponto central da crítica britânica – avaliação que não coincide com a deste estudo, que considera o objetivo principal da enunciação estrangeira defender os interesses do capital, usando, para isso, a imagem do brasileiro improdutivo como um meio e não como um fim. De qualquer forma, no texto assinado por Mino Carta o mal-estar é gerado pela alusão à suposta preguiça brasileira.

A acusação é a de que “somos todos preguiçosos”, resume o editorial, que questiona o caráter intrínseco da preguiça, “pecado capital” que, inclusive, não seria “inerente à natureza humana” (CARTA, 2014). Nesse sentido, para o editorialista, além de inexato, tal disparo consiste em uma injustiça. Dessa forma, ele se contrapõe à ideia de que os brasileiros seriam preguiçosos.

Ao negar a preguiça enquanto traço cultural do brasileiro seria coerente questionar o interlocutor a respeito da vontade de verdade presente nesse tipo de afirmação – tal postura faria sentido, haja vista a linha argumentativa do editorial – ou aprofundar a própria noção de preguiça, mas não é o que ocorre.

O que segue surpreende pelo fato de constituir um aceite desse aspecto da crítica, primeiramente pela incerteza demonstrada acerca da exatidão ou inexatidão da análise estrangeira. Ao titubear nesse ponto, o editorialista admite que ela pode ser verídica, ao menos em parte. De qualquer forma, o caminho escolhido foi o de elencar explicações possíveis. Duas foram utilizadas. Uma é estritamente biológica: falta de proteínas – ou de energia, de força, ou seja, de um aspecto vinculado à segurança alimentar e nutricional. A outra dialoga com aspectos subjetivos ou psicológicos: a falta de motivação. Chanceladas por um olhar histórico, revelado pela frase “no país da casa-grande e da senzala, ocorrência que tais foram e são fortemente prováveis” (Ibid.), ambas as hipóteses admitem a ideia de que, sim, talvez o brasilei-

ro seja preguiçoso, não trabalhe tanto, seja por conta da fome, da má-alimentação (“falta de proteínas”) ou por aspecto psicológico-motivacional, a naturalização de um possível boicote intencional ao ato laborativo, por parte de um ser escravizado, consagrado ao trabalho obrigatório. E é aí que se percebe o início do declínio de um posicionamento que, inicialmente, parecia brotar de uma concepção emancipadora, mas que, ao final, permaneceu no campo da submissão proposta pelo colonizador.

Aqui, *Carta Capital* destaca o valor do trabalho, atividade incontestável e que traz benefícios para quem o exerce. Demonstra o editorial que está concernente com a questão da produtividade do trabalhador. Também recupera um discurso de longa data, que remete aos primeiros escritos portugueses sobre os índios⁵⁵, textos que retratam a imagem de nativos pouco afeitos ao trabalho. Em nenhum momento questiona a centralidade unívoca e unidimensional do trabalho como atividade ontológica exclusiva.

Atribuir ao trabalho um aspecto não apenas central, intransponível, mas fundante do ser social é uma forma de pensar recorrente. Desde a Antiguidade podem ser encontrados diferentes registros de exaltações ao trabalho, como os bíblicos e os helênicos. Em Hesíodo (600 a.C), por exemplo, a atividade laborativa é retratada como sagrada, uma oferenda aos deuses, um agir que concedia ao homem a dignidade existencial. Mais que um meio de se conseguir riqueza, esse esforço despendido no fazer cotidiano, tal qual a atividade da classe guerreira, era visto como motivo de orgulho para quem trabalha, enquanto o ato de não trabalhar era considerado aviltante e causa de vergonha (BITTENCOURT, 2010).

Em uma abordagem moderna, no âmbito da teoria crítica materialista, o trabalho também é categoria central. Engels (1977) o aborda como uma espécie de elo entre o ser biológico (“o macaco”) e o social (“o homem”). Essa noção é aprofundada por Lucáks (2013), que ressalta e estrutura teoricamente o caráter ontológico do trabalho, que, em um longo processo histórico, teria possibilitado o salto do ser biológico para o social. Em ambas as conceituações, a ideia central é a de que não apenas o desenvolvimento social, mas a própria evolução biológica humana está relacionada ao trabalho. Engels (1977, p. 63) chega a indicar que seria o trabalho o criador do homem. Inspirado na teoria da evolução das espécies de Darwin (2003), ele defende que a mão humana foi aperfeiçoada pelo trabalho por centenas de milhares de anos,

⁵⁵ Ver nota de rodapé n.7 (p. 14).

de modo que ela não é apenas o órgão do trabalho, mas produto deste. Sua abordagem pressupõe o trabalho como um mediador da solidariedade humana e também como o originador da linguagem. Fator aglutinador, além de estar fundido com uma concepção de técnica ou tecnologia, direcionada para a produção de artefatos e para o domínio da natureza, o trabalho, para Engels (Ibid.), seria o responsável pelo predomínio humano sobre as demais espécies, ao mesmo tempo em que forja novas configurações biológicas e sociais. De seu relato, extrai-se que do trabalho, e com a linguagem, vieram o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos demais sentidos. Em síntese, só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica-a e a obriga a servir-lhe, dominando-a – dominação que se estende, inclusive, a seus próprios semelhantes. Engels (Ibid.) acreditava que, devido aos avanços das ciências naturais, os homens estavam, cada vez mais, capazes de prever e de controlar as consequências naturais de seus atos de produção, mas já apontava para a necessidade de uma revolução que transformasse por completo os modos de produção existentes e, com isso, a ordem social vigente, prefaciando a discussão sobre as consequências do trabalho no modo de produção capitalista e tangenciando algumas noções marxianas, como a acumulação de capital, a luta de classes, a exploração do trabalho alheio, entre outras. De qualquer forma, o que se destaca em seu relato é a perspectiva do trabalho enquanto constituidor do homem:

[...] é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropoides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos. O número e a disposição geral dos ossos e dos músculos são os mesmos no macaco e no homem, mas a mão do selvagem mais primitivo é capaz de executar centenas de operações que não podem ser realizadas pela mão de nenhum macaco. Nenhuma mão simiesca construiu jamais um machado de pedra, por mais tosco que fosse. [...] Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (ENGELS, 1977, p. 64).

Também Lukács (2013) parte da análise do trabalho para fundamentar sua ontologia do ser social, que, tal qual os seres orgânicos superiores, tem origem na natureza inorgânica, mas, ao contrário de todos os demais seres, possui especifici-

dades marcantes, sendo o salto da vida orgânica para a social, cientificamente impossível de ser comprovado, a principal delas. Para Lukács (Ibid.), é crucial a explicação do salto ontológico do ser biológico para o social a partir do trabalho, pois somente o ser social trabalha. Os animais, por sua vez, por mais que se assemelhem à ação humana, como formigas e abelhas, por exemplo, apenas mantêm e reproduzem a espécie, utilizando-se das possibilidades oferecidas pela natureza. O homem, ao contrário, não apenas se adapta à natureza, mas também a transforma – e faz isso por meio de processos que surgem da análise do objeto a ser trabalhado, dos recursos disponíveis para o desenvolvimento e realização do fim inicialmente proposto. O homem se aproxima e conhece, sistematicamente, o funcionamento da natureza. O trabalho humano, ao contrário da ação animal, é dotado de um pôr teleológico, uma meta a ser atingida, fins com meios previstos. Em resumo, para Lukács (Ibid.), não há trabalho sem um “pôr” e o ser social se torna autônomo pela realização de seus pores teleológicos, ou seja, pelo trabalho. Entretanto, a *práxis* humana não altera as leis naturais, mas, sim, modifica as coisas que se subordinam ao pôr teleológico que as determina. O que caracteriza o ser social é a sua capacidade de idealização, de realização teleológica, forma pela qual consegue modificar a natureza e também a si próprio. Assim, o trabalho constitui-se como categoria crucial para a ontologia humana, é a protoforma do ser social:

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da socialidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. [...] No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. (LUKÁCS, 2013 p. 44).

Tanto em Engels (1977) quanto em Lukács (2013) o trabalho é positivamente central, assumindo um papel fundamental na sociabilidade e na conquista da autonomia. São concepções que distanciam o trabalho da noção capitalista de geração

de valores de troca (acúmulo de trabalho – trabalho morto). Pelo contrário, resgata o caráter de trabalho enquanto fazer humano gerador de valores de uso, de manutenção e reprodução da vida, de trabalho vivo, gerador do ser social. Em outras palavras, nesse raciocínio, não se discute o aspecto nefasto que o trabalho, dominado pelo capital, passou a apresentar de forma acentuada a partir do advento da modernidade.

3.4.7 Anotações corretas: a declaração de aceite

A conclusão do editorial de *Carta Capital* retoma a ideia preliminarmente apresentada no subtítulo. Apesar do embate ideológico, das críticas ao estilo e ao tom do texto, de reprovar preconceitos embutidos na argumentação estrangeira e também de alertar sobre interesses políticos e econômicos que ampararam as enunciações da revista britânica, o editorialista admite que ela tece “anotações corretas” no que tange à exposição de certas características nativas (Ibid). Isso equivale a dizer que, tal qual foi explicitado no editorial da *Gazeta do Povo*, a análise da *The Economist* estaria certa na essência. Tal reconhecimento por parte da *Carta Capital* vem seguido de um lamento, um “infelizmente”, indicação de que o autor preferiria não precisar fazer esse tipo de afirmação.

As duas linhas em que o raciocínio do editorial é fechado surpreendem devido à expectativa criada ao longo de todo o restante da argumentação. O jornalista desqualifica o colega britânico, que, por política da publicação estrangeira, não é identificado, satiriza a postura enunciativa e a qualidade do texto, dizendo que ele destoa da tradição do periódico que caminha para o bicentenário de sua fundação, limitando-se a fazer observações com potencial de embasamento de uma crítica mais contundente, mas que acaba por se intimidar, sugerindo algum tipo de conivência analítica ou até mesmo submissão.

Nesse sentido, se o tom adotado pelo jornalista estrangeiro é o do “elegante colonizador colhido no alpendre de sua casa-grande no momento de se servir do chá das 5 (cinco) enquanto encara o mundo luxuriante ao seu redor, habitado por selvagens”, o adotado por *Carta Capital* se assemelha ao do investigador que, tragando o seu charuto, está prestes a anunciar o mistério da trama, mas, tendo o descoberto, satisfaz-se em apresentar as provas, sem, no entanto, dar o veredicto final,

sem concluir o caso, sem se manifestar abertamente. Os demais personagens sabem sua posição, todos esperam que ele diga, cria-se o suspense na sala de reuniões, mas ele demonstra não poder concluir da forma como gostaria, indicando o limite do próprio discurso.

Dois motivos explicariam a omissão: puro desdém pela crítica alheia ou algum outro tipo de impedimento, seja este de ordem moral, ética ou comercial. De qualquer forma, dados os posicionamentos ideológicos e axiológicos publicamente antagônicos de ambas as publicações, resta ao leitor a dúvida: sendo o neoliberalismo o mal em pessoa na opinião do editorialista, para ele *The Economist* teria acertado na crítica à improdutividade por estar com a razão?

Carta Capital se apresenta como uma voz crítica ao capitalismo e, de forma contundente, ao neoliberalismo. Sua visão de mundo opõe-se aos valores defendidos pela *The Economist* e, nesse sentido, seria de se esperar que ambas fossem rivais, do ponto de vista editorial, e não parceiras comerciais. O contrato firmado entre ambas reforça a noção de que até mesmo os que criticam a supremacia do capital estão totalmente imersos em sua lógica.

Por não aprofundar a crítica e por acabar reforçando os argumentos da *The Economist*, *Carta Capital* a valida e indica que, sim, o Brasil é improdutivo e, se quiser continuar crescendo, de fato precisará enfrentar a questão da produtividade, mesmo que isso represente uma pressão maior sobre o trabalho e o trabalhador. Mais uma vez, não se questiona a unidirecionalidade desse pensamento. Mesmo com as ressalvas feitas, não se questiona a premissa do crescimento contínuo e, pior ainda, defende-se a noção equivocada de que a preguiça brasileira seria, provavelmente, um traço histórico-cultural. Aqui, percebe-se com nitidez um discurso culturalista de longa data ressurgir e ser reforçado. Dos primeiros colonizadores europeus até a contemporaneidade, esse discurso tem sido acionado para interpretar e definir o brasileiro. A preguiça, o ócio, a improdutividade são quase que inatos: explicam e identificam o brasileiro. Esse discurso é reforçado tanto na ideologia do cotidiano quanto nas ideologias cristalizadas.

Carta Capital entra em embate com o texto da *The Economist* no campo do suposto inimigo e sai perdendo. Seu editorial poderia ter proposto uma mudança de foco, aprofundado a essência da discussão, aberto novos flancos para a percepção do objeto, mas continuou o debate sobre a produtividade e a preguiça, utilizando apenas as lentes da produção contínua e da acumulação. Com isso, legitimou um

discurso contra o qual diz se opor e cuja reprodução favorece o capital em detrimento do trabalho e do trabalhador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem é o terreno da vida humana onde se materializam as lutas de classes. Por meio da fala, da escrita, das diferentes formas de manifestação humana, como demonstrou este estudo, é possível avistar os posicionamentos dos sujeitos. Estes não usam a língua somente enquanto um conjunto restrito e fechado de significados, mas para se relacionar entre si de forma dinâmica no tempo e no espaço. Uma análise dialógica do discurso é um exercício de compreensão desses sujeitos e do que significam o que dizem, escrevem, expressam. Seus manifestos são carregados de palavras próprias, mas que também pertencem a outros. A inexistência de propriedade privada no campo da linguagem direciona o analista do discurso a procurar, na palavra que é comum a uma coletividade, os direcionamentos dos enunciados, suas intenções, vontades, características que não estão ocultas no discurso e que se apresentam na medida em que transcorre o diálogo. Pensar em linguagem é também pensar em poder. Como afirma Foucault (2012), os discursos são repletos dele, são o bem que se deseja. A fala de cada indivíduo é permeada por diferentes relações e noções de poder. Nesse sentido, os enunciados transmitidos pelos veículos de comunicação se revestem de especial importância e complexidade, não apenas por representarem ou fazerem ecoar a voz das elites, mas por interferirem na materialidade da vida cotidiana, incorporando-se às vozes populares, modificando-as, ao passo em que também são modificados por elas e pelas demais enunciações interligadas pelo diálogo, seja este amistoso ou bélico.

Nesse contexto, o jornalismo, entendido como mecanismo de produção de conhecimentos, de circulação de discursos, ao ser vislumbrado por um olhar bakhtiniano, mostra-se uma tecnologia peculiar e dinâmica de se lidar com a materialidade do cotidiano por meio da linguagem. Ele é um conjunto dialógico e técnico crucial para o entendimento das sociedades contemporâneas que não pode ser confinado hermeticamente em uma teoria com começo, meio e fim. Está, também, em transformação. Por isso, compreender dialogicamente as mensagens dos veículos de comunicação implica considerar as condições imediatas de geração e circulação de determinados enunciados. Não basta considerar apenas a mensagem ou só o emissor, ou, ainda, somente o contexto, mas tudo isso ao mesmo tempo, bem como os demais interlocutores, ideologias, projetos políticos, interesses, enfim, toda a com-

plexidade que se materializa no cotidiano retratado, vivido e influenciado pelo jornalismo.

Um passo inicial para a apreensão dos discursos mediados pelos veículos de comunicação é investigar esses “indivíduos” de linguagem enquanto “sujeitos” do discurso, verificar a sua posição axiológica. Cada um deles tem uma orientação específica com relação a determinados temas ou ideias. Possuem preferências políticas, ideológicas, metas econômicas, e por mais que em algumas situações sua atuação possa negar interesses particulares, seu agir no mundo legitima ou fortalece aquilo tudo que mais lhes favorece, sem, é claro, livrar-se das contradições imanentes à linguagem e à técnica jornalística. Sobre o jornalismo não podem ser formuladas definições maniqueístas, pois nenhum veículo de comunicação é, por exemplo, totalmente neoliberal ou completamente socialista, totalmente progressista ou completamente conservador, etc. Em síntese, compreender as diferentes nuances de um produto jornalístico exige uma leitura contextualizada.

Nesse aspecto, o editorial pode ser entendido como uma porta de entrada para a compreensão das construções discursivas de um veículo de comunicação. Sendo ele o gênero relativamente estável do discurso em que são explicitadas, de forma institucionalizada, as visões do empreendimento jornalístico sobre os mais variados temas, sua leitura propicia um entendimento privilegiado das diferentes matrizes discursivas que permeiam os demais gêneros jornalísticos. Daí a sua importância estratégica para o diálogo a ser travado na leitura de qualquer jornal, revista, etc.

No que tange ao *corpus* da pesquisa, a análise dialógica mostrou que os editoriais brasileiros não emitiram enunciações contrárias à tese defendida por *The Economist* – a noção, de longa data, de que o Brasil e seus trabalhadores são (somos) “gloriosamente” improdutivos. Ao se posicionar a favor do capital – ou se mostrar impedido de efetuar uma crítica mais contundente, como é o caso da *Carta Capital* – as publicações brasileiras analisadas assimilaram a crítica estrangeira, tornando-a positiva, isto é, orientando, a partir dela, seus discursos em direção ao caminho apontado justamente por quem acusava essa suposta característica nativa. Além disso, os veículos brasileiros compartilharam com *The Economist* um sentido restrito do conceito de “trabalhador” – subentendido como um assujeitado, mera peça de uma engrenagem da qual se precisa extrair mais produção. Ficou evidente, também, o tom monológico que perpassa esses textos, a vontade de sobreposição

de uma voz sobre outras – nesse aspecto, os textos de *The Economist* e *Folha de S. Paulo* foram os que tiveram tom monológico mais forte, sendo que na *Gazeta do Povo* e *Carta Capital* essa necessidade de se firmar sobre o discurso alheio é menor.

Outro sentido compartilhado entre todos os textos do *corpus* foi o entendimento do conceito de produtividade, que remeteu à noção, dada pelo capital, de *superávit* de trabalho, de acúmulo de trabalho alheio, de sobreposições de trabalho morto. A produtividade, neste caso, está orientada para a lógica da acumulação de riquezas para poucos à custa da exploração de muitos. Quando se diz, então, que o trabalhador brasileiro ou que o Brasil é improdutivo, está se fazendo alusão à ideia de que ambos (país e trabalhador) deveriam produzir mais. Eles até produzem, mas pouco⁵⁶. Em síntese, aqui, improdutivo é quem poderia gerar ainda mais lucro (contribuindo, assim, de forma mais efetiva para a reprodução do capital).

Além disso, em nenhum momento a utilização do coeficiente de produtividade (o PIB dividido pelo número de trabalhadores) para medir a intensidade ou a quantidade de trabalho de uma população economicamente ativa foi problematizada. Ao se analisar outros dados sobre a produtividade⁵⁷, percebe-se que essa fórmula está longe de oferecer uma imagem verosímil a respeito da realidade laborativa do brasileiro. Fica evidente que, de forma geral, apesar de todas as camadas discursivas e culturais que pesam sobre o tema, o brasileiro trabalha muito, seja em termos de jornada ou no que diz respeito à intensidade laboral – isso, sem falar na dimensão do trabalho imaterial, no tempo em que se trabalha fora do horário de expediente, por meio das tecnologias da informação e comunicação e da telefonia móvel ou nos longuíssimos deslocamentos casa-trabalho e trabalho-casa. Nesses termos, seria crível defender que o brasileiro é gloriosamente improdutivo? Em diferentes momentos, este estudo demonstra que não.

O discurso sobre a improdutividade do brasileiro, tal qual ele está estruturado nos textos do *corpus* desta pesquisa, serve mais para militar pelos interesses do capital do que para retratar um aspecto objetivo da realidade material. Tal denúncia é importante, haja vista que esses enunciados não se restringem aos textos que

⁵⁶ Essa visão desconsidera a formulação marxiana de “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”. Para MARX (1975), trabalhador produtivo é aquele que produz diretamente mais-valia – como, por exemplo, o proletariado fabril. Já os improdutivos são aqueles cujo trabalho é consumido como valor de uso e não como criador de valor de troca. “Eles pertencem a ‘aqueles falsos custos e despesas inúteis’, os quais são entretanto, absolutamente vitais para a sobrevivência do sistema” (MÉSZAROS, apud ANTUNES, 1999).

⁵⁷ Ver item 3.1.7, p. 87.

compõem o *corpus*, mas permanecem em circulação, influenciando as ideologias cristalizadas e também a do cotidiano.

A produtividade do trabalho é um tema caro ao capital e sua mensuração tem ganhado força no âmbito da ideologia neoliberal, pois ao reduzir custos com a redução do número de trabalhadores formais, bem como com a terceirização ou precarização, o capital precisa compensar a redução do número de trabalhadores com o aumento da intensidade da atividade laboral, visando não apenas à manutenção dos patamares anteriores de lucratividade, mas, crescentemente, superando-os.

Se a emergência da agenda neoliberal explica o interesse midiático pela improdutividade do brasileiro, um questionamento a ser feito é o seguinte: por que, no Brasil, essa agenda volta a se impor agora, na segunda década do século XXI? E por que a imprensa, estrangeira e nacional, reverbera essas teses e prescrições, considerando-as praticamente irrefutáveis (afinal de contas, “contra as verdades macroeconômicas não há como se indignar, sendo preciso transformar indignação em brio...”) ? Resposta precisa não é tão evidente, e também não corresponde aos objetivos desta pesquisa, sendo necessárias outras investigações que possibilitem afirmações mais apropriadas, mas há indicações de que a “chave” dessa questão perpassa a disputa pelo controle do estado, o mediador das relações entre capital e trabalho.

É nítido o antipetismo contido nas enunciações dos periódicos analisados – com exceção de *Carta Capital*. Produzidos e publicados em meados de 2014, às vésperas da eleição presidencial e da Copa do Mundo, a maior parte dos textos do *corpus* desta pesquisa flertavam com a possibilidade de interrupção da era petista. A conjuntura era de acirrada disputa política e se fortalecia uma polarização entre as ideias de continuidade – dos governos petistas, das políticas sociais, das posições macroeconômicas keynesianas – e de mudança (de revisão do papel do estado, de encerramento da hegemonia político-eleitoral do PT). Diferentes análises e comentários a respeito da eficiência e da competência brasileira eram publicados pela imprensa brasileira e internacional. Questionava-se a capacidade do país de realizar a copa – questionava-se, inclusive, a realização do evento⁵⁸. Dizia-se que os aeroportos não funcionariam, as estradas estariam ruins, as obras não ficariam prontas a

⁵⁸ O bordão “imagina na copa” ficou famoso nessa época, reproduzido aos borbotões, ora para criticar o governo, ora para questionar a capacidade brasileira e, até mesmo, para satirizar a postura dos chamados “pessimistas”. A discussão virou, até, tema de música sertaneja (SOROCABA; NOGUEIRA, 2013).

tempo, que a corrupção levaria para o ralo qualquer um dos esperados legados materiais que o evento poderia trazer, etc. Essa atmosfera parecia ter relação com o clima iniciado pela onda de grandes protestos realizados em todo o país no ano de 2013. Inicialmente, essas manifestações questionavam os aumentos nas tarifas do transporte público e logo depois, incentivadas por boa parte da mídia brasileira, abarcaram pautas mais genéricas e abrangentes, sendo tomadas por grupos de oposição ao governo. O terreno era fértil para o fortalecimento do ideário neoliberal, dessa vez, inclusive, com apoio popular. Toda essa organização discursiva e política evidenciava o apetite cada vez maior do capital pelo estado.

Não que o primeiro já não estivesse usurpando o segundo, mas abrir de vez as portas do Brasil para a iniciativa privada transnacional era uma tarefa que exigia a remoção de “empecilhos arrogantes” como regulamentações, protecionismos, leis trabalhistas, etc. Os governos petistas, então, com as suas ideias e práticas econômicas keynesianas, eram o adversário a ser derrotado, a fim de se construir um Brasil liberalizado, cenário que propiciaria para o capital um novo ciclo de rendimentos em menores intervalos de tempo. Nesse aspecto, o embate político se estendia para o âmbito do convencimento da população, tornando necessária a utilização cada vez mais contundente dos meios de comunicação comerciais, controlados ou vinculados a grandes conglomerados patrocinadores da ideologia neoliberal.

O neoliberalismo quer o Estado para enfraquecê-lo, expropriá-lo, entregar suas fatias à iniciativa privada, esta, sim, “eficiente”. Por isso palavras comuns no final do século passado retomam a dianteira de discursos atuais: privatização, liberalização, desregulamentação, terceirização, abertura, fim de barreiras comerciais, todas elas peças de um quebra-cabeças que, quando montado, tende a produzir uma imagem não tão agradável para os trabalhadores dos quais, agora, se exige mais produtividade. Fala-se em liberdade, mas não se explica que essa liberdade diz respeito à livre movimentação de capitais – e não de pessoas. E pior do que isso, não se discute e nem se observam as consequências dessa racionalidade.

Embora não discordem do caráter fundante do trabalho, tal qual o descreve Lukács (2012), as investigações nas quais se baseiam esta análise dialógica apontam para a noção de que o humano se dá, primordialmente, pelo diálogo. O fundamento de uma ontologia do diálogo parte do princípio da alteridade, pois sem o outro não apenas não existe comunicação, intercâmbio, mas não existe o eu. O ser social, que para Lukács (Ibid.) tem no trabalho a sua protoforma, é dado na presença de

outrem. A simples existência de um outro não muda nada no ser se ambos estiverem desconectados. A interação entre eles, pelo contrário, ativa a necessidade de comunicação, de diálogo. Entendido de maneira ampla, esse diálogo não se manifesta apenas pela forma da língua. A linguagem humana considera a completude do ser. Entramos no diálogo com o corpo todo, falamos pelo olhar, gesticulamos, nossas expressões indicam o que sentimos, ao interlocutor damos uma série de sinais que expressam emoções e sentimentos. Inclusive, o pôr teleológico é repleto de signos que adquirem sentido na fronteira com os outros, no convívio, de modo que o ser social se dá na presença de um com pelo menos mais um, toma forma a partir do diálogo, e, nessa construção de si, traz consigo outros seres, bem como outras formas ontológicas de ser, seja na esfera da ação (trabalho, técnica, tecnologia) ou da representação (fala, pensamento, idealização), indissociáveis uma da outra.

Por isso, o combate à banalização dos males causados pelo tipo de capitalismo que a ideologia neoliberal propõe precisa partir do resgate do princípio da alteridade. É, por exemplo, o que propõe Bauman (2008) ao afirmar que a superação da degeneração da sociedade individualizada fruto do capitalismo contemporâneo, a construção de uma *ecclesia* (assembleia de cidadãos) verdadeiramente autônoma, passa pelo estabelecimento de uma ágora populosa e vibrante, “onde as pessoas se encontram todos os dias para continuarem seus esforços conjuntos a fim de traduzir as linguagens dos interesses privados e do bem público” (Ibid., p. 23). Também Sennet (2009) defende a ideia de retomada da noção de comunidade, do conceito de “nós” (“o pronome proibido”). Em sua formulação, a noção de comunidade não implica que todos sejam iguais ou que haja consensos o tempo todo. Pelo contrário, nesse entendimento, uma comunidade se torna mais forte quando há divergências, pois elas exigem mais aproximação, mais comunicação, mais interação para a construção de consensos, o que fortalece a noção de coletividade, haja vista que o que se perde no capitalismo flexível é, justamente, a capacidade do estabelecimento de relações sociais autênticas e perenes.

O verdadeiro reino da liberdade (MARX, 1975), em que haja uma vida repleta de sentido, dentro e fora do trabalho (ANTUNES, 1999), é uma utopia cujo sentido norteador precisa ser o diálogo, entendido tal qual o concebe Bakhtin e o Círculo. Nesse aspecto, a principal categoria humana não deveria ser o capital, ou o trabalho e nem o estado, mas sim o outro. Quem é ele, (1) alguém para ser explorado e ser-

vir, uma pessoa que produz pouco e, portanto, precisa produzir mais, uma “coisa”, ou (2) uma “pessoa”, alguém, com quem se pode aprender e construir?

Essa segunda identidade possível está ausente dos textos do *corpus* desta pesquisa. Item periférico na arquitetura discursiva, o trabalhador brasileiro é vislumbrado em dois momentos: no presente e no futuro, hoje e amanhã, no contemporâneo e no vindouro, sendo que o atual estágio é muito negativo, doentio, pois este sujeito é improdutivo – e isso não se questiona, é uma pré-condição, uma característica fundante do brasileiro, além de ser a “chave do atraso do país”. No entanto, no futuro, esse ser improdutivo pode, aliás, deve – e nisso consiste o autoritarismo dessa prescrição – se tornar produtivo (no sentido do termo dado pelo capital). Em outras palavras, desde que o país tenha a habilidade de construir um ambiente econômico liberalizado, esse trabalhador produzirá mais, fará crescer o ritmo de acumulação do capital, o que é extremamente positivo – para o capital, e não para o trabalhador. Essa obrigação de conversão à produtividade – como se o brasileiro já não estivesse trespessado por essa lógica – não é apenas uma receita para o crescimento econômico, mas é também o único caminho “correto” a ser trilhado - caso não seja, há uma punição natural, uma maldição, chamada por *The Economist* de “sono ainda mais profundo” (se a soneca na produtividade diz respeito à uma ausência de crescimento na produtividade por trabalhador com relação ao PIB, então esse estado letárgico seria algo muito próximo à ausência de produção, o fim do trabalho, o fim do crescimento).

Ao final e ao cabo, desse embate dialógico, fica assegurada a circulação e o reforço, na ideologia do cotidiano, de um estereótipo antigo que vem a calhar aos interesses do capital: o do brasileiro culturalmente preguiçoso, improdutivo, concepção que interfere na constituição de uma consciência de si dos trabalhadores brasileiros e também na imagem que os outros (o mundo) têm deles (de nós). A construção de uma imagem externa, que não parte do próprio sujeito, mas é dada pelo outro, é um ato fortemente ético e, no caso do discurso da *The Economist*, seguida pelos jornais brasileiros, essa atividade estética e política tem a intenção de, em benefício do capital, aumentar os níveis de exploração do trabalhador.

Há que se considerar, entretanto, que embora represente um discurso forte, talvez até hegemônico sobre o “ser” do trabalhador brasileiro, e apesar de todo o autoritarismo contido nela, esta visão não é única. Há outros construtores da imagem externa do trabalhador, outros definidores estéticos, outras visões, por meio

das quais ele também se constitui e assimila à sua identidade. Nesse sentido, torna-se urgente o combate à visão colonizadora e redutora desse personagem, posição que tenta relegá-lo à condição de coadjuvante na narrativa em que ele é, por direito, protagonista. É preciso evitar que se cristalize a vontade de dominação neoliberal sobre os corpos e as consciências trabalhadoras, vontade de poder que, quando hegemônica, ao recriar certa imagem do trabalhador, pode, na prática, encarcerá-lo ainda mais na lógica orientada para a unidirecionalidade do crescimento e da exploração do trabalho alheio e antedada à revelia pelo capital. É necessário reagir, dialogicamente, contra esse discurso, a fim de preservar a construção de nossa própria identidade a partir de concepções e valores que nos interessem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Nova Fronteira, 2013.

AMADO, Adriana Moreira; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Noções de Macroeconomia**. Barueri, SP: Manole, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 6.e. São Paulo/Brasília: Hucitec, 2003.

_____. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *b.* Os gêneros do discurso, em: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 262-306.

_____. *c.* Reformulação do livro sobre Dostoiévski, em: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 337-357.

_____. *d.* Arte e responsabilidade, em: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. XXXIII-XXXIV.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5. ed. Revista. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013.

_____ ; VOLOSHINOV, Valentín. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 16. ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARROS FILHO, Clóvis. BERTOLOZZI, Pedro L. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Nodurna, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BISHOP, Matthew. Interview: Matthew Bishop, New York Bureau Chief, The Economist: depoimento [ago. 2009]. PRNewser. Entrevistador: Joe Ciarallo. Disponível em: <http://www.mediabistro.com/prnewser/interview-matthew-bishop-new-york-bureau-chief-the-economist_b1956>. Acesso em: 29. Set. 2014.

BITTENCOURT, Renato N. O valor sagrado do trabalho em Hesíodo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 109, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9186/5697>>. Acesso em: 29 dez. 2014

BEZERRA, Paulo. Prefácio: Uma obra à prova do tempo. In: BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5. ed. Revista. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013, p. V-XXII.

BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1992.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth. (Org). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. Editora Contexto: São Paulo, 2014, p. 9-31.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BUCHANAN, James M. Opportunity cost. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (Orgs.) **The New Palgrave Dictionary of Economics Online**. 2. ed. Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em:

<http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_O000029>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CAMINHA, Pero V. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf >. Acesso em 14 out. 2015.

CARTA CAPITAL a. Mídia Kit 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/anuncie/media-kit/copy5_of_MIDIAKITCARTACAPITAL2015.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

_____ b. Mídia Kit 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/anuncie/media-kit/copy4_of_MIDIAKITCARTACAPITAL2014.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

CARTA, Mino. Mino Carta critica artigo da The Economist sobre o Brasil: depoimento [abr. 2014]. São Paulo: TV Carta. Entrevistador: Lino Bocchini. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RjGyJF6L57U>> . Acesso em: 27 mar. 2015

_____ b. Considerações sobre um texto inglês. Carta Capital, São Paulo, 25 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/797/consideracoes-sobre-um-texto-ingles-1834.html>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CLIFFORD, Stephanie. In Switch, Magazines Think About Raising Prices. The New York Times, Nova York, 13 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/04/13/business/media/13circ.html?pagewanted=all&r=0>>. Acesso em: 30 set. 2014.

CONFERENCE BOARD. Disponível em: <<https://www.conference-board.org/about/index.cfm?id=1980>>. Acesso em 22 set. 2014.

CRESPO, Silvio G. Brasileiro produz menos que argentino e russo, e mais que chinês e indiano. **UOL Economia**. Blog Achados Econômicos. Disponível em: <<http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2014/08/21/brasileiro-produz-menos-que-argentino-e-russo-e-mais-que-chines-e-indiano/>>. Acesso em: 24 out. 2015.

CUNHA, Francisco P. Editorial: Noventa anos de história. Gazeta do Povo, Curitiba, 02 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/90->

anos/independencia/noventa-anos-de-historia-beaefbfbxubyxka4q07fqq85q>. Acesso em: 30 mar. 2015.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza**. 1. Vol. Tradução: Mesquita Paul. Porto: Lello e Irmãos – Editores, 2003. Disponível em:
<<http://ecologia.ib.usp.br/ffa/arquivos/abril/darwin1.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>> Acesso em 21 out. 2015.

DURAND, J. P. **La chaîne invisible: travailler aujourd’hui**: flux tendu et servitude volontaire. Paris: Seuil, 2004.

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. Vol. 1. p. 63-74.

_____; MARX, Karl. **O manifesto do partido comunista**. 2. ed. Lisboa: Avante!, 1997. Disponível em:
<http://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/1997_manifesto_partido_comunista_editorial_avante.pdf>. Acesso em 26 out. 2015

EDITORA CONFIANÇA. Disponível em:
<<http://www.cartacapital.com.br/editora/sobre-a-editora>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

FAKRI, Fernando de A.; NOGUEIRA, Caco. **Imagina na Copa**. Intérprete: Fernando e Sorocaba. In: Homens e Anjos. São Paulo: Som Livre, 2013. Disponível em:
<<https://itunes.apple.com/br/album/homens-e-anjos/id634655574>>. Acesso em 24 nov. 2015.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo manual de Redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1996. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm> Acesso em 18>. Acesso em: set. 2014.

_____. Leitor da Folha é ultraqualificado, mostra pesquisa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 out. 2011. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/10/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em 19 mar. 2015.

_____. Site da Folha bate o seu recorde de audiência; jornal mantém liderança. Folha de S. Paulo, São Paulo, 03 jun. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/52373-site-da-folha-bate-o-seu-recorde-de-audiencia-jornal-mantem-lideranca.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

_____. a. Editorial: Brasil improdutivo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/04/1443520-editorial-brasil-improdutivo.shtml>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

_____. b. Brasil leva até 14 anos para garantir proteção a inovação. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 abr. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1442935-brasil-leva-ate-14-anos-para-garantir-protECAo-a-inovacao.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. Circulação: o maior jornal brasileiro. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GAZETA DO POVO a. A resolução e a realidade. Gazeta do Povo, Curitiba, 08 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-resolucao-e-a-realidade-efxkhxayhdppwjfsmfmr9vvy>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. b. As chances do país. Gazeta do Povo, Curitiba, 20 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/as-chances-do-pais-ehlzcm7ume3leu6bkhhluvcjy>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. c. A produtividade do brasileiro. Gazeta do Povo, Curitiba, 21 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-produtividade-do-brasileiro-9fa658xvbjguj7xyom9qz349a>>. Acesso em 27 fev. 2015.

_____ a. O “diálogo” de Dilma. Gazeta do Povo, Curitiba, 29 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/odialogo-de-dilma-etl909samce9c0grdyy4hia6q?ref=-lista>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____ b. A “batalha da comunicação”. Gazeta do Povo, Curitiba, 23 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/a-batalha-da-comunicacao-3nubv2javkwqposl1dx5td9j0?ref=-lista>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____ c. Melhorar o padrão de vida. Gazeta do Povo, Curitiba, 13 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/melhorar-o-padrao-de-vida-eisih2edze144ywean7ta19am>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. v. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Finker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GONZAGA Jr., Luiz N. **Caminhos do Coração (Pessoa = Pessoas)**. Intérprete: Gonzaguinha. In: GONZAGUINHA – Caminhos do Coração. Obra editada por ed. Moleque e ed. Templo. São Bernardo do Campo: EMI-Odeon, 1982. 1 disco sonoro (45 min) 33 1/3 rpm, estéreo, 12 pol. Lado B, faixa 5 (3min 51s). Disponível em: <http://www.gonzaguinha.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=71&Itemid=99>. Acesso em: 07 out. 2015.

GRPCOM. Disponível em: <<http://www.grpcom.com.br/grpcom.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015

GRUPO FOLHA. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_grupo.shtml>. Acesso em: 19 mar. 2015.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções – 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOXIE, Robert Franklin. **Scientific Management and Labor**. Nova York e Londres: D. Appleton and Company, 1915. Disponível em <<https://ia801407.us.archive.org/32/items/scientificmanag01hoxigoog/scientificmana01hoxigoog.pdf>>. Acesso em 02. jun 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, v. 29, p.1-129, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/brasilpnad2008.pdf>> Acesso em 22 out. 2015.

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 3. ed. Editora Record: São Paulo, 2003.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Claridade, 2003.

LATOURET, Bruno. Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Withehead num banho de ácido láctico. In: **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, v.II(1), 7-26, MarJun, 1995. Disponível em: <<http://www.brunolaturet.fr/sites/default/files/downloads/62-PASTEUR-PORTUGUESE.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

LEE, Sangheon. **Working-hour gaps**: trends and issues. In: MESSENGER, Jon C. (Org.). Working time and workers' preferences in industrialized countries: finding the balance. Londres: Routledge, 2004, p. 29-59.

_____; DEIRDRE, McCann; MESSENGER, Jon C. **Duração do Trabalho em Todo o Mundo**: Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. Secretaria Internacional de Trabalho. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229714.pdf> Acesso em 21 out. 2015.

LINHART, D; MOUTET A. **Le travail nous est compté**: la construction des norms temporelles du travail. Paris: La Découverte, 2005.

LUKÁCS, György. Os complexos de problemas mais importantes: o trabalho. In: **Para uma ontologia do ser social II**. 1. Ed. Tradução: Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANUAL MERCK. **Biblioteca médica online**: edição de saúde para a família. Portugal: MSD, 2002. Disponível em: <<http://www.manualmerck.net/?id=103>>. Acesso em 19 set. 2014.

MARCHEZAN, Renata C. Diálogo. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos chave**. 2. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 115-131.

MARQUES, Luiz F. GRPCOM anuncia compra da Tribuna do Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 09 de dez. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/grpcom-anuncia-compra-da-tribuna-do-parana-ajbxbabbf90v4m9r0avjfnqz2>>. Acesso em: 30 mar. 2015

MARCONDES FILHO, Ciro J. R. **Imprensa e capitalismo**. In: MARCONDES FILHO, Ciro J. R (org.). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984, p. 16.

_____. **O capital da notícia**: Jornalismo como produção social de segunda natureza. Tese de Livre docência apresentada no Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Set., 1983.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MELO, José M. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Ver. Ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOLINA, Matías M. Tempos nunca vistos. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 dez. 2013. Suplemento Eu & Fim de Semana. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed777_tempos_nunca_vistos-2/>. Acesso em 29 set. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Hours of work**. International Labour Conference Report VIII. Genebra: OIT, 1958.

_____. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/apresentacao>>. Acesso em: 22 out. 2015.

OLIVEIRA, Elza A. F. Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*. **Cadernos da Escola de Comunicação das Universidades do Brasil (Unibrasil)**. Curitiba, n. 2, p. 86-101, 2004.

OLIVEIRA, Germano. Dilma critica apoio da revista britânica 'The Economist' a Aécio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 out. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-critica-apoio-da-revista-britanica-the-economist-aecio-14266835>>. Acesso em 07 nov. 2014.

OBERHOLZER-GEE, Felix; ANAND, Bharat N.; GOMEZ, Lizzie. The Economist. **Harvard Business School Case 710-441**, mar. 2010. Disponível em <<http://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=38580>>. Acesso em 07 mai. 2015.

PASTORE, José. Trabalho: Brasil e Reino Unido. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 2008. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/rt/rt_258.htm>. Acesso em 22 out. 2015.

POCHMANN, Marcio. **Qual desenvolvimento?**: oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

PRADA, Raúl Rivadaneira. Periodismo. México: Trillas, 1977.

SABOIA, J. Survey report. **Working week and organization of labour in Brazil**. Programa de Condições de Trabalho e Emprego da OIT (relatório não publicado), 2002.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução: Marcos Santa Rita. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUZA, Nilson A. **O colapso do Neoliberalismo**. São Paulo, Global: 1995.

SPURGEON, A. **Working Time**: its impact on safety and health. OIT e Korean Occupational Safety and Health Research Institute, 2003.

STEWART JR., Donald . **O que é liberalismo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THE ECONOMIST. Our expiring commercial treaty with the Brazils. The Economist, Londres, 02 set. 1843. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/1857194>>. Acesso em: 29 mai. 2015

_____. Brazil takes off. The Economist, Londres, 12 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/14845197>>. Acesso: em 06 out. 2014.

_____. A breakdown of trust. *The Economist*, Londres, 06 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21567942-if-she-wants-second-term-dilma-rousseff-should-get-new-economic-team-breakdown-trust>>. Acesso em 10 out. 2014.

_____ a. The 50-year snooze. *The Economist*, São Paulo, 19 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/americas/21600983-brazilian-workers-are-gloriously-unproductive-economy-grow-they-must-snap-out>>. Acesso em: 18 set. 2014

_____ b. Why Brazil needs change. *The Economist*, Londres, 18 out. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21625780-voters-should-ditch-dilma-rousseff-and-elect-cio-neves-why-brazil-needs-change>>. Acesso em: 21 out. 2014.

_____ c. A riven country. *The Economist*, São Paulo, 27 out. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/americasview/2014/10/brazils-presidential-election-2>>. Acesso em 07 nov. 2014.

TODOROV, Tzvetan. Prefácio à edição francesa. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, em BAKHTIN, Mikhail, **Estética da criação verbal**, trad. Paulo Bezerra, 6. Ed., São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011, p. XIII-XXXII.

VOLOSHINOV, Valentin. A palavra na vida e na poesia: introdução ao problema da poética sociológica. In: BAKHTIN, Mikhail. **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.184 p.

ANEXOS

ANEXO A – The 50-year snooze (THE ECONOMIST, 2014 a)

7/31/2015

The 50-year snooze | The Economist



Brazil's economy

The 50-year snooze

Brazilian workers are gloriously unproductive. For the economy to grow, they must snap out of their stupor

Apr 19th 2014 | SÃO PAULO | From the print edition

PECKISH revellers at Lollapalooza, a big music festival in São Paulo earlier this month, were in for a treat. In contrast to past years' menus of reheated hamburgers, they could plump for pulled pork, barbecue ribs or corn on the cob, courtesy of BOS BBQ, a Texan eatery in the city. More surprising than the fare, however, was the pace at which BOS's two tents dished



it out. Over the course of two days the booths, each manned by six people, served 12,000 portions, or more than one every 15 seconds, boasts Blake Watkins, who runs the restaurant. Such efficiency is as welcome as it is uncommon. Neighbouring stands needed two to three minutes to serve each customer, leading to lengthy lines and rumbling stomachs.

"The moment you land in Brazil you start wasting time," laments Mr Watkins, who moved to the country three years ago after selling a fast-food business in New York. To be sure of having at least ten temporary workers at Lollapalooza, he hired 20 (sure enough, only half of them turned up). Lu Bonometti, who opened a cookie shop 18 months ago in a posh neighbourhood of São Paulo, has commissioned four different firms to fix her shop sign. None has come. Few cultures offer a better recipe for enjoying life. But the notion of opportunity cost seems lost on most Brazilians.

Queues, traffic jams, missed deadlines and other delays have been so ubiquitous for so long that "Brazilians have become anaesthetised to them", says Regis Bonelli of Fundação Getulio Vargas, a business school. When on April 12th the boss of the state-owned operator suggested that large chunks of the airport in Belo Horizonte that will not be refurbished in time for the football World Cup in June should simply be "veiled", his remark elicited no

7/31/2015

The 50-year snooze | The Economist

more than a shrug of resignation.



Apart from a brief spurt in the 1960s and 1970s, output per worker has either slipped or stagnated over the past half century, in contrast to most other big emerging economies (see chart). Total-factor productivity, which gauges the efficiency with which both capital and labour are used, is lower now than it was in 1960. Labour productivity accounted for 40% of Brazil's GDP growth between 1990 and 2012, compared with 91% in China and 67% in India, according to McKinsey, a consultancy. The remainder came from an expansion of the workforce as a result of favourable demography, formalisation and low unemployment. This will slow to 1% a year in the next decade, says Mr Bonelli. If the economy is to grow any faster than its current pace of 2% or so a year, Brazilians will need to become more productive.

Economists trot out familiar reasons for the performance. Brazil invests just 2.2% of its GDP in infrastructure, well below the developing-world average of 5.1%. Of the 278,000 patents

7/31/2015

The 50-year snooze | The Economist

granted last year by the United States patent office, just 254 went to inventors from Brazil, which accounts for 3% of the world's output and people. Brazil's spending on education as a share of GDP has risen to rich-world levels, but quality has not, with pupils among the worst-performing in standardised tests. Mr Watkins complains that his 18-year-old barbecuers have the skills of 14-year-old Americans.

Less obviously, many Brazilian companies are unproductive because they are badly managed. John van Reenen of the London School of Economics found that although its best firms are just as well run as top-notch American and European ones, Brazil (like China and India) has a long, fat tail of highly inefficient ones.

Preferential tax treatment for firms with turnovers of no more than 3.6m reais (\$1.6m) has reeled many irregular enterprises into the formal economy. But it discourages companies from growing. And as big fish in areas like retail make efficiency gains they need fewer workers, who instead swell the shoals of less productive minnows. Many hire trusted kith or kin rather than a better-qualified stranger, to limit the risk of being robbed or sued by employees for flouting notoriously worker-friendly labour laws. The upshot is even more inefficiency.

Instead of collapsing, feeble firms plod on thanks to various forms of state protection, which shields them from competition. Protectionism weighs on productivity in other ways, too. Punitive high tariffs on imported technology—such as the whopping 80% cumulative tax slapped on foreign smartphones—make many productivity-enhancing gizmos prohibitively expensive, says José Scheinkman of Columbia University. Rather than buy cheaper and better products from abroad, firms have to pay over the odds for lower-quality local ones.

Historical evidence points to a solution, thinks Marcos Lisboa of Insper university. The period of catch-up in productivity growth began in the 1960s, following a bout of liberal reforms engendered by years of near-autarkic industrial policy. A smaller uptick in the early 2000s also followed liberalising measures, enacted a decade before to stave off hyperinflation. Success notwithstanding, both the military dictatorship of 1964-85 and the leftist Workers' Party, which has held the presidency since 2003, soon reverted to interventionist type. Recently this has meant local-content requirements, subsidised fuel and electricity, and overweening regulation. Productivity has duly sputtered.

Mr Lisboa highlights two salutary examples from recent years. Agriculture was deregulated in 1990, allowed to consolidate and gain access to foreign machines, fertiliser and pesticides. A few years later, financial services enjoyed far-reaching institutional reforms to boost the supply of credit and bolster capital markets. Both were left in peace—and became roughly 4% more efficient each year in the decade that followed. Brazilian soyabean producers are now the envy of the world. Mr Watkins, the restaurateur, praises the banking system as something that works more quickly in Brazil than it does in the United States.

7/31/2015

The 50-year snooze | The Economist

Regulation is always hard to unwind, Mr Lisboa concedes. But if Brazil is to grow beyond 2020, when the working-age population will begin to decline as a share of the total, it will have to tackle its productivity problem. Until it does so, it risks falling into an ever deeper slumber.

From the print edition: The Americas

ANEXO B - Brasil improdutivo (FOLHA DE S. PAULO, 2014 a)

3/6/2014

Editorial: Brasil improdutivo - 22/04/2014 - Opinião - Folha de S.Paulo

FOLHA DE S.PAULO**Editorial: Brasil improdutivo**

22/04/2014 03h30

Não faltará quem se agaste, por aqui, com o tom um tanto derrisório da reportagem desta semana na revista britânica "The Economist" sobre a economia do Brasil. Será um erro, daqueles que se explicam quando a paixão turva o raciocínio e a objetividade.

"Você começa a perder tempo no momento em que pisa no Brasil", queixou-se à publicação o empresário texano Blake Watkins, que saiu de Nova York para abrir um restaurante fast food em São Paulo.

Não é preciso deixar de ser patriota para reconhecer que o empresário tem razão. Basta atentar para o trânsito infernal, a morosidade da burocracia, o custo e a qualidade incompatíveis dos serviços –públicos ou privados.

A "Economist" não se limita a juízos de valor, e talvez por isso cause tanto incômodo. O Brasil investe só 2,2% do PIB em infraestrutura, muito abaixo da média de 5,1% no mundo em desenvolvimento. De 278 mil patentes concedidas em 2013 pelos Estados Unidos, meras 254 foram para invenções brasileiras.

No domingo, reportagem desta Folha corroborou o descaso nacional com a inovação, mãe verdadeira do aumento sustentável de produtividade. O Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) consome em média 10 anos e 10 meses para conceder uma patente. No campo das telecomunicações, o prazo médio está em 14 anos e 2 meses.

Entre países desenvolvidos, esse intervalo não ultrapassa três anos: nos EUA são 2 anos e 7 meses; no Japão, 2 anos e 6 meses; na China, 1 ano e 11 meses. Não é difícil compreender por que um empreendedor descartaria o Brasil como opção para sediar um laboratório de desenvolvimento de semicondutores, por exemplo.

A chave do atraso, como aponta com exatidão a revista britânica, está na produtividade.

O produto anual do trabalho de um empregado brasileiro está na casa de US\$ 20 mil (calculado pela metodologia de paridade de poder de compra). Nos anos 1960, era da ordem de US\$ 15 mil, maior que o obtido por sul-coreanos –os quais, hoje, produzem quase US\$ 70 mil. A China, que partiu de patamar muito inferior, já nos alcançou.

Não estranha, assim, que o Brasil esteja perdendo mercado para exportações chinesas até na Argentina, sua grande parceira de Mercosul. Em 2005, a participação brasileira nas importações argentinas estava em 36,5%; no primeiro trimestre de 2014, ficou em 24,8%. No mesmo período, a China saltou de 5,3% para 18,4%.

Indignação, apenas, nada pode contra essas cifras acabruhadoras. É imperativo

3/6/2014

Editorial: Brasil improdutivo - 22/04/2014 - Opinião - Folha de S.Paulo

convertê-la em brio, algo muito mais produtivo.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/04/1443520-editorial-brasil-improdutivo.shtml>

Copyright Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S. Paulo.

ANEXO C - A produtividade do brasileiro (GAZETA DO POVO, 2014 c)

A produtividade do brasileiro - Opinião - Gazeta do Povo

<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1463616>

Classificados

Opinião

EDITORIAL

A produtividade do brasileiro

É melhor abandonar as mágoas e tentar entender por que afirmações como as da revista The Economist são feitas

Publicado em 22/04/2014

Curtir 1

Tweetar 0

+1 5

Comentários (9)

A revista The Economist fez severa crítica à baixa produtividade do brasileiro e provocou reações variadas, que passaram até pela xenofobia (como se estrangeiros não pudessem fazer críticas ao Brasil) ou por preconceitos regionais. Em certo trecho, a revista diz que os trabalhadores brasileiros são "gloriosamente improditivos" e transcreve afirmação de um empresário norte-americano, dono de restaurante em São Paulo: no momento em que alguém aterrissa no Brasil já começa a perder tempo. São afirmações duras, que podem ofender o brio nacional. Mas é melhor abandonar as mágoas e tentar entender por que elas são feitas.

A definição mais simples de "produtividade" afirma que ela é a quantidade de bens e serviços produzida a cada hora de trabalho utilizada. Um homem sozinho em uma ilha, que sobreviva apenas das frutas que coleta e dos peixes que pesca, terá seu padrão de bem-estar definido pela quantidade de frutas e peixes obtidos em cada hora de seu trabalho. A relação entre a quantidade de frutas e peixes e o número de horas trabalhadas é sua produtividade.

Essa mesma conta pode ser feita para o país. Usando estatísticas econômicas, chega-se ao total do Produto Interno Bruto (PIB) e ao número de horas trabalhadas pela população durante o ano. Dividindo o PIB pela quantidade de horas, obtém-se a produtividade, que, no Brasil, anda em torno de US\$ 12, enquanto nos Estados Unidos está na casa dos US\$ 58. Ou seja, a produtividade do brasileiro equivale a um quinto daquela do norte-americano. Tanta diferença pode parecer estranha, pois não há diferença entre um piloto de avião brasileiro e um norte-americano, como não há muita diferença entre um motorista de caminhão daqui e outro de lá. As razões da imensa diferença são várias e estão ligadas aos fatores que determinam a produtividade.

O primeiro deles é o "capital físico". Os trabalhadores são mais produtivos quando dispõem de melhor infraestrutura e melhores máquinas e ferramentas. Um motorista de caminhão nos EUA chega a fazer dez viagens por mês transportando soja, enquanto um brasileiro faz apenas três. O brasileiro dispõe de um caminhão inferior, trafega por estradas piores e perde muitos dias nas filas dos portos. O segundo fator são os recursos naturais. Um país pobre em recursos naturais – como fertilidade do solo, reservas minerais, rios, clima – terá mais dificuldade em elevar a produtividade de seus trabalhadores do que um país rico em recursos da natureza.

O terceiro fator é o "capital humano". Este depende do nível educacional, do treinamento e das habilidades técnicas dos trabalhadores. É fácil constatar que, nesse aspecto, o Brasil está bem atrás das nações desenvolvidas. O quarto fator é o conhecimento tecnológico. Os países adiantados estão muito à frente do Brasil nesse aspecto. Quando comparado com os norte-americanos, o trabalhador brasileiro opera tecnologias inferiores, salvo exceções de setores com excelência técnica. Nessa análise são incluídos o setor privado e o setor público. Como é notório que o sistema público brasileiro é ineficiente, sua contribuição para a baixa produtividade é bastante grande.

É sempre louvada a abundância de recursos naturais do Brasil. O país dispõe de condições favoráveis para elevar a produtividade, mas, apesar de rico em recursos naturais, o país é pobre em capital físico (rodovias, ferrovias, hidrovias, armazéns, portos, aeroportos, telecomunicações e demais itens de infraestrutura); o capital humano tem baixo nível educacional médio, baixa qualificação e as habilidades técnicas são, na média, precárias; e, somando a isso o atraso em matéria de conhecimento tecnológico, a baixa produtividade do brasileiro está explicada. Porém, há mais. Outros fatores negativos – como carga tributária pesada, sistema judicial lento, leis ruins e alta corrupção – também contribuem para a baixa produtividade. Sem falar das cidades congestionadas, da cultura da indisciplina e da política que privilegia o consumo em detrimento do investimento em capital físico.

Pode-se não gostar do conteúdo e da forma como a crítica foi feita pela Economist, mas não dá para ignorar que, na essência, ela está certa.

Você concorda com o editorial? Deixe seu comentário e participe do debate.

[Imprimir](#)

[Comunique erros](#)

[Envie por email](#)

[Fale conosco](#)

[COMENTÁRIOS \(9\)](#)

[COMUNIDADE](#)



ANEXO D - Considerações sobre um texto inglês (CARTA, 2014 b)

3/6/2014

Considerações sobre um texto inglês — CartaCapital

CartaCapital

Sociedade

Editorial

Considerações sobre um texto inglês

Sim, tem de ser ofensivos à nossa leitura o estilo e as banalidades, discutível a paixão neoliberal, mas...

por *Mino Carta* — publicado 25/04/2014 06:07, última modificação 26/04/2014 12:14

Nesta página às vezes escrevo que o Brasil é o quarto país mais desigual do mundo. Errado. Excelente fonte informa que evoco uma classificação velha de dez anos. No momento, o Brasil é o quarto mais desigual das Américas. Donde, peço perdão e me atualizo. Não é que a colocação atual na dolorosa classificação da desigualdade me anime muito. Agrada-me registrar, porém, que, graças às políticas sociais implementadas pelos governos petistas, o País tenha dado alguns passos à frente enquanto o resto do mundo os dava para trás.

Nem por isso, a casa-grande e a senzala foram demolidas, com todas as consequências que a situação comporta. Tal a premissa ao que me permito observar em relação a um texto muito comentado da The Economist sobre o desempenho do nosso país nos dias de hoje. Há quem, ao lê-lo, se sinta gravemente ofendido em seus brios nacionais. Eu me limito a algumas objeções.

A primeira diz respeito ao tom do artigo. No meu entendimento, é aquele do elegante colonizador colhido no alpendre de sua casa-grande no momento de se servir do chá das 5 enquanto encara o mundo luxuriante ao seu redor, habitado por selvagens. Seu olhar oscila entre o desprezo e a condescendência irônica.

A segunda mira na própria qualidade do texto. A literatura inglesa prima pelo senso de humor, pela fluência impecável, pela imaginação incansável. A The Economist é sabidamente publicação bem escrita, com toques literários bastante apreciáveis. Surpreende-me, contudo, no caso em questão, pela frequência do lugar-comum, do clichê, do estereótipo. A imaginação tradicional prepara-se para tomar banho em Bournemouth na perspectiva do verão.

A terceira é de fundo político, e se refere a toda uma corrente do jornalismo mundial dedicada a sustentar impavidamente as práticas neoliberais, responsáveis pelo enriquecimento de pouquíssimos e o empobrecimento dos demais. Esta tigrada monitora sofregamente a economia brasileira na convicção de que os governos petistas são socialistas à moda antiga. Inconfiáveis, portanto. Lá pelas tantas, metida além da conta, chegou a solicitar a queda do ministro Guido Mantega.

A quarta é corolário da terceira. Anoto algo que me parece de relevante contradição. Recordo uma frase de Delfim Netto pronunciada recentemente ao debater com Paul Krugman durante um evento promovido por CartaCapital. Disse ele que, para os especuladores (repito e sublinho, especuladores) internacionais, só a Santa Casa de Misericórdia é melhor do que o Brasil, com seus fantásticos juros. E não equivaleria este aspecto a uma poderosa mão na roda do neoliberalismo?

A quinta estuda a acusação central atirada pelos obuses da The Economist: somos preguiçosos. Não sei se a definição é exata, mesmo porque a preguiça, embora pecado capital (e nesta definição é evidente a injustiça), não é inerente à natureza, humana inclusiva. Ocorrem, isto sim, a falta de proteínas, ou a falta de motivação. No país da casa-grande e da senzala, ocorrência que tais foram e são fortemente prováveis.

Na exposição de certas características nativas, infelizmente há, na análise da importante publicação britânica, anotações corretas, a despeito dos meus reparos ao estilo, aos preconceitos e a discutíveis interesses políticos e econômicos.

